



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Ana Cláudia Theme da Silveira Soares

**Intelectuais em tempos de exceção: um olhar sobre Barbosa Lima
Sobrinho durante a ditadura militar brasileira**

Rio de Janeiro

2019

Ana Cláudia Theme da Silveira Soares

**Intelectuais em tempos de exceção:
um olhar sobre Barbosa Lima Sobrinho durante a ditadura militar brasileira**



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof^a Dra. Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira.

Co-orientadora: Prof^a Dra. Sonia Maria Ignatiuk Wanderley.

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

- L732 Soares, Ana Cláudia Theme da Silveira.
Intelectuais em tempos de exceção: um olhar sobre
Barbosa Lima Sobrinho durante a ditadura militar brasileira /
Ana Cláudia Theme da Silveira Soares. – 2019.
182 f.
- Orientadora: Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira.
Coorientadora: Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.
1. Lima Sobrinho, Barbosa, 1897-2000 – Teses. 2.
Intelectuais – Brasil – Teses. 3. Jornal do Brasil – Teses. 4.
Brasil – História – 1964-1985 – Teses. 5. Centro de Cidadania
Barbosa Lima Sobrinho – Teses. I. Bessone, Tania Maria
Tavares. II. Wanderley, Sonia Maria de Almeida Ignatiuk. III.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. IV. Título.
- CDU 316.344.32(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta tese desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ana Cláudia Theme da Silveira Soares

**Intelectuais em tempos de exceção:
um olhar sobre Barbosa Lima Sobrinho durante a ditadura militar brasileira**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 6 de maio de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Tania Bessone Ferreira (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Sonia Ignatiuk Wanderley (Coorientadora)
Inst. de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – UERJ

Prof.^a Dra. Isabel Idelzuite da Costa Lustosa
Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof.^a Dra. Joelle Rachel Rouchou
Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof.^a Dra. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Marcia de Almeida Gonçalves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Às minhas orientadoras Tania e Sonia, pelo apoio, aprendizado e oportunidade de crescimento ao longo desta caminhada pontuada por alguns percalços, mas sobretudo rica e desafiadora, em um campo do conhecimento inteiramente novo para mim.

À querida professora Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, pelo incentivo desde o momento em que cogitei me candidatar ao doutorado. Bati à porta de sua (lotada) sala de aula, pedindo para ser aluna ouvinte. “Se conseguir colocar mais uma cadeira, pode ficar”, ela disse. Jamais esquecerei sua acolhida e generosidade.

À Rede Sirius de Bibliotecas da Uerj e, em especial, ao seu Núcleo de Memória, Informação e Documentação (MID), cuja coordenadora Luciana de Avellar Mattos gentilmente franqueou acesso ao processo constitutivo do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho – uma contribuição fundamental à minha pesquisa.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que durante a elaboração deste trabalho atravessou sua maior crise, mas segue entre as grandes instituições produtoras de conhecimento do país. Nesses tempos tristemente marcados pelo discurso anticientífico, orgulho-me por fazer parte de sua luta diária há quase 24 anos.

Às professoras Isabel Lustosa, Joelle Rouchou, Lucia Bastos e Marcia Gonçalves, agradeço a disponibilidade e contribuições na banca examinadora.

Aos amigos e companheiros de trabalho Eneida, Michele, Cássia, Tatiana e Julio, muito obrigada pela cumplicidade, por compartilhar minhas aflições e pela torcida constante.

Ao Marcelo, à Isabella e à minha mãe Jamili, gratidão infinita. Vocês são minha força, o amor, o início e o fim de tudo o que realmente importa.

RESUMO

SOARES, A. C. T. S. *Intelectuais em tempos de exceção: um olhar sobre Barbosa Lima Sobrinho durante a ditadura militar brasileira*. 2019. 182 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O estudo busca investigar a trajetória do jornalista, político e acadêmico pernambucano Barbosa Lima Sobrinho, notadamente sua atuação como um dos mais importantes intelectuais mediadores do país, durante um acontecimento fundador da identidade brasileira e da vida política nacional no século XX: a ditadura estabelecida por 21 anos, após o golpe civil-militar de 1964. Para tal, a pesquisa propõe a identificação dos quatro principais lugares de fala ocupados por Sobrinho nesse período: a presidência da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); o Conselho de Defesa dos Diretos da Pessoa Humana; a candidatura à vice-presidência da república na chapa de Ulysses Guimarães; e, em especial, sua coluna semanal de opinião no Jornal do Brasil, na qual o jornalista acompanhou o panorama político nacional durante 73 de seus 103 anos de vida. Por meio da análise dessa produção textual de Barbosa Lima Sobrinho e do diálogo promovido com seu inédito acervo de correspondências, são identificadas as principais matrizes do pensamento de um personagem tão complexo quanto interessante. Embora o jornalista tenha contribuído ativamente para a produção de narrativas acerca da ditadura militar brasileira, a resistência de caráter liberal-democrático de Barbosa Lima Sobrinho é pouco contemplada pela historiografia, na qual predominam os estudos dedicados às modalidades de oposição ao regime tradicionalmente identificadas com o campo político das esquerdas. Esse estudo tem ainda como propósito iluminar a presença do intelectual público Barbosa Lima Sobrinho na história brasileira, refletindo sobre a importância e a atualidade de seu pensamento – em 2019, o golpe civil-militar que transformou a face do país completa 55 anos e repercute até os dias atuais.

Palavras-chave: Barbosa Lima Sobrinho. Ditadura militar brasileira. Jornal do Brasil. Intelectuais brasileiros. Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho.

ABSTRACT

SOARES, A. C. T. S. *Intellectuals in times of exception: a look at Barbosa Lima Sobrinho during Brazilian military dictatorship*. 2019. 182 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This study aims to investigate the trajectory of the journalist, politician and academic from Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho, with special interest in his performance as one of the most important mediator intellectuals in the country during a funding event of Brazilian identity and political life in 20th century: the dictatorship established for 21 years after the civil-military coup in 1964. Therefore the research proposes the identification of Sobrinho's four main speech places in the period: as president of Brazilian Press Association (ABI); as a member of Human Person's Rights Council; as Brazil's Vice Presidential candidate with running mate Ulysses Guimarães; and, specially, as a writer of weekly opinion articles in *Jornal do Brasil*, following the political landscape for 73 of his 103 years of life. Through the analysis of Sobrinho's textual production in the newspaper and the dialogical approach with his unpublished correspondence collection it was possible to identify the major thought patterns of such a complex and interesting character. Although the journalist has strongly contributed for the narrative production about the Brazilian military dictatorship, Barbosa Lima Sobrinho's liberal democratic resistance is still poorly studied by the historiography since it is mostly dominated by researches dedicated to the different types of opposition to the military regime traditionally identified with the political field of the leftists. This study has the purpose to enlight the presence of Barbosa Lima Sobrinho in Brazilian history and to reflect on the contemporary importance of his thought – 2019 is the 55th anniversary of the civil-military coup that transformed the country's face.

Key words: Barbosa Lima Sobrinho. Brazilian military dictatorship. *Jornal do Brasil*. Brazilian intellectuals. Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O bacharel Barbosa Lima Sobrinho, 1917.....	26
Figura 2 – O jornalista na mocidade.....	34
Figura 3 – Campanha de Sobrinho no Recife.....	37
Figura 4 – De fardão da ABL, 1971.....	42
Figura 5 – Amaral Peixoto, Nelson Carneiro, Sobrinho, Ulysses Guimarães, Alencar Furtado, Tancredo Neves e Thales Ramalho em reunião na casa do jornalista,1973.....	44
Figura 6 – Discurso no Congresso Nacional: impeachment de Collor, 1992.....	45
Figura 7 – Casamento de Sobrinho e Maria José, São Paulo, 1931.....	47
Figura 8 – Barbosa Lima Sobrinho, várias fases da vida.....	49
Tabela 1 – Artigos selecionados de Sobrinho no JB.....	79
Tabela 2 – Artigos selecionados das décadas de 1970 a 1990.....	100
Figura 9 – Projeto do Centro de Cidadania.....	116
Figura 10 – O casarão no Catete, 2004.....	117
Figura 11 – Casa de Sobrinho em Botafogo, 2000.....	119
Figura 12 – Fases da obra no casarão, 2004 a 2005.....	121
Tabela 3 – Tipologia geral da correspondência.....	137
Tabela 4 – Documentos por ano de produção.....	142
Gráfico 1 – Distribuição cronológica de documentos.....	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABL	Academia Brasileira de Letras
Aerp	Assessoria Especial de Relações Públicas
Apae	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Arena	Aliança Renovadora Nacional
ARP	Assessoria de Relações Públicas
ASIs	Assessorias Especiais de Segurança e Informações
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBLS	Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Codi	Centro de Operações para Defesa Interna
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC/Fundação	Centro de Pesquisa e Documentação de História
Getúlio Vargas	Contemporânea do Brasil
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
Ibad	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Ipes	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRB	Instituto de Resseguros do Brasil
JB	Jornal do Brasil
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
Núcleo MID	Núcleo de Memória, Informação e Documentação da Rede Sirius
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
RAN	Resistência Armada Nacional
UDN	União Democrática Nacional
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	O INTELLECTUAL E POLÍTICO ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA LIMA SOBRINHO.....	23
1.1	Eu vi o mundo. Ele começava no Recife e cabia nas páginas de jornal.....	24
1.2	O “Doutor Barbosa”.....	35
1.3	Barbosa Lima Sobrinho e seus lugares de fala na ditadura militar.....	49
2	O MILITANTE BARBOSA LIMA SOBRINHO REVELADO EM SEUS ESCRITOS.....	78
2.1	Democracia liberal e direitos humanos: principais eixos do pensamento barbosiano.....	83
2.2	Anistia, a perenidade de uma temática.....	99
3	UM CENTRO DE CIDADANIA QUE NÃO SAIU DO PAPEL E SEU ACERVO INÉDITO.....	112
3.1	Um projeto ambicioso: o Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho.....	114
3.2	O inexplorado acervo de um intelectual brasileiro.....	125
3.3	A correspondência de Barbosa Lima Sobrinho.....	132
	CONCLUSÕES.....	151
	REFERÊNCIAS.....	155
	APÊNDICE A – CRONOLOGIA DE BARBOSA LIMA SOBRINHO.....	169
	APÊNDICE B – OBRA BIBLIOGRÁFICA DE BARBOSA LIMA SOBRINHO.....	171
	APÊNDICE C – PRINCIPAIS PRÊMIOS CONCEDIDOS A BARBOSA LIMA SOBRINHO.....	172
	ANEXO A – CARTA DE IRAMAYA BENJAMIM.....	173
	ANEXO B – CARTA DE SOBRAL PINTO.....	174
	ANEXO C – CARTA DE BARBOSA LIMA SOBRINHO.....	180

INTRODUÇÃO

Político, jornalista, historiador, acadêmico e advogado, o pernambucano Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho tem seu nome inscrito na história brasileira contemporânea como intelectual cuja vida pública não se restringia ao plano das ideias. Dedicado às atividades literárias, científicas e às trocas culturais por meio de redes de sociabilidade, participava ativamente também da vida política nacional.

Sobrinho destaca-se entre os intelectuais de atuação marcante em múltiplas esferas da cena pública brasileira: ao longo de 103 anos de vida, testemunhou os fatos mais importantes do país no século passado, não só opinando como homem de imprensa e autor de extensa bibliografia, mas, sobretudo, engajando-se nas questões de seu tempo, no sentido descrito por Sirinelli (2003).¹

Nascido em 22 de janeiro de 1897, no Recife, foi três vezes deputado federal por Pernambuco e membro das Assembleias Nacionais Constituintes de 1945 e 1987; presidiu o Instituto do Açúcar e do Alcool de 1938 a 1945; governou o estado de Pernambuco entre 1948 e 1951; foi membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e exerceu mandatos como presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Desde os primeiros dias do regime militar instaurado no país em 1964, Barbosa Lima Sobrinho envolveu-se ativamente na luta política contra o arbítrio, a censura e as medidas de exceção. Além das constantes denúncias veiculadas em seus artigos na imprensa, foi membro atuante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (órgão colegiado criado naquele mesmo ano).

Em 1973, o jornalista percorreu o país como candidato a vice-presidente pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), compondo a chamada “anticandidatura” de Ulysses Guimarães à presidência da república, na eleição indireta que tinha o general Ernesto Geisel como candidato da Aliança Renovadora Nacional (Arena). À frente da ABI ininterruptamente desde 1978, Sobrinho consolidou-se como referência em um conjunto de forças e movimentos sociais que, a partir da segunda

¹ Ao destacar o caráter polissêmico do conceito de intelectual, Sirinelli aponta para duas acepções não necessariamente excludentes. Uma mais ampla, ligada às atividades de produção e mediação cultural; e outra mais estreita, baseada no engajamento em causas.

metade da década de 1970, ingressou no crescente campo de luta pela anistia e a redemocratização no Brasil, conforme Araújo (2006).

A defesa dos valores democráticos foi uma das marcas constantes de sua vida. Entre 1983 e 1984, já octogenário, subiu em palanques como orador nos comícios realizados por ocasião da campanha das Diretas Já. Aos 95 anos de idade, foi de Barbosa Lima Sobrinho a primeira assinatura firmada no pedido de *impeachment* de Fernando Collor de Mello, entregue à Câmara dos Deputados em setembro de 1992².

É a trajetória desse personagem tão singular - cuja vida entrelaça-se aos rumos do Brasil ao longo de mais de cem anos - que constitui o objeto da presente pesquisa, com o propósito de estudar a atuação e o pensamento de Barbosa Lima Sobrinho durante um dos acontecimentos fundadores não só da história brasileira, mas também da própria identidade do país no século XX: a ditadura militar.

Inúmeras possibilidades de análise são abertas a partir da riqueza representada pelo perfil multifacetado desse intelectual, bem como pela diversidade de percursos por ele empreendidos. Diante desse desafio, um dos recursos metodológicos empregados aqui é o conceito de biografema, proposto por Roland Barthes.

Afirma o autor (2015, p. 32): “Gosto de certos traços biográficos que, na vida de um escritor, me encantam tanto quanto certas fotografias; chamei esses traços de biografemas; a Fotografia tem com a História a mesma relação que o biografema com a biografia.” Diferentemente do desejo de totalidade biográfica e do status documental da fotografia, a noção de biografema surge como uma estratégia narrativa para realçar certos acontecimentos e detalhes, tomados como reveladores daquela vida.

São aspectos da trajetória e das experiências vividas, pontos sensíveis que, se destacando da paisagem de fundo, partem da cena biográfica como flechas pontiagudas a pungir o olhar do observador (*punctum*), oferecendo novas leituras acerca daquela existência que se pretende contar. Ao atribuir ênfase a imagens, gestos, eventos e fragmentos de textos, o biografema surge como um instrumento

² Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, e Marcelo Lavenère Machado, presidente da OAB, foram os autores do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, constituindo Evandro Lins e Silva como seu advogado.

de construção biográfica capaz de produzir um olhar amoroso e repleto de significados sobre o sujeito.

Como gostaria que a minha vida se reduzisse, pelos cuidados de um biógrafo amigo e desenvolto, a alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões, digamos: biografemas, cuja distinção e mobilidade poderiam viajar fora de qualquer destino (BARTHES, 2005, p. 17).

A noção de biografema é adotada nessa pesquisa para iluminar aspectos da biografia de Barbosa Lima Sobrinho, capazes de situá-lo em determinados lugares de fala ao longo dos 21 anos de regime militar. Tais lugares de fala – os *punctum* selecionados para o presente trabalho - são: o Jornal do Brasil, a ABI, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e a anticandidatura à vice-presidência da república na chapa de Ulysses Guimarães.

Entre eles, a atuação como jornalista no periódico carioca pode ser considerada uma síntese, ao reunir elementos dos seus demais lugares de fala e propiciar uma vitrine para a opinião de Sobrinho durante mais de 70 de seus 103 anos. Afinal, a atividade jornalística acompanhou-o até o fim de seus dias, notadamente no JB, onde construiu uma carreira de colunista político com uma produção de quase quatro mil artigos, veiculados semanalmente desde 1927.

Poucas foram as questões sociais e políticas do país que preteriram a participação de Sobrinho ou deixaram de merecer algumas linhas no jornal. Assim, forjou sua identidade como agente histórico e uma bem-sucedida trajetória como homem de imprensa. Ambos os atributos tornar-se-iam indissociáveis de sua imagem pública por toda a vida – sendo a carreira jornalística um eixo explicativo fundamental de sua envergadura intelectual.

Dono de um estilo culto e moderado, pontuado por referências literárias e históricas, Sobrinho fez da coluna no JB uma tribuna para críticas e opiniões, angariando visibilidade junto à opinião pública e proximidade com os leitores. Durante os anos do regime militar, sua produção jornalística registrou o pulso do país durante mais de duas décadas de embates intelectuais e políticos, nos quais se engajou ativamente.

Através dos lugares de fala (*punctum*) selecionados a partir da extensa atuação intelectual e política de Sobrinho, é possível vislumbrar a repercussão das diversas fases do regime militar na sociedade brasileira, bem como os debates públicos que mobilizavam seus diferentes segmentos. Ao exercer o duplo papel de

cronista de seu tempo e de homem público engajado, Barbosa Lima Sobrinho elabora tanto a memória da ditadura quanto seu olhar sobre o Brasil.

O jornalista que participa ativamente da cena política e intelectual do país não se situa, porém, no campo de oposição ao regime tradicionalmente identificado como de esquerda, tampouco assumiu posições públicas de apoio à resistência armada (embora sua correspondência pessoal contenha uma carta enviada por um desses grupos).

De que forma esse intelectual liberal acionava variadas práticas de mediação cultural que o permitissem transitar por grupos com diferentes matizes ideológicos? Que posições Sobrinho ocupou no contexto político da ditadura? Quais foram suas aproximações e seus distanciamentos, ao longo dos 21 anos de exceção?

A análise dos aspectos escolhidos de sua trajetória poderá descortinar um capítulo importante da ainda pouco estudada história política da resistência liberal à ditadura militar brasileira. Afinal, nas batalhas da memória acerca desse evento constituinte do país no século XX, prevaleceu a narrativa que apresenta a oposição como sendo uma força única, em bloco, identificada genericamente sob a denominação de “esquerda”.

Entretanto, essa interpretação simplificadora desconsidera as nuances das várias modalidades de oposição adotadas por diferentes agentes históricos, deixando de contemplar a diversidade e a complexidade dos grupos e personagens envolvidos no panorama político brasileiro em constante ebulição, cada qual com seus interesses, disputas internas e projetos de poder.

Enquanto frequentava os círculos intelectuais da época, Sobrinho abordou em seus escritos grande diversidade de assuntos. A cada edição do jornal expressou sua visão acerca da conjuntura econômica, do panorama político e cultural delineado no Brasil do pós-golpe e das medidas de exceção que foram sendo ampliadas ao longo dos anos, na mesma proporção em que se encolhiam as liberdades democráticas.

Os artigos publicados no Jornal do Brasil constituem o local privilegiado de observação escolhido na pesquisa para estudar Barbosa Lima Sobrinho, um dos expoentes de uma intelectualidade para quem o nacionalismo e o liberalismo fundamentam as principais matrizes de pensamento, ao longo de um dos períodos marcantes da história brasileira, que ecoa até os dias atuais.

Evidenciam-se, nas ideias de Sobrinho, importantes temáticas abordadas sob a ótica da teoria política liberal clássica, cunhada na Europa desde o século XVII e, mais tarde, no século XIX, por autores como Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill - testemunhas do nascimento da sociedade de massa e de uma ordem social democrática que ergue suas fundações sobre os escombros do mundo aristocrático.

Assim, o pensamento de Barbosa Lima Sobrinho ecoa a vertente liberal tão presente nas tradições intelectuais e políticas brasileiras, como fundamento teórico para a apreensão da realidade e diretriz de ação política – cujo maior representante foi o jurista baiano Rui Barbosa. É essa perspectiva de liberalismo clássico que anima Sobrinho e, portanto, surge na presente pesquisa como noção de liberalismo adotada.

Nesse contexto, alguns temas se destacam em sua produção jornalística - seja pela frequência com que pontuam as narrativas, em diferentes momentos; seja por surgirem articulados sob a forma de conceitos caros a esse liberal, que os reconhece como imprescindíveis à ordem política democrática. São eles: a democracia de cunho liberal, a defesa dos direitos humanos e a anistia. Tais noções permeiam os escritos de Sobrinho e são por ele defendidas explicitamente, configurando os eixos principais de sua argumentação.

Como esses conceitos se apresentam na escrita do jornalista? Quais feições assumem para ele? Suas ideias sofrem revisões com o passar do tempo e das conjunturas? Em busca de respostas, optou-se metodologicamente por dar voz ao próprio Sobrinho por meio de seus artigos, partindo de um mapeamento mais geral dos textos publicados no JB entre 1964 e 1985, para então realizar uma análise em profundidade daqueles considerados mais representativos e relevantes, em relação aos temas a serem pesquisados.

Uma das hipóteses apresentadas no presente estudo é que Barbosa Lima Sobrinho seria um dos mais ativos intelectuais mediadores no Brasil do século XX, com participação estratégica nos campos da cultura e da política por meio de diferentes processos – voltados ao diálogo com públicos diversificados, desde comunidades especializadas de acadêmicos, até a multidão sem rosto dos leitores de jornais e revistas de grande circulação.

De acordo com Ângela de Castro Gomes (2016, p.21), “os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas

parcelas da sociedade”. Autor literário com cerca de 30 obras dedicadas a diferentes áreas do conhecimento, o escritor e jornalista Barbosa Lima Sobrinho conjuga ambos os sentidos dessa categoria de intelectual: o de produtor e o de mediador de bens culturais.³

No entanto, se os intelectuais mediadores são reconhecidos como produtores de conhecimentos, assim como comunicadores de ideias, frequentemente atuam ainda como agentes históricos dedicados - direta ou indiretamente - à intervenção político-social. Ao se considerar também essa dimensão, Sobrinho configura-se como um dos personagens mais participativos durante o regime militar brasileiro, cujo ativismo em diferentes frentes da luta democrática esteve sempre aliado à sua dignidade pessoal e à defesa de ideais nacionalistas.

A coluna semanal no Jornal do Brasil reverberava seu pensamento e amplificava sua atuação como intelectual mediador, tornando-o próximo dos leitores. Aos domingos, Barbosa Lima Sobrinho era lido e discutido nos lares brasileiros: seus comentários e análises sobre a situação do país durante os anos de exceção transformavam-no em alguém presente, capaz de provocar polêmicas, reações de concordância e discordância.

Mobilizadas pela escrita de Sobrinho, amplas parcelas do público desejaram ir além de seu status de leitores e acabaram sendo bem-sucedidas em alargar os limites representados pelas páginas do jornal: invertendo os papéis de leitor e autor, converteram-se em interlocutores do jornalista por meio de cartas, telegramas, cartões e bilhetes que a ele enviaram, nos quais comentam seus artigos, apresentam demandas e argumentações acerca da vida nacional. Identificado pela sociedade brasileira como uma espécie de reserva moral do país, o “doutor Barbosa” era uma voz dotada de credibilidade, alguém a quem recorrer – e escrever - nos momentos mais cruciais.

Portanto, ao lado dos artigos publicados no JB, a inédita correspondência de Barbosa Lima Sobrinho constitui o segundo conjunto documental a ser estudado - e principal fonte primária da pesquisa. A meta é construir um diálogo entre a produção

³ Ângela de Castro Gomes ressalta que tais identidades – intelectual produtor e intelectual mediador - não possuem caráter estático, tampouco graus diferentes de valor político e cultural, alertando para o risco de uma apropriação inadequada dessas denominações tornar-se uma rotulação com juízos de valor embutidos.

jornalística e a epistolografia de Sobrinho, visando a compreender tais relatos como inseridos em uma rede de relações históricas, que lhe confere sentido.

A correspondência endereçada a ele oferece novas e ricas possibilidades de acompanhar sua trajetória, bem como ilustra a circularidade da fala de Sobrinho como jornalista, confirmando suas conexões e as redes de sociabilidade estabelecidas por esse intelectual. O estudo buscará realizar uma cronologia de artigos e cartas, de modo a promover uma abordagem dialógica entre as duas coleções de documentos.

A correspondência de Barbosa Lima Sobrinho integra seu enorme acervo pessoal, até hoje mantido inacessível ao público e à comunidade acadêmica, devido à descontinuidade de um grandioso projeto universitário que pretendia preservar sua memória. Após a morte do jornalista, em julho de 2000, o acervo arquivístico, bibliográfico e museológico de Sobrinho foi comprado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), que comemorava seu cinquentenário.

A intenção era criar o Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho, a ser instalado em um conjunto arquitetônico de propriedade da Universidade no bairro do Catete, onde os arquivos e a biblioteca do acadêmico estariam à disposição do público. No entanto, os imóveis necessitavam de obras de grande porte, que chegaram a ser iniciadas, mas não concluídas. O tempo passou, sem que o Centro de Cidadania jamais se convertesse em realidade.

Por outro lado, os arquivos do jornalista foram tratados e organizados – embora o trabalho tenha se prolongado por anos e a indefinição acerca de seu destino perdure até hoje. Das pilhas de caixas repletas de papéis e objetos surgiu uma grande diversidade de documentos, um vasto acervo tão interessante quanto a biografia de seu proprietário, capaz de contar histórias não apenas sobre um ilustre intelectual, mas também a respeito do próprio país.⁴

⁴ Abro aqui parêntesis para esclarecer meu envolvimento com o acervo de Sobrinho, ocorrido de forma quase casual em 2012. Na ocasião, como jornalista da Uerj, recebi a incumbência de entrevistar pessoas ligadas ao Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho. Aos poucos, fui me familiarizando com a equipe responsável e percebendo a riqueza do acervo, que se acumulava em um conjunto de salas da Faculdade de Direito da Uerj, imerso em silêncio institucional. Logo se tornou evidente para mim a necessidade de divulgar sua existência - por que não com uma pesquisa de doutorado? Afinal, os arquivos mereciam ser trazidos à luz e valorizados como fonte de estudos, não só em História, mas em diversos campos do conhecimento. Assim, penso ter um compromisso com o acervo de Barbosa Lima Sobrinho, dada minha condição de profissional da Uerj e primeira pesquisadora a estudá-lo, com a esperança de que muitos outros trabalhos venham a surgir.

Sua importância foi oficializada em 2004, por decreto presidencial que o distinguiu como o primeiro arquivo privado declarado de interesse público no Brasil. Tal reconhecimento alinha-se à proposta da presente pesquisa para valorização desse acervo ainda inexplorado, como fonte de estudos sobre a história política e intelectual do país, na contemporaneidade.

A correspondência do jornalista abrange os anos de 1905 a 2000, totalizando mais de cinco mil registros - um verdadeiro panorama epistolográfico do século XX. Nele, constam mensagens de caráter pessoal e familiar, mas também uma variedade de missivas produzidas principalmente por autores pertencentes aos campos intelectual e político.

Lá estão integrantes de mais de uma geração da intelectualidade brasileira - jornalistas, editores, escritores estrangeiros, acadêmicos, cientistas -, assim como pessoas “comuns”, estudantes, leitores dos artigos de Sobrinho na imprensa, políticos de diversos matizes ideológicos, sindicatos, associações de classe, entidades da sociedade civil e até remetentes anônimos.

Para fins da pesquisa, na análise da correspondência foi adotado o mesmo recorte temporal que baliza o estudo dos artigos no *Jornal do Brasil*, ou seja, o período compreendido de 1964 a 1985, datas usualmente apontadas por grande número de estudos historiográficos como marcos inicial e final do regime militar.⁵

Se as diversas modalidades da escrita de si têm tradicionalmente servido aos historiadores como fonte para suas pesquisas, bem mais recente é a valorização deste tipo de documento como objeto de investigação. Após a preponderância da fonte escrita e oficial no século XIX e início do século XX, os arquivos privados voltaram a ser atraentes aos estudos históricos a partir do movimento de renovação da história política e cultural.

A Escola dos *Annales* e outras correntes historiográficas contribuíram para a ampliação do elenco de fontes a serem estudadas, bem como das possibilidades de contribuições prestadas por outras disciplinas e campos do conhecimento. Novas abordagens surgiram, acompanhadas de reflexões acerca de temas e atores

⁵ Embora esse seja o entendimento preponderante entre pesquisadores, há divergências quanto ao término do período ditatorial. Para Daniel Aarão Reis, a ditadura como estado de exceção encerrou-se em 1979, com a revogação dos Atos Institucionais, iniciando-se então um processo de transição democrática. Outros autores apontam ainda o ano de 1988, a partir da promulgação da nova constituição. Conferir Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta (2014); Emir Sader (1986) e (1990); Maria José Resende (1996); Elio Gaspari (2002).

históricos até então subestimados, expandindo os limites das interpretações possíveis e da construção de conhecimento.

De acordo com René Rémond (2003), a história política venceu seu isolamento e beneficiou-se da abertura às contribuições efetuadas por outras disciplinas e ciências sociais como sociologia, psicanálise, linguística, psicologia social e ciência política. Ao ampliar o foco de suas análises, a renovação desse campo estendeu sua abrangência à sociedade global e passou a contemplar todos os atores do jogo político, inclusive os mais humildes.

Caracterizada pela pluralidade de ritmos temporais e pela articulação entre o contínuo e o descontínuo, o instantâneo e o extremamente lento, a história política renovada compreende o político como uma modalidade da prática social e uma dimensão relacionada aos demais aspectos da vida coletiva.

Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva ou do inconsciente as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa (RÉMOND, 2003, p.36).

Classicamente definida como a atividade relacionada à conquista e ao exercício do poder, Rémond propõe uma concepção de política não limitada à relação direta com o Estado e a sociedade global, constituindo um domínio sem margens que se estende também às coletividades territoriais e a outros setores, em um movimento que ora expande e ora reduz o campo do político.

Entretanto, afirma, não cabe ao historiador do político uma pretensa hegemonia ou tampouco reivindicar que tudo seja político, mas sim reconhecê-lo como ponto de confluência da maioria das atividades sociais. Longe de seguir um desenvolvimento linear, a política é conformada também por rupturas e pela imprevisibilidade provocada pelo acontecimento, com sua capacidade de modificar o curso das coisas e produzir impacto sobre as mentalidades.

É nesse momento de renovação da história política que documentos como diários, cadernos de anotações, memórias, biografias e correspondências cada vez mais despertam o interesse dos pesquisadores, desejosos de conhecer as formas empregadas por seus autores para registrar as vivências e experiências cotidianas.

Seja como rastro expressivo dos meios sociais silenciosos no indivíduo (Levillain, 2003) ou como mudança de foco para dizer algo diferente sobre os homens em sua história (Prochasson, 1998), as pesquisas realizadas a partir de

arquivos privados oferecem novas perspectivas historiográficas. Caracterizadas simultaneamente como fonte e objeto de estudo, as modalidades de escrita de si apresentam múltiplas formas de produção de memória e de temporalidades.

Se outrora os documentos oficiais eram perscrutados pelos historiadores com a lupa da crítica erudita, a fim de livrá-los de quaisquer traços tendenciosos, agora é a dimensão subjetiva dos arquivos privados que se busca realçar, sem deixar de considerar que as fontes – inclusive os acervos pessoais – são construções em vários níveis.

A começar pelos seus autores, responsáveis em vida pela produção, seleção, descarte e preservação de papéis, segundo critérios próprios; após sua morte, pelas pessoas e instituições a quem coube a guarda da documentação, muitas vezes reorganizada por familiares que fazem uma triagem dos documentos considerados embaraçosos, aos olhos de terceiros; e, finalmente, pelo pesquisador, que transforma a fonte em objeto de investigação e a recorta de acordo com seus questionamentos (Brandi, 2013).

O valor histórico de tais documentos, portanto, relaciona-se principalmente ao reconhecimento de seu caráter singular, cuja riqueza não reside no potencial comprobatório de uma verdade factual unitária e sim em sua natureza plural, subjetiva e fragmentária, sujeita a interferências variadas (Gomes, 2004).

A partir da centralidade do sujeito na modernidade ocidental, a nova verdade gerada por suas narrativas consiste na operação de conferir sentido e significado à própria existência. À medida que registra os atos cotidianos da vida – desde os mais banais até os acontecimentos singulares -, escreve a verdade de sua história.

Os escritos modernos de caráter autobiográfico seriam atos performativos, segundo Bruss (1976 apud CALLIGARIS, 1998), constitutivos tanto do sujeito quanto de seu conteúdo.

O sujeito que fala ou escreve sobre si, portanto, não é o objeto (re)presentado por seu discurso reflexivo, mas tampouco é o efeito, por assim dizer, gramatical de seu discurso. Falando e escrevendo, literalmente, ele se produz. Narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida. Ou debruçar-se sobre sua intimidade não é diferente de inventar-se uma intimidade (CALLIGARIS apud ARTIÈRES, 1998, p. 132).

Assim, a produção de subjetividade não ocorre apenas pela via autoral, mas, principalmente, remete-se a uma atividade constante de edição (Zinsser apud ARTIÈRES, 1998), da qual o indivíduo é a versão final. Por meio da escrita de si, o

autor/editor seleciona lembranças e acontecimentos merecedores de registro no texto (enquanto omite ou atenua outros), diagramando-os e reordenando-os. Com uma particularidade: a versão editada será sempre provisória, a cada vez que ele decidir reescrever-se.

E se “a memória é uma ilha de edição - um qualquer passante diz [...], e imediatamente apaga a tecla e também o sentido do que queria dizer”, resta ao poeta baiano, filho de pai sírio e mãe sertaneja, “o espanto do mundo não ser levado junto de roldão”. Também para Waly Salomão, a vida (e sua narrativa) não funciona como uma tela obediente, pronta a aceitar o significado que nela se deseja imprimir.

Ela [a vida] é recheada de locais de desova, presuntos, liquidações, queimas de arquivos, divisões de capturas, apagamentos de trechos, sumiços de originais, grupos de extermínios e fotogramas estourados [...]. Hienas aguardam na tocaia da moita enquanto os cães de fila do tempo fazem um arquipélago de fiapos do terno da memória [...]. Assim o mundo vai parindo o defunto de sua sinopse [...]. Ao prazer do bel-prazer, como quem aperta um botão da mesa de uma ilha de edição (SALOMÃO, 2014, p.250).

Nesse sentido, outra perspectiva teórica adotada para o desenvolvimento da pesquisa alinha-se à identificação tanto da produção jornalística quanto da correspondência de Barbosa Lima Sobrinho como lugares de memória, “[...] onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva (NORA, 1993, p. 182)”.

Formulada por Pierre Nora, a noção de lugar de memória compreende a construção histórica de um espaço impregnado do caráter revelador de relações, atores e processos sociais, sentimentos e interesses. Um lugar de memória onde coexistem suas dimensões material, funcional e simbólica, capaz de enclausurar e reter o tempo, bloqueando o esquecimento. A memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos.

Assim, inaugura-se um novo regime no qual cada um é o historiador de si mesmo e deve cumprir com o dever da memória. Esta sofre deslocamentos: do histórico ao psicológico, do social ao individual, em uma nova economia da identidade e dos mecanismos de relação com o passado. Os lugares de memória articulam a memória coletiva e a memória histórica, em uma espécie de jogo - no qual é a memória quem dita e a história quem escreve.

A produção jornalística de Barbosa Lima Sobrinho e sua correspondência serão abordadas como documentos impregnados de memória, situando a

experiência humana individual como uma das chaves interpretativas dos processos sociais e políticos coletivos. Integram-se à narrativa dos tempos de ditadura e arbítrio, durante os longos 21 anos em que o país esteve sob o regime de exceção inaugurado após o golpe civil-militar de 1964.

No primeiro capítulo, propõe-se uma aproximação com a singular trajetória de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho: são estudados aspectos biográficos, intelectuais e políticos desse personagem fundamental na história contemporânea brasileira, bem como os diversos percursos empreendidos por ele ao longo de seus 103 anos de vida, durante o processo de tornar-se o “Doutor Barbosa” na memória coletiva nacional.

Nessa seção, entra em cena o ativismo de Sobrinho durante os 21 anos de regime militar, abordado por meio do estabelecimento de seus quatro principais lugares de fala ao longo do período: Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; anticandidatura a vice-presidente pelo MDB; e Jornal do Brasil. Tal atuação de Sobrinho integra-se às narrativas construídas acerca da ditadura, sob uma perspectiva pouco valorizada pela historiografia: a resistência político-intelectual de caráter liberal.

Já o segundo capítulo é dedicado ao estudo da produção jornalística de Barbosa Lima Sobrinho durante o regime militar, propondo-se à análise e abordagem hermenêutica de artigos publicados em sua coluna no JB. Os textos descortinam os principais acontecimentos do período e suas interpretações narrativas elaboradas pelo velho homem de imprensa.

São identificadas as influências intelectuais do autor, bem como as temáticas que se constituem nas principais matrizes do pensamento barbosiano: democracia liberal, direitos humanos e anistia. Tais conceitos dialogam com cartas selecionadas de seu acervo e formam também a base do intenso ativismo de Barbosa Lima Sobrinho como um dos principais intelectuais mediadores do país, no século XX.

Por fim, o último capítulo da tese tem como ponto de partida a morte de Barbosa Lima Sobrinho. A conclusão de sua jornada é o marco inicial de outra trajetória: a de seu acervo pessoal, que chega à Uerj com o propósito de celebrar o legado do jornalista. A seção é dedicada a reconstituir o acidentado processo de implantação do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho, buscando valorizar a existência de seu inédito acervo e, em particular, a coleção de correspondências.

O propósito é dar visibilidade a essa história repleta de negociações e percalços, ainda pouco conhecida, embora tenha agregado esforços de instituições públicas e privadas, gerado um conjunto de atividades e mobilizado consideráveis recursos financeiros. O enfoque privilegia a constituição e o processamento do acervo bibliográfico, arquivístico e museológico de Sobrinho, tão revelador da pluralidade de sociabilidades exercidas por seu proprietário, da riqueza de suas experiências de vida, bem como dos movimentos políticos e intelectuais que marcaram a história brasileira recente.

1 O INTELLECTUAL E POLÍTICO ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA LIMA SOBRINHO

Ao longo de seus 103 anos, Barbosa Lima Sobrinho cumpriu uma rica trajetória de vida, durante a qual trilhou percursos variados, sofreu revezes, celebrou vitórias e, a cada passo, inscreveu seu nome nas páginas das lutas democráticas brasileiras e no cenário político-intelectual do país.

Suas múltiplas facetas – jornalista, político, jurista, ativista durante o regime militar, acadêmico, nacionalista, liberal, esportista, crítico do neoliberalismo – transformam-no em um personagem tão fascinante quanto desafiador, cujos traços compõem-se da complexa conjugação desses vários aspectos. Indissociáveis entre si, tais características revelam seus significados quando contempladas em conjunto.

Assim como as notas musicais isoladas são incapazes de produzir uma melodia, os diversos aspectos da vida e da personalidade precisam ser considerados de modo relacional, para que produzam sentidos. Tais considerações fazem-se necessárias diante da organização metodológica adotada no presente capítulo: a trajetória de Barbosa Lima Sobrinho surge aqui apresentada em seções graças a uma opção de caráter notadamente didático, buscando facilitar as aproximações e o entendimento acerca dos vários trajetos por ele delineados.

Esse ilustre personagem pernambucano, cuja história se entrelaça com a do próprio século XX, está presente no cotidiano e na memória coletiva brasileira, até os dias atuais. Em quase todas as regiões do país, tem seu nome atribuído a escolas e ruas, bem como a concursos e láureas promovidos por faculdades de jornalismo e direito.

No Rio de Janeiro, a cada sessão da Assembleia Legislativa, é no plenário Barbosa Lima Sobrinho que os parlamentares estaduais reúnem-se para discutir, votar e decidir os rumos da política fluminense. Já em Seropédica, na região metropolitana do Rio, uma grande usina termelétrica leva seu nome.

No dia 22 de janeiro de 2007, a Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, celebrou o aniversário de 110 anos do precursor do estudo científico em jornalismo no Brasil com um seminário, marcando o início do Ano Barbosa Lima Sobrinho na instituição, frequentada por ele durante toda uma vida dedicada às pesquisas bibliográficas.

Uma das homenagens recentes coube à Transpetro, subsidiária da Petrobras responsável pelo transporte de combustível: o primeiro navio gaseiro construído no porto de Suape, em Pernambuco, foi batizado com o nome do ex-governador do estado. A embarcação de 117 metros de comprimento foi ao mar pela primeira vez em agosto de 2014, como bem teria gostado o ex-remador Barbosa Lima Sobrinho.

1.1 **Eu vi o mundo... Ele começava no Recife e cabia nas páginas de jornal**⁶

“Cara pintada de verde e amarelo / de azul, vermelho e branco colori meu coração / sou do Nordeste, sou cabra da peste / meu país é meu patrão”. No carnaval carioca de 1999, a União da Ilha do Governador levou para a avenida uma homenagem a Barbosa Lima Sobrinho, que acabava de comemorar 102 anos de idade.

A escola de samba amargou o décimo lugar entre as agremiações do grupo especial com o enredo “Barbosa Lima, 102 anos do sobrinho do Brasil”. Contudo, seu samba não poderia ter sido mais fiel ao homenageado, reproduzindo no último verso do refrão uma conhecida frase do jornalista – e síntese das suas convicções.

Durante a longa existência, ao ser interrogado acerca de ideologias e filiações políticas, costumava responder que pertencia ao partido do Brasil. Consagrado pelas posições equilibradas, a disposição ao diálogo e a ética com que sempre se conduziu na vida pública, a defesa das teses nacionalistas é uma de suas marcas perenes.

Nascido em uma família de classe média do Recife em 22 de janeiro de 1897, Alexandre José Cintra Lima teve seu nome alterado na infância pelo próprio pai: o tabelião Francisco Cintra Lima desejava homenagear o tio materno do menino, o

⁶ O título homenageia o pintor pernambucano Cícero Dias (1907-2003), cuja obra-prima é o maravilhoso painel de 12 metros de comprimento “Eu vi o mundo... Ele começava no Recife”, exposto pela primeira vez em 1931. Em 1948, o artista foi convidado pelo então governador do estado Barbosa Lima Sobrinho a pintar nas paredes internas do prédio recém-construído da Secretaria de Fazenda, marco da arquitetura moderna do Recife. Lá, Cícero Dias executou uma série de pinturas murais abstratas, consideradas as primeiras nesse estilo da América Latina. Com o passar dos anos, as obras acabaram recobertas por muitas camadas de tinta e o próprio pintor foi chamado a acompanhar sua recuperação, concluída em 1981. Dos nove murais originais, apenas cinco puderam ser restaurados (Andrade, 1991).

político da República Velha Alexandre José Barbosa Lima, que gozava de prestígio na cena pública do país e entre os parentes.

Governador de Pernambuco entre 1892 e 1896, mais tarde senador pelo Amazonas e deputado federal, Barbosa Lima exerceria um papel relevante na formação do sobrinho. Ex-aluno de Benjamim Constant, suas ideias positivistas e liberais reverberaram no pensamento do jornalista, que discordava do tio, porém, quanto à doutrina de Adam Smith: Sobrinho acreditava no protagonismo do estado para o estabelecimento das diretrizes econômicas e políticas do país.

Ao velho Barbosa Lima pode-se creditar, ainda, a motivação para a estreia de Sobrinho na imprensa pernambucana: em julho de 1915, aos 18 anos de idade, publicou no Diário de Pernambuco um veemente artigo em defesa do ex-governador, respondendo aos ataques promovidos por adversários políticos do tio no jornal A Província.

Ao lado de oito irmãos, Barbosa Lima Sobrinho aprendeu a ler com a mãe, Joanna de Jesus Cintra Barbosa Lima, e iniciou a escola primária no Colégio Marista situado no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro - onde a família morou por quatro anos. De volta ao Recife, continuou os estudos e ingressou na faculdade de Direito em 1913, embora essa não fosse sua primeira opção.

“Eu gostaria de ter cursado medicina, mas achei que as condições financeiras de meu pai não lhe permitiriam financiar-me os estudos na Bahia ou no Rio de Janeiro [...]” (*Barbosa Lima Sobrinho I, depoimento, 1977*. CPDOC, 2005). A carreira médica só se tornaria uma possibilidade para os jovens pernambucanos sete anos mais tarde: criada em 1920, a Faculdade de Medicina do Recife começou com uma turma de 15 alunos, dos quais apenas seis saíram diplomados, em 1925.⁷

Além do interesse frustrado pela medicina, a juventude de Sobrinho foi marcada também pelo sobe-e-desce nas ladeiras de Olinda, onde viveu durante alguns anos e dedicou-se a uma intensa prática esportiva. Habitado a nadar por toda a extensão da praia da cidade, foi dono de uma jangada com remo de duas pás e gostava ainda de dar longas caminhadas: costumava jogar futebol em um campo

⁷ Curiosamente, a criação de um curso de medicina no estado fora um projeto colocado em pauta pelo tio de Sobrinho, dois anos antes de seu nascimento. O então governador Barbosa Lima apresentou-o à Câmara em 1895 sendo, porém, rejeitado pelo Senado. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br. Acesso em 28/09/17.

situado a vários quilômetros de casa, distância vencida a pé tanto na ida quanto na volta.

Com Múcio Leão (amigo por toda a vida e, mais tarde, também imortal da ABL), Henrique Dória de Vasconcelos, Arlindo Gibson e outros companheiros, fundou o clube de futebol Corinthians Olindenses, sob influência da agremiação inglesa que fazia sucesso entre os jovens da época, fãs do *match* de *foot-ball*. Apesar do nome pomposo, nem sede o clube possuía. “Jogávamos no campo do Salgadinho, ao lado da praia, mas quando a maré enchia, o mar cobria o campo e a gente não podia jogar.” (Jornal da ABL, ano 48, N. 276, 2000, p. 9)

Figura 1 – O bacharel Barbosa Lima Sobrinho.



Fonte: Acervo CCBLs.

Remador de destaque no clube Náutico Capibaribe, mais tarde Sobrinho divertia-se dizendo que sua guarnição era a única no Brasil com dois acadêmicos: ele, na posição de proa, e Múcio Leão. A boa forma física sempre foi sua companheira, sem dúvida contribuindo para uma longevidade saudável - até os cem anos, manteve o hábito de exercitar-se em uma bicicleta ergométrica. Daí por diante, entretanto, a decadência física seria inevitável após uma fratura de fêmur seguida de cirurgia, aos 102 anos.

Durante o período em que frequentou a faculdade de Direito, aliou o gosto pelo esporte à carreira jornalística, assinando a crônica esportiva nas páginas de A Província. Já bacharel, a partir de 1917 ampliaria a colaboração na imprensa pernambucana incluindo revistas, o Jornal Pequeno, o Diário de Pernambuco e o Jornal de Recife, periódico no qual estreou como colunista de domingo. Publicou também em noticiosos do Rio de Janeiro, inclusive no Jornal do Brasil.

Em busca de uma carreira que lhe garantisse estabilidade financeira, Sobrinho decidiu candidatar-se a uma cátedra na Faculdade de Direito do Recife, de onde saía como aluno laureado. Exercitando a dedicação e a disciplina que marcariam sua prática intelectual, encomendou do estrangeiro as obras jurídicas mais atualizadas em francês e inglês para fundamentar a elaboração da tese com que pretendia concorrer, intitulada “A ilusão do direito de guerra”.

Mais tarde, tal estudo acabaria se convertendo no primeiro livro de sua produção bibliográfica, editado em 1922. Além de coletâneas, discursos, prefácios e conferências, Barbosa Lima Sobrinho é autor de cerca de 30 obras dedicadas à língua portuguesa, história, jornalismo, direito, economia e política.

Entretanto, para surpresa dos candidatos à Faculdade de Direito, o concurso foi cancelado enquanto ainda se encontrava em andamento, com a vaga sendo destinada ao filho de um juiz federal. O suspeito episódio provocou a imediata indignação de Sobrinho, rapidamente transformada em uma série de artigos na imprensa sobre o ocorrido - inócuos, entretanto, quanto ao resultado do concurso.

Fechavam-se para ele, assim, as portas do *métier* de bacharel em Pernambuco. O que fazer, então? Rumar para o Rio de Janeiro pareceu-lhe a melhor opção. Lá encontraria inúmeros desafios, sem dúvida, mas também um ambiente propício ao crescimento profissional, bem como a oportunidade de frequentar os círculos da intelectualidade na capital federal.

No Brasil das primeiras décadas do século passado, este grupo reunia fundamentalmente “homens de letras” e “homens de ciências”: literatos, médicos, engenheiros, bacharéis em direito, jornalistas. Conviviam em academias e institutos dedicados às atividades literárias, científicas e às trocas culturais, que desde meados do século XIX iam progressivamente configurando um sistema intelectual com a produção e circulação de bens simbólicos.

Apesar de uma representação idealizada, desde o século XVIII, dos letrados como homens estudiosos e habitualmente trancados por longos períodos em

gabinetes e salas de leitura, na vida cotidiana esses indivíduos caracterizavam-se pelas práticas de intercâmbio intelectual – inclusive por meio de intensa troca de correspondências que prolongavam, no âmbito do privado, sua convivência nas academias. (Chartier, 1996).

Tais homens ilustrados compartilhavam uma autoimagem baseada na identidade conferida pelos espaços científicos aos quais eram afiliados, legitimadores de sua atuação como pensadores do Brasil. Ao transitar em ambientes de sociabilidade como institutos históricos e geográficos, sociedades líricas e jardins botânicos, os intelectuais desempenharam papel de destaque nos projetos de construção da nação brasileira.

Em sintonia com a mentalidade da época, eles geraram e disseminaram produções discursivas permeadas pelos valores da modernidade, da ciência e do progresso, desejosos de deixar para trás o passado colonial-escravagista que representava fonte de atraso. Era preciso abrir caminho para o futuro – simbolizado pela expansão de ferrovias e portos -, lançando as bases de um Brasil republicano e civilizado.

Configurava-se, assim, uma modernidade marcadamente individualista, com uma sociedade que cada vez mais se aburguesava. Com suas falas modernizadoras inspiradas em padrões europeus, os intelectuais debatiam os mais diversos aspectos da vida social, inclusive nas páginas de novos jornais liberais. E criavam espaços públicos para além dos círculos da elite, enquanto estabeleciam o campo intelectual brasileiro de princípios do século XX (Habermas, 2014).

Nessa época, a população letrada do Rio de Janeiro já contava com um número razoável de livrarias, gabinetes de leitura, bibliotecas, salões de chá e confeitarias, capazes de atender às demandas de um diversificado grupo de frequentadores: “Dele participavam jornalistas, literatos, *bon vivants*, *flâneurs*, comerciantes, políticos e boêmios, além das categorias profissionais mais afeitas aos livros, com destaque para os advogados e médicos” (Ferreira, 1997).

O prestígio da capital recém-remodelada com ares parisienses repercutia por todo o país, exercendo enorme atração sobre os jovens instruídos de outras regiões. Ansiosos por ampliar os estudos e impulsionar suas carreiras, preferencialmente no serviço público, desembarcavam no Rio de Janeiro munidos de muita ambição, das economias familiares e de cartas de recomendação (prática corrente naqueles tempos).

A edição do Jornal do Brasil do dia 20/4/21 registrou a chegada de um desses moços, na coluna intitulada “Notas Sociaes”:

Vindo de Pernambuco, acha-se nesta capital o Sr. Dr. Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, advogado e jornalista na capital daquelle Estado. O nosso jovem e brilhante confrade, que já emprestou ao Jornal do Brasil a sua intelligente collaboração, é laureado da Faculdade de Direito do Recife. (*Jornal do Brasil*, 20/4/21).

Um mês depois, no dia 27/05/21, Sobrinho publicaria seu primeiro artigo como jornalista efetivo do JB, intitulado “O momento litterario”. Aos 24 anos de idade, estabelecera-se na cidade há poucos meses e passaria os seis anos seguintes exercendo funções diversas no periódico carioca, até conquistar um espaço fixo para artigos opinativos, em 1927.

Em 12 de abril daquele ano, voltou a ser citado por ocasião do 36º aniversário do jornal. O JB publicou as congratulações recebidas de outros periódicos, entre eles, “A Pátria”:

A Pátria assim se externou: [...] o Jornal do Brasil é uma expressão victoriosa do esforço e da mentalidade de seus directores, entre os quaes se destaca a nobre figura de seu actual secretário e redactor-chefe, Dr Barbosa Lima Sobrinho, que no jornalismo nacional occupa lugar de accentuado destaque. Intellectual, servido por uma forte cultura e um estylo cheio de elegancia, jornalista por temperamento, actuando em harmonia com o espírito dynamico do momento. (*Jornal do Brasil*, 12/4/27).

Com o olhar atento e a pena elegante, Barbosa Lima Sobrinho havia galgado posições, conquistado prestígio e o reconhecimento de seus pares. Trilhava uma bem-sucedida trajetória, desde cedo entrelaçada à do próprio diário carioca: contemporâneos, ambos nascidos na última década do século XIX, o Jornal do Brasil surgira apenas seis anos antes de Sobrinho, em 1891.

Segundo a representação elaborada por seus confrades, Sobrinho distinguia-se não só pela sintonia com o “espírito dinâmico” de final dos anos 1920, mas também por sua atuação destacada na imprensa - ecoando as palavras de Gramsci, para quem os jornalistas – que acreditam ser literatos, filósofos, artistas – creem também ser os verdadeiros intelectuais (Gramsci, 1976).

Segmento tradicionalmente situado na centralidade da vida intelectual, cultural e política brasileira, a imprensa é o ambiente por excelência de Barbosa Lima Sobrinho. É na convivência diária com outros jornalistas, bem como nas discussões entabuladas com uma variedade de pessoas e autoridades, que ele gradativamente gesta e desenvolve seu projeto intelectual.

Nas primeiras décadas do século XX, o jovem Sobrinho encarnava o perfil típico de um homem de imprensa: bacharel em Direito, dedicado às letras, deixa sua cidade natal para buscar uma tribuna nos periódicos da capital (Barbosa, 2010). Os jornais dominavam a cena intelectual e literária, gozando de grande prestígio e poder político, como genialmente descreveu o personagem Isaías Caminha, de Lima Barreto, em 1909:

Veiga Filho acabou de ler a notícia no meio da sala, cercado de redatores e repórteres [...]. Lembrei-me que amanhã aquilo ia ser lido pelo Brasil boquiaberto de admiração. Naquela hora, presenciando tudo aquilo, eu senti que tinha travado conhecimento com um engenhoso aparelho de aparições, espécie complicada de tablado de mágica e espelho prestidigitador, provocando ilusões, fantasmagorias, ressurgimentos, glorificações e apoteoses com pedacinhos de chumbo, uma máquina Marinoni e a estupidez das multidões. Era a Imprensa, a Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição (BARRETO, 2010, p. 65).

Não surpreende, portanto, que a segunda obra da lavra de Sobrinho seja dedicada ao tema. Publicado em 1923, apenas dois anos após sua estreia no JB, “O problema da imprensa” surge como resposta ao restritivo projeto de lei de imprensa apresentado pelo senador paulista Adolfo Gordo, que se encontrava em discussão no Congresso Nacional em 1922.

Sobrinho apresenta no livro uma ampla análise histórica, jornalística e jurídica da situação da imprensa brasileira e em outros países, realizando o pioneiro estudo das ciências da comunicação no Brasil. O livro logo se transformou em um clássico, tendo sido reeditado pela editora da Universidade de São Paulo em 1988, em comemoração aos 180 anos de imprensa no país.⁸

Nesse estudo, já se encontram presentes os conceitos fundadores do pensamento de Barbosa Lima Sobrinho em relação ao papel do jornalismo – noções às quais ele se manteria fiel, a despeito de todas as transformações que viria a testemunhar ao longo da carreira.

Sobrinho expressa conceitos centrais do liberalismo clássico ao discorrer sobre a opinião pública, a liberdade de imprensa e a ameaça representada às liberdades individuais pelo poder do estado. Logo no prefácio do livro, o autor expõe a motivação para escrevê-lo, revelando sua visão acerca do protagonismo da imprensa como anunciadora do futuro e ator histórico dotado de uma missão.

⁸ Outras obras de Sobrinho também versam sobre jornalismo, entre elas: *A ação da imprensa na Primeira Constituinte* (1934); *Antologia do Correio Brasiliense* (1979); e *Hipólito da Costa: pioneiro da independência do Brasil* (1996).

Num momento em que tanto se avolumou a campanha contra o jornalismo, alvo de uma lei opressora, pareceu-me oportuno expor os verdadeiros aspectos da imprensa, na coragem com que venceu obstáculos e na constância com que prepara o mundo para o porvir (SOBRINHO, 1923, p. 10).

Para ele, a imprensa desempenha um relevante papel pedagógico e civilizador, no qual sobressai a autoimagem idealizada de seus membros: “A imprensa ensina, educa, dirige, inspira”, escreve Sobrinho. “O jornalismo, apesar de todos os inconvenientes e vícios, tem sido um elemento de educação e civilização [...]. As nossas campanhas liberais contaram com seu esforço e não houve nenhuma grande ideia que não se apoiasse na sua força (SOBRINHO, 1923, p.159)”.

Nas palavras do jornalista, é a atuação da imprensa que propicia ao homem comum – intelectualmente pouco preparado e ainda incivilizado – os meios para elevar-se e educar-se, distinguindo-se da multidão ao travar contato com as grandes ideias de seu tempo. Uma vez esclarecido, pode fazer uso de sua racionalidade e estender o olhar para além dos limites de seu universo individual, tornando-se apto a participar da coletividade.

O texto de Barbosa Lima Sobrinho repercute as percepções tocquevilleanas acerca do individualismo disseminado na sociedade de massa: subproduto da democracia, eis uma característica do cidadão que contribui para habituá-lo ao isolamento em seu círculo privado. Mergulhados nos próprios núcleos e voltados para seus negócios, os homens abrem mão da vida pública e da sociedade política, passando a compor uma massa uniforme (Tocqueville, 1973).

Cabe à imprensa opinar, analisar as conjunturas, explicando e esclarecendo os acontecimentos aos leitores para formar a opinião pública. Da mesma forma, é sua função fiscalizar os mandatários do poder, oferecendo uma garantia não só às liberdades de cunho individual como também ao próprio regime democrático.

O jornal fiscaliza o governo, serve-lhe de freio e estorva a desonestidade (...). O jornal serve de anteparo e proteção para as liberdades individuais e de controle e fronteira para os governantes. Com a nossa fraquíssima educação democrática, o temor da imprensa é que faz esbarrar a arremetida usurpadora dos governos”. (SOBRINHO, 1923, p.160).

Assim como na obra do pensador inglês (Mill, 1991), Sobrinho adota a concepção de uma opinião pública agigantada (configurada e veiculada pela imprensa), em contraste com o apequenamento do indivíduo, que carece de uma incipiente educação para o exercício da democracia. No contexto das sociedades

igualitárias, tal como descrito pelos autores liberais, a imprensa surge valorizada como possibilidade de fortalecer a voz dos indivíduos enfraquecidos na massa.

É Tocqueville quem reconhece a impossibilidade de um meio-termo justo aplicável à liberdade de imprensa: se esta é certamente fundamental, também constitui fonte de “males inevitáveis”. Na visão dele, a imprensa é, sem dúvida, mais importante pelo auxílio prestado como atenuante dos efeitos negativos peculiares às sociedades democráticas, do que pelos benefícios que possa gerar.

Da mesma forma, Sobrinho entende a liberdade de imprensa “não como um favor dos governos, mas uma conquista da própria imprensa, que só a obteve com o apoio da opinião pública e o desenvolvimento das liberdades individuais [...]” (SOBRINHO, 1923, p.13). Ecoando outro liberal, Hipólito da Costa, acredita que uma legislação arbitrária sobre a imprensa representa um mal maior do que a licenciosidade do jornalismo (LUSTOSA apud NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006).

Há defeitos na imprensa incorrigíveis e diante dos quais é preciso cruzar os braços, pelo receio dos danos imensos que qualquer intervenção acarretaria. Esclareça-se o espírito público, difunda-se a instrução e entregue-se à educação o preparo de caracteres; à medida que esse esforço venha atuando, a imprensa naturalmente se elevará”. (SOBRINHO, 1923, p.275).

No momento em que escreve, Barbosa Lima Sobrinho situa-se na transição para um novo modelo de imprensa. Superada a era do jornalismo panfletário, que chegara a povoar sua formação escolar e acadêmica, as primeiras décadas do século XX abrem caminho à modernização empresarial dos periódicos - cujas transformações seriam sentidas não apenas nos aspectos técnicos e industriais, mas principalmente no estilo e no fazer jornalístico.

Desde o surgimento da imprensa periódica no Brasil, o jornalismo panfletário foi um dos motores de seu desenvolvimento, conjugando a linguagem jocosa, satírica e até agressiva à polêmica em torno das questões políticas mais candentes. Folhetistas e publicistas fizeram circular a cultura liberal e o debate acerca da independência brasileira - mais tarde, também sobre o republicanismo -, contribuindo para a constituição de um esboço de esfera pública em novos espaços de sociabilidade, tais como livrarias e academias (Neves, 1997).

Instrumentos de difusão da cultura política de sua época, os folhetos e panfletos eram abertamente opinativos e adotavam um tom didático para esclarecer

o público leitor. Impressos em tipografias, frequentemente envolviam-se em acaloradas campanhas, recorrendo ao anonimato para driblar a censura vigente.

“Encontrei ainda especimens desse jornalismo romântico resultado muitas vezes da exaltação das doutrinas e da fascinação das ideias, mas algumas vezes surgido de pruridos vaidosos, credores da ambição de renome e de evidência”, escreveu Barbosa Lima (Sobrinho, 1923).

Progressivamente, esses atributos perderam espaço para a valorização do noticiário e da reportagem em linguagem mais corrente, com clara delimitação das seções opinativas. Cada vez mais os jornais seriam configurados como empresas de caráter capitalista de maior ou menor porte (Sodré, 1999), modificando inclusive o perfil de seus profissionais.

Com o desenvolvimento industrial da imprensa se transforma o próprio jornalista. Em phases iniciais, conserva-se no articulista a cultura de ciencias políticas, philosophicas e litterarias. Elle deveria dizer períodos cheios de pompa e anhelos democráticos. Mais adiante admite-se o escriptor ligeiro, dotado de um estilo ágil e de escassa cultura geral (SOBRINHO, 1923, p.140).

Em paralelo à intensa modernização da própria cidade, os periódicos rapidamente constituem uma nova indústria, capaz de empregar centenas de pessoas. Profissionais cada vez mais especializados operam equipamentos modernos, novas técnicas de impressão chegam às oficinas e gráficas, dotando as páginas dos jornais de cor, ilustrações, fotografias e outras inovações técnicas que encantam um número crescente de leitores.

Ao final da década de 1920, o Rio de Janeiro contava com 19 jornais diários, 13 estações de rádio e diversas revistas semanais com tiragens expressivas, como O Cruzeiro: lançada em 1928, alcançou a marca de 30 mil exemplares (Barbosa, 2010). Significativo é o fato de que o primeiro arranha-céu da América Latina tenha sido a sede do jornal A Noite, um assombro com seus 22 pavimentos de concreto armado e 102 metros de altura, inaugurado na Praça Mauá em 1929.

Figura 2 – O jornalista na mocidade.



Fonte: Acervo CCBLIS.

Nesse contexto industrial da imprensa, a figura do repórter surge valorizada como produtor da notícia e protagonista da narrativa jornalística. Ao mesmo tempo, outro perfil consolida-se nos periódicos: o redator de artigos. Função exercida geralmente por um intelectual ou literato, seu espaço é a coluna na página de opinião, na qual são veiculados os chamados “artigos de fundo” sobre economia, literatura, política nacional e internacional.

Barbosa Lima Sobrinho firmou-se no JB como seu mais constante e longo redator, posição que ocupou durante 73 anos. Reconhecido como um dos mais prestigiados articulistas do país, foi pródigo em emitir opinião, manifestando-se abertamente e posicionando-se acerca dos assuntos do momento.

Sobrinho soube, como poucos, fazer a travessia para os novos tempos sem destruir as pontes atrás de si. Conservou-se como um articulista versado em diferentes áreas do conhecimento cujos textos, entretanto, dispensavam rapapés e adornos pretensiosos em favor da compreensão direta, da argumentação livre de malabarismos estilísticos.

Machado de Assis, Anatole France e Renan eram suas inspirações na busca permanente de simplicidade. “Passei a achar que a arte de escrever era dizer o que precisava ser dito da maneira mais acessível a quem lesse [...]” (*Barbosa Lima Sobrinho I, depoimento, 1977. CPDOC, 2005*).

Ao percorrer o século XX, o velho homem de imprensa adaptou-se às diferentes fases do jornalismo brasileiro, mantendo-se fiel à sua formação intelectual e sem abrir mão das convicções mais profundas. Não surpreende, portanto, que tenha refutado o modelo de inspiração norte-americana que se tornaria hegemônico na imprensa ocidental a partir dos anos 1950, baseado no lide e na valorização da objetividade, bem como numa pretensa neutralidade a ser alcançada pelos veículos jornalísticos.

Mais de 70 anos depois, reafirmaria o que acreditava ser a missão da imprensa, desde seus estudos pioneiros de 1923.

Acho estranho quando vejo essa teoria de imprensa neutra. Imprensa tem que ter opinião. E advogo para a imprensa a defesa dos interesses brasileiros. O modelo do jornalismo brasileiro está refletido no quadro que decora a sala da presidência da Associação Brasileira de Imprensa, com a imagem de Hipólito da Costa (SOBRINHO, 1997 – Jornal da ABI – Ano 3 – N.3 – Edição especial).

1.2 O “Doutor Barbosa”

Em 1977, durante depoimento concedido ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/Fundação Getúlio Vargas), um octogenário Barbosa Lima Sobrinho discorreu sobre grande variedade de temas, relembrou memórias, acontecimentos e personagens, ao narrar sua trajetória de vida.

Em dado momento da entrevista, elaborou aquilo que considerava sua identidade pública, expressando a imagem concebida de si próprio. “Decerto nunca me considerei um político. Eu me considero mais um intelectual, até certo ponto um jornalista [...]. Eu só me considero realizado mesmo nos livros” (*Barbosa Lima Sobrinho I, depoimento, 1977*. CPDOC, 2005). Em suas palavras, a atividade intelectual surge como matriz identitária, bem como fonte de realização pessoal e profissional - seja na vida jornalística ou, em especial, na produção bibliográfica, pois nos livros gozava de plena liberdade autoral.

Embora Sobrinho tenha excluído a atividade política profissional como definidora de sua autoimagem, o exercício de cargos públicos, tanto no legislativo como no executivo, ocupou décadas importantes de sua vida, contribuindo inclusive

para a construção da memória coletiva acerca dele. Além disso, a atuação parlamentar desempenhou papel relevante no desenvolvimento do sentido nacionalista que marcaria sua trajetória.

A carreira política de Barbosa Lima Sobrinho tem início em 1935, quando assume mandato pelo Partido Social Democrático (PSD) como deputado federal por Pernambuco. A legenda fora organizada no estado dois anos antes, sob orientação de Agamenon Magalhães (com quem tinha afinidade política) e do ex-interventor Carlos de Lima Cavalcanti, eleito naquele mesmo ano como governador pernambucano.

Sobrinho foi líder da bancada na Câmara até o racha do partido em 1937, provocado pelo rompimento entre Agamenon Magalhães (àquela altura, ministro do Trabalho de Getúlio Vargas) e Carlos de Lima Cavalcanti, em virtude de divergências quanto à sucessão presidencial a ser disputada no ano seguinte. Colocando-se ao lado de Agamenon, Barbosa renunciou à liderança do PSD, mas permaneceu como membro da Comissão de Finanças, sendo designado relator do orçamento do Ministério do Interior e Justiça.

Naquele mesmo ano, coube a ele a relatoria do projeto governamental n. 721, relativo à nacionalização do setor de seguros e à criação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Sobrinho elaborou um aprofundado estudo, abrangendo um período de várias décadas, capaz de demonstrar a situação de submissão do país aos interesses de empresas estrangeiras de seguros. Mais tarde, seu parecer e um conjunto de emendas que propôs contribuíram para a edição de decretos-leis aplicados ao setor.

Em diversas entrevistas concedidas ao longo da vida, Sobrinho referiu-se a esse momento, em 1937, como o marco inicial de sua conduta pública de cunho nacionalista, tributária da intervenção do estado na definição da política econômica. O relatório de Sobrinho foi aprovado na Comissão de Finanças da Câmara e seguiria para a discussão em plenário, quando seu mandato foi interrompido pela dissolução do Congresso decretada por Vargas, em 10 de novembro.

O episódio relacionado ao IRB foi lembrado por Barbosa na ocasião em que o jornalista completou cem anos de idade, inclusive como justificativa para um ato de revisão histórica. “Não fui favorável à candidatura de Getúlio Vargas, mas quando ele começou com seu programa nacionalista, teve em mim um defensor

permanente. Isso desde a criação do Instituto de Resseguros, de que fui relator” (*Barbosa Lima Sobrinho III, depoimento, 1997. CPDOC/ALERJ, 1998*).⁹

Figura 3 – Campanha de Sobrinho no Recife.



Fonte: CCBLIS.

Eis uma fala reveladora das ambiguidades presentes na subjetividade de Sobrinho e que iriam pontuar diversos momentos de sua trajetória política e pessoal. Como entender que um autoproclamado democrata, cujo mandato parlamentar acabava de ser extinto antes do término previsto, fosse capaz de relativizar o autoritarismo getulista? Do mesmo modo, seria inesperado que o jornalista, de viés liberal clássico, apoiasse o regime de intervenções estatais implantado na economia e na política – inclusive vindo a integrar a burocracia estadonovista, mais tarde.

Tais contradições fazem parte da humanidade e da complexa personalidade de Barbosa Lima Sobrinho, na qual a lisura de caráter e a coerência predominam, porém onde convivem também diversas facetas, com suas reinterpretações e reelaborações das formas de ler o mundo. Na visão de Sobrinho, o nacionalismo constitui um valor de tal forma elevado, que se torna preponderante como chave interpretativa da realidade, produzindo até mesmo um certo senso de seletividade – segundo o qual este jornalista é capaz de ser liberal e também nacionalista, tornando mais flexíveis alguns limites conceituais de sua formação ideológica.

⁹ O Instituto de Resseguros do Brasil foi criado durante a vigência do Estado Novo, em 03/04/39, pelo decreto-lei n. 1.186.

Em maio de 1938, Barbosa Lima Sobrinho assumiu a presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), autarquia federal com sede no Rio de Janeiro, criada em 1933 com o objetivo de estimular e controlar a produção de álcool, açúcar e suas matérias-primas em todo o país. Na verdade, o intervencionismo do governo na agroindústria canavieira começara ainda em 1931, quando o setor – dominado pelos grandes usineiros nordestinos - encontrava-se em meio à grave crise de superprodução.

O decreto n. 19.717, editado em 20/02/31, tornou obrigatória a mistura de 5% de álcool à gasolina importada, assim como determinou aos veículos de órgãos públicos a utilização de carburante com álcool, numa proporção mínima de 10%. Ao mesmo tempo, isentava de impostos e taxas de importação os equipamentos necessários à montagem e adaptação de usinas para fabrico de álcool anidro.

A despeito de tais medidas, a conjuntura ainda era grave quando Barbosa tornou-se presidente do IAA, vendo-se forçado a adotar providências para estabelecer limites à produção açucareira, enquanto assegurava isenção fiscal à exportação do produto para a região centro-sul. Em 1941, durante sua presidência, foi instituído o Estatuto da Lavoura Canavieira, elaborado por Vicente Chermond de Miranda e outros funcionários do IAA, entre eles Miguel Arraes (que mais tarde viria a ser secretário de Fazenda de Sobrinho, durante sua gestão no governo de Pernambuco).

Após oito anos à frente do Instituto, Barbosa Lima lançou sua candidatura à Assembleia Nacional Constituinte, assumindo novo mandato de deputado pessedista em abril de 1946. Como integrante da Comissão da Ordem Econômica e Social, participou dos trabalhos defendendo princípios nacionalistas e maior atuação estatal na economia. Naquele mesmo ano, aceitou a indicação de seu nome para concorrer ao governo do estado de Pernambuco, nas eleições de janeiro de 1947.

Além de Sobrinho, a disputa contava ainda com as candidaturas de Manuel Neto Campelo Junior - lançada pela coligação entre União Democrática Nacional (UDN), Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Libertador (PL), com apoio de uma ala dissidente do PSD liderada pelo senador Antônio de Novais Filho – e de Pelópidas Silveira, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Apesar da participação ativa de Agamenon Magalhães na campanha, a vitória de Barbosa Lima Sobrinho sobre Neto Campelo deu-se por uma apertadíssima margem de cerca de 500 votos, ensejando o recurso do candidato derrotado aos

tribunais eleitorais, para anulação do pleito. Com a posse de Sobrinho adiada até a tramitação final dos recursos – conforme a legislação da época -, a chefia provisória do governo pernambucano foi delegada ao presidente da Assembleia Legislativa, Otávio Correia de Araújo.

Tal expediente custaria a Sobrinho um ano inteiro de sua gestão até ser definitivamente empossado, em fevereiro de 1948. Durante o ano de 1947, enquanto esteve impedido de assumir como governador, retomou o mandato legislativo e votou contrariamente à cassação dos deputados eleitos pelo Partido Comunista do Brasil (legenda que perdera o registro em maio).

Embora jamais tivesse apoiado a ideologia comunista – Sobrinho acreditava que a melhor forma de esvaziá-la era prover boas condições de vida às classes trabalhadoras -, justificou tal decisão alegando que uma ideia só pode ser realmente superada por outra ideia, não pela repressão; além de considerar a medida inconstitucional. Não obstante, os parlamentares comunistas tiveram de fato seus mandatos cassados em janeiro do ano seguinte.

É dessa época seu encontro com outro ícone da imprensa brasileira: Villas-Bôas Corrêa, que iniciava a carreira de repórter político cobrindo o dia-a-dia na Câmara. Muito tempo depois, relembrou suas impressões acerca do deputado que então aguardava para ser nomeado governador.

O doutor Barbosa Lima apoiara o golpe de 37, participou do governo do ditador Getúlio Vargas como presidente do IAA, elegeu-se deputado pelo PSD, fez a campanha de 45 ao lado da candidatura de Gaspar Dutra. Pelo seu perfil político deveria vencer barreiras da intransigência para merecer a estima e credibilidade da crônica. Mas, além da simpatia pessoal, da conversa agradável e bem informada, era tal a dignidade que sua figura irradiava que se afirmou como fonte de fé e absoluta confiança. (CORRÊA, 2000 – Jornal da ABI – Ano 49 – N.279).

Em fevereiro de 1948, julgado improcedente o recurso de Neto Campelo, Sobrinho finalmente tomou posse no Palácio das Princesas. Buscou realizar um governo que se conservasse à margem das lutas políticas pernambucanas, pois não se considerava integrante de grupos partidários uma vez que passara a maior parte da vida no Rio de Janeiro. O principal nome da oposição a Sobrinho era o líder da UDN, Gilberto Osório.

Durante essa época, o desenvolvimento econômico e industrial de Pernambuco encontrava-se seriamente comprometido devido ao problema da escassez de energia elétrica, cuja solução residia na construção do complexo

hidrelétrico de Paulo Afonso, obra iniciada apenas em 1949.¹⁰ Portanto, Sobrinho priorizou em seus três anos de gestão as áreas de saúde pública e educação, empregando uma política de conciliação de classes, segundo suas palavras.

Levou redes de distribuição de água potável a municípios do interior, bem como cursos secundários e de escola normal. Criou a Faculdade de Filosofia – para cuja direção convidou Gilberto Freyre, porém este havia feito campanha contrária a Sobrinho e recusou. Investiu em obras de urbanização no Recife e em programas de assistência para trabalhadores rurais, bem como centros de puericultura.

Concluído o mandato como governador de Pernambuco, em 1951 foi nomeado procurador da Prefeitura do Distrito Federal e retornou ao Rio de Janeiro, já por ocasião do segundo governo Vargas. De volta ao Catete, Getúlio compôs seu novo ministério contemplando o PSD de Sobrinho na maioria das pastas.

No exercício do novo cargo, Barbosa reafirmou sua consciência nacionalista ao situar-se no centro de uma polêmica acerca dos bens reversíveis da Light, concessionária canadense responsável pelo fornecimento de energia elétrica na cidade, bem como pelo serviço de transportes urbanos movidos a eletricidade, ou seja, as linhas de bonde.

Sobrinho desenvolveu um longo parecer denunciando uma série de irregularidades cometidas pela empresa estrangeira, que representavam prejuízos aos cofres públicos: o não cumprimento de diversas cláusulas contratuais; o envio para o exterior de altas somas relativas aos bens amortizados da Light, além da venda ilegal de inúmeros imóveis à própria prefeitura.

Após sete anos como procurador, em outubro de 1958 lançou-se à sua terceira e última campanha parlamentar, desta vez sob a legenda do PSB como integrante das Oposições Unidas de Pernambuco – coligação formada ainda por UDN, PTB, PSP e PTN. Vitorioso, entre 1959 e 1963 assumiu novo mandato de deputado federal por Pernambuco, tornando-se membro da Comissão de Justiça.

Coerente com sua trajetória, uma vez mais os projetos de cunho nacionalista constituíram o arcabouço de sua atuação política, defendendo a necessidade de desenvolvimento autônomo da economia brasileira. Sobrinho participou ativamente da elaboração do Código Brasileiro de Telecomunicações e do projeto de criação da Eletrobrás, aprovado em 1961. Empenhou-se ainda em favor do projeto de

¹⁰ A usina da Bahia somente seria inaugurada pelo presidente Café Filho em 15 de janeiro de 1955, começando naquele ano a fornecer energia elétrica para o Recife.

regulamentação da remessa de lucros ao exterior que, mais tarde, daria origem à Lei de Remessa de Lucros.

Em 1963, Sobrinho concluiu sua legislatura e considerou encerrada a carreira política. Durante os dez anos seguintes, dedicou-se exclusivamente à vida intelectual e à atividade jornalística – que jamais abandonara, nem mesmo quando esteve à frente do governo de Pernambuco. O artigo para a coluna de opinião no *Jornal do Brasil* constituiu para ele um compromisso de vida, enviado infalivelmente todas as semanas.

Barbosa Lima Sobrinho atuou como membro de inúmeras instituições culturais e científicas, tais como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; Instituto de Advogados de São Paulo e Academia das Ciências de Lisboa. Em diversas ocasiões, foi signatário de listas, manifestos e documentos coletivos, reforçando seu pertencimento a tais redes de sociabilidades e demarcando posições de cunho intelectual, inclusive durante o regime militar.

Entre várias outras, destacam-se as associações que se tornaram símbolos de consagração intelectual no Brasil do século XX: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) - do qual foi o sócio mais antigo - e a Academia Brasileira de Letras. Sobrinho tinha apenas seis meses de idade quando Machado de Assis, inspirado nos moldes da Academia Francesa, presidiu a sessão inaugural da ABL, em 20 de julho de 1897, numa sala do Museu Pedagogium, situado na Rua do Passeio.

Nascidos no mesmo ano, Barbosa Lima e a mais tradicional instituição literária nacional tiveram suas histórias cruzadas em 1937, com a eleição do jornalista como quarto ocupante da cadeira número 6, sucedendo a Goulart de Andrade. Lá, conviveu com importantes nomes da literatura nacional e exerceu diversas funções, inclusive a presidência nos anos de 1953 e 1954. Sua correspondência registra as movimentadas ocasiões de eleição na ABL: é grande a quantidade de cartas e telegramas enviados a ele por aspirantes à imortalidade.¹¹

Em 1990, Sobrinho foi escolhido por outro nordestino recém-eleito à Academia, o paraibano Ariano Suassuna, para lhe fazer a outorga da espada durante a cerimônia de posse na ABL. “Queria que minha espada, entregue por ele,

¹¹ Para uma interessante abordagem acerca das dúbias relações mantidas pela Academia Brasileira de Letras com o regime militar instaurado a partir de 1964 (em particular, de seu presidente Austregésilo de Athayde), conferir o artigo de Diogo Cunha no livro *História e memória das ditaduras do século XX*, v.1, 2015.

assumisse o valor de símbolo, como um emblema da luta do nosso país e do nosso povo para se afirmarem como nação soberana”, lembrou Suassuna (CARVALHO, 1997, p.39).

Figura 4 – De fardão da ABL, 1971.



Fonte: CCBLIS.

Autor de uma obra intelectual caracterizada tanto pela regularidade como pela diversidade temática, Barbosa Lima Sobrinho dedicou toda a vida à produção de ensaios, prefácios, discursos, pareceres, monografias, análises jurídicas e pesquisas históricas. Desde o livro inaugural, em 1922, à última publicação inédita lançada em 1996, foram cerca de 30 obras editadas a intervalos médios de três ou quatro anos, além da produção jornalística semanal.

Em sua vasta bibliografia, apenas dois livros revelam o ficcionista Barbosa Lima Sobrinho: “Árvore do bem e do mal” (1926) e “O vendedor de discursos” (1935). Já os assuntos relacionados ao idioma despertaram seu interesse e mereceram inclusive abordagem política, como em “A língua portuguesa e a unidade do Brasil”. Lançado em 1958, o trabalho teve sua relevância reconhecida com uma segunda edição em 2000, pouco antes da morte do autor, aos 103 anos.

Entre suas obras, “A verdade sobre a revolução de outubro” é considerado um estudo clássico acerca da revolução de 1930 (acompanhada pelo repórter Sobrinho no calor dos acontecimentos), publicado em 1933. Muitos trabalhos são análises de caráter político e histórico, tais como “Sistemas eleitorais e partidos políticos” (1956), “A autodeterminação e a não intervenção” (1963), “Hipólito da Costa: pioneiro da independência do Brasil” (1996) e “Capistrano de Abreu” (s/d).

Contudo, a produção historiográfica de Barbosa Lima Sobrinho sem dúvida possui sotaque regional: são as questões nordestinas que povoam a maior parte de seus estudos e constituem uma clivagem significativa em sua bibliografia. “Pernambuco e o rio São Francisco” (1929), “O devassamento do Piauí” (1946), “Pernambuco, da Independência à Confederação do Equador” (1979), “A Revolução Praieira” (1949) e “A comarca do rio São Francisco” (1950) são alguns exemplos.

Da mesma forma, a temática nacionalista é abordada em pelo menos quatro livros, relacionados a diferentes fases da vida política brasileira. O primeiro deles, “Desde quando somos nacionalistas”, saiu do prelo em 1963. Já as publicações seguintes expressam o modo como sua obra intelectual surge imbricada à resistência durante os anos do regime militar: em 1968, indignado com a indicação do economista Roberto Campos para o Ministério do Planejamento no governo Castelo Branco, Sobrinho escreveu “Presença de Alberto Torres”.

“Foi o livro com o qual respondi ao regime militar. Achei que havia necessidade de procurar um verdadeiro nacionalista. Em um regime de censura, escrevi então a biografia de Alberto Torres” (*Barbosa Lima Sobrinho III, depoimento*, 1997. CPDOC/ALERJ, 1998). No capítulo final da obra, afirmou que no Brasil – ao qual a ditadura impusera o bipartidarismo três anos antes, por meio do AI-2 - só existiam mesmo dois partidos: o partido de Tiradentes e o de Joaquim Silvério dos Reis.

Em 1973, publicou “Japão, o capital se faz em casa”, defendendo a tese do desenvolvimento com capitais próprios, no momento em que o país sofria com uma elevada dívida externa e o déficit provocado pelo pagamento de juros ao exterior. Finalmente, em 1981, lançou “Estudos nacionalistas”.

Até o último de seus dias de vida, o intelectual Barbosa Lima Sobrinho não se eximiu de assumir posição diante das questões mais relevantes para a sociedade brasileira. O encerramento da carreira parlamentar, em 1963, tampouco significou sua despedida da vida pública, na qual seguiria atuando ativamente, embora sem o

exercício de cargos, enquanto consolidava sua imagem de credibilidade, notório conhecimento e dignidade pessoal.

Figura 5 – Amaral Peixoto, Nelson Carneiro, Sobrinho, Ulysses Guimarães, Alencar Furtado, Tancredo Neves e Thales Ramalho em reunião na casa do jornalista, 1973.



Fonte: Acervo CCBLIS.

Tais atributos, impregnados de alto valor simbólico, foram decisivos na escolha de seu nome para compor com Ulysses Guimarães a quixotesca chapa de protesto à “eleição” para presidência da república, em 1973, no episódio da anticandidatura que será abordado ainda neste capítulo.

Da mesma forma, esteve presente em momentos significativos do longo caminho rumo à redemocratização: ao lado de Ulysses, Sobral Pinto, Tancredo Neves e Teotônio Vilela, subiu em palanques durante a frustrada campanha das Diretas Já para aprovar a emenda Dante de Oliveira - que propunha o restabelecimento das eleições diretas à presidência da república para o pleito de 1985, mas foi derrotada no Congresso em abril de 1984.

Em janeiro do ano seguinte, a chapa composta por Tancredo Neves e José Sarney consagrou-se vencedora no Colégio Eleitoral. A convite do presidente eleito, poucos dias depois Barbosa Lima Sobrinho comandou a mesa da primeira entrevista coletiva concedida pelos novos mandatários do Brasil à imprensa nacional e internacional.

Na Nova República, pela segunda vez Sobrinho compôs uma assembleia nacional constituinte, em 1987, como membro da comissão de notáveis presidida por Afonso Arinos com a incumbência de elaborar um anteprojeto de constituição (a

chamada Comissão Afonso Arinos). A defesa do monopólio da Petrobras sobre a exploração de petróleo foi um dos destaques de sua atuação nacionalista.

Durante os anos 1990, Sobrinho foi um crítico constante do neoliberalismo bem como do programa de privatizações de empresas públicas promovido pelo governo Fernando Henrique Cardoso, contra o qual empregou toda a sua capacidade discursiva em inúmeros artigos no JB – embora não se tenha limitado às palavras: nonagenário, participou de atos e protestos de rua, especialmente daqueles em defesa da Petrobras e da Vale do Rio Doce.

Figura 6 – Discurso no Congresso Nacional: impeachment de Collor, 1992



Fonte: Acervo CCBLs.

“Entreguista” era a alcunha frequentemente utilizada por ele ao se referir ao governo FHC, especialmente após este ter sido bem-sucedido em uma série de reformas constitucionais, que culminaram com a aprovação da reeleição para as chefias do poder executivo nas três esferas - tendo sido ele próprio beneficiado - e o cancelamento do monopólio da Petrobras sobre a exploração de petróleo no país.

Como ato público final de uma trajetória sem paralelo no Brasil do século XX, o jornalista firmou a primeira assinatura constante no pedido de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Barbosa Lima Sobrinho o fez na condição de presidente da ABI, proponente da petição ao lado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), liderada por Marcelo Lavenère.

Na passagem de seu centenário, em 22 de janeiro de 1997, diversas homenagens e comendas relembrou as realizações de Sobrinho: além de inúmeros eventos comemorativos, recebeu o título de Cidadão Honorário do Rio de

Janeiro, o Prêmio Esso de Jornalismo, a medalha Rui Barbosa e o prêmio de mais alta honra da Universidade de Soka, no Japão.

Uma carta aberta em homenagem a Sobrinho foi publicada por intelectuais em jornais de grande circulação, “em reconhecimento pela contribuição à construção da nação e da democracia”, dizia o texto. Entre os signatários, Antonio Cândido, Alberto Dines, Celso Furtado, Evandro Lins e Silva, Ferreira Gullar, Evaristo de Moraes, Milton Santos, Moacir Werneck de Castro, Oscar Niemeyer e outros.

A ABI promoveu, em emissoras de rádio e TV, uma campanha nacional para festejar seu presidente centenário com o *slogan* “Barbosa Lima Sobrinho: cem anos de luta. E vem mais por aí”. Na imprensa escrita, 25 jornais nas principais cidades brasileiras publicaram anúncio de meia página elaborado pela entidade.

“É uma glória fazer cem anos como combatente de sua pátria. Porque Barbosa Lima Sobrinho é assim, tem pátria e a ama. Não como essa gente idiota de cabeça feita lá fora, que até se envergonha de ser patriota”, opinou o antropólogo Darcy Ribeiro, na ocasião (documentário “Barbosa Lima Sobrinho - cidadão do Brasil”, 2004).

Duas décadas antes, quando ainda era um vigoroso octogenário, Sobrinho já encarava a longevidade com bom humor e chegava a considerá-la uma espécie de vantagem para a resistência ao regime militar. “O principal nisso é a gente enraivecê-los, vivendo. Já é uma vitória. Eles devem ficar indignados com os adversários que passam dos 70 anos. Quando chegam aos 80, então, devem ficar mais bravos” (*Barbosa Lima Sobrinho I, depoimento, 1977. CPDOC, 2005*).

No entanto, se Barbosa Lima Sobrinho transitava com desenvoltura pela cena política e intelectual brasileira, o mesmo já não ocorria no âmbito da vida privada. Arroubos e grandes demonstrações de sentimentos nunca fizeram parte da natureza do pernambucano, para quem o comedimento, o bom senso e os argumentos da razão deveriam prevalecer sobre quaisquer paixões.

O temperamento moderado estendia-se à convivência familiar. “Papai sempre amou, discreta e silenciosamente, a sua família, os cachorros, os empregados. Abrir o peito, amar escancaradamente, ele só sabe fazer com o Brasil”, declarou o filho (e também jornalista) Fernando Barbosa Lima, por ocasião do centenário de Sobrinho (*Jornal da ABI, n.3, edição especial, 1997*).

Desinteressado dos assuntos relacionados ao universo doméstico, o acadêmico era dependente da esposa para todos os aspectos da vida cotidiana.

Longe de ser uma sombra do marido ilustre, à dona Maria José cabiam a administração financeira, as providências ligadas à casa e aos quatro filhos - Roberto, Fernando, Carlos Eduardo e Lúcia Maria.

Figura 7 – Casamento de Sobrinho e Maria José, São Paulo, 1931.



Fonte: Acervo CCBLs.

“Alexandre sempre foi muito carente. Como vou fazer se ele não sabe nada prático?”, perguntava-se ela (CALLADO, 1995, p. 47). Quase dez anos mais moça do que o marido, Maria José Pereira Barbosa Lima era dinâmica e empreendedora. Nascida em 1906 em uma tradicional família paulistana de oito filhos, foi uma das primeiras brasileiras a receber habilitação para dirigir, ainda aos 17 anos.

Depois de casada, por muitos anos conduziu o marido ao volante, numa cena incomum para a época, até que problemas de visão surgidos com o avançar da idade a impedissem de dirigir. A missão foi então transferida ao Ênio, empregado antigo da família e única pessoa capaz de ajustar corretamente o aparelho auditivo de Sobrinho. Misto de anjo da guarda e assistente, Ênio só tinha um defeito: ser botafoguense, segundo o padrão tricolor.

A jovem e comunicativa Maria José chamara a atenção do jornalista ao se encontrarem durante uma estação de águas, na cidade mineira de Cambuquira. Para ela, o contido Sobrinho escrevia poesias e dizia palavras românticas, causando

boa impressão. “Ele conversava muito. Casei com ele pela inteligência mais do que por qualquer outra coisa. Alexandre não era muito bonito, não” (*Idem*, p.63).

Entretanto, não seria tão fácil convencer o pai da noiva. O advogado Horácio Gonçalves Pereira mandou levantar a ficha do pretendente, que aos 34 anos era redator-chefe do JB e dono de ótima reputação. Sem outros argumentos, por fim tentou persuadi-lo de que faria mau negócio com o casamento, pois Maria José não sabia cozinhar, lavar ou costurar. Ao que Sobrinho retrucou: “Doutor, trabalho no jornal com a maior seção de classificados do país. Se quisesse uma empregada, seria fácil encontrar” (*ibidem*, p.66).

Casaram-se em São Paulo, em 1931. A companheira provia a iniciativa, o senso prático e o planejamento que faltavam a Sobrinho. Ansiosa por deixar o apartamento alugado onde a família residia, no Leme, zona sul do Rio, Maria José exigia, todos os meses, que o marido lhe entregasse o jetom de deputado para ser integralmente depositado na poupança, enquanto viviam do ordenado de jornalista – decisão jamais questionada por ele.

Assim, Maria José foi administrando as finanças domésticas até conseguir comprar um terreno na Rua Assunção, em Botafogo, onde mais tarde seria erguida a casa que os abrigaria por mais de 50 anos. Toda a construção foi projetada e supervisionada por ela, sem que o marido pusesse os pés no canteiro de obras - Sobrinho só conheceu a nova residência no dia da transferência de sua biblioteca.

Dinamismo semelhante Maria José levaria para Pernambuco, acompanhando o marido governador. Como primeira-dama, criou e liderou a Campanha Pernambucana Pró-Infância, obra social voltada ao combate da desnutrição e mortalidade infantil, ao lado do médico e cientista Nelson Chaves, então secretário de saúde do estado.

A pedido de Maria José, o jornalista comungou pela primeira vez aos 95 anos, passando a frequentar a missa por sua causa: muito católica, ela acreditava que iria para o céu e lá pretendia reencontrar o marido, desde que ele fizesse a sua parte. Maria José Barbosa Lima morreu dois anos depois de Sobrinho, em 2002, aos 95 de idade, na casa de Botafogo cuja planta ela mesma desenhara.

Barbosa Lima Sobrinho despediu-se da vida com a mesma coerência que pontuara sua trajetória. Aos 103 anos, o pernambucano (que atribuía a semente de seu nacionalismo às histórias ouvidas na infância sobre as lutas patrióticas em seu estado natal) mantinha a esperança em um Brasil diferente no terceiro milênio.

Espero que no século XXI o Brasil cresça [...]. Destacado entre as nações pelo desenvolvimento, pela instauração da justiça social, pela inclusão dos excluídos na sociedade, pela paz nas relações de trabalho e por um sentimento nacionalista [...]. Inserindo-se na verdadeira globalização, não esta dos mercados financeiros internacionais, mas a da fraternidade e da justiça (SOBRINHO, Jornal da ABI – Ano 48 – N.276, 2000, p.9).

Figura 8 – Barbosa Lima Sobrinho, várias fases da vida.



Fonte: CCBLIS.

1.3 Barbosa Lima Sobrinho e seus lugares de fala na ditadura militar

No dia 03/09/86, um ato solene lotou o salão Pedro Calmon da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no campus da Praia Vermelha. Sob aplausos da audiência que se postara de pé, o reitor Horácio Macedo passou às mãos de

Barbosa Lima Sobrinho o diploma de Doutor *Honoris Causa*, convidando em seguida o professor Márcio Tavares D'Amaral para fazer a saudação ao homenageado.

Todos lhe conhecem a história: é já patrimônio da memória coletiva no que tem o nosso povo de mais generoso, abnegado, criador e combativo. Barbosa Lima Sobrinho veio firmemente, e à revelia de sua vontade e modéstia, se encaminhando para esta região dos símbolos de uma época e é já indissociável da imagem da resistência ao arbítrio, da intransigência patriótica, que é firmeza, serenidade e coragem. (FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO, 1989, p. 20)

No dizer do professor, a imagem pública de Barbosa Lima Sobrinho cristalizara-se na memória coletiva do país (“todos lhe conhecem a história”), fundada em um conjunto de atributos que, plasmados, revelariam o melhor do povo brasileiro: a criatividade, a generosidade e a combatividade.

Realizada apenas doze meses após a devolução do poder aos civis, depois de 21 anos de regime militar, a homenagem representava o reconhecimento à rica trajetória capaz de credenciar Sobrinho à condição de “símbolo de uma época”, quando havia sido necessário opor-se ao arbítrio e não transigir na defesa nacional.

O golpe civil-militar de 1964 inaugurou um complexo período da história brasileira contemporânea, durante o qual uma multiplicidade de atores assumiu diferentes papéis. Ao longo das duas décadas seguintes, seriam evidenciadas as intrincadas características da sociedade capazes de contribuir para as operações de construção e reconstrução de uma memória que permanece viva e atuante até os dias de hoje, passados 34 anos do término do regime.

Não há aqui a pretensão de realizar um balanço historiográfico dos anos de ditadura, tampouco se almeja abarcar a ampla diversidade bibliográfica, de temas e debates relacionados ao período (investigado de forma mais sistemática, por parte dos historiadores, desde fins dos anos 1970). Contudo, cabe ressaltar alguns dos estudos e das narrativas mais relevantes, que buscaram tecer interpretações sobre aqueles acontecimentos.¹²

Em 1981, o cientista político e historiador uruguaio René Armand Dreifuss expandiu a noção de um golpe das forças armadas contra João Goulart, ao cunhar a expressão “movimento civil-militar”. No livro *1964: a conquista do Estado*, apontou a participação de setores civis na estratégia golpista, descrevendo as várias atividades

¹² Para uma indicação abrangente acerca da bibliografia existente sobre o regime militar, bem como uma cronologia dos principais fatos ocorridos desde 1961 a 1985, consultar Fico, 2014.

de propaganda anticomunista e de mobilização das classes médias contra o Executivo, promovidas em especial por Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), organizações mantidas pela classe empresarial.

Outro autor a reforçar a ideia de uma frente social e política de apoio à deposição do governo constitucional de João Goulart é Daniel Aarão Reis Filho.¹³ Para ele, representantes do capital (banqueiros, empresários, latifundiários, comerciantes, industriais) aliaram-se a políticos, magistrados e classe média com o intuito de preservar suas posições no interior de uma sociedade desigual, ameaçadas por um eventual processo de distribuição de renda e poder.

Já Gláucio Ary Dillon Soares critica a ênfase de caráter marxista atribuída à participação das elites econômicas no golpe, em detrimento do papel relevante desempenhado por seus verdadeiros autores: os militares, e não a burguesia ou a classe média, apesar de reconhecer o apoio prestado por estas às forças armadas conspiradoras. Segundo o pesquisador, as principais motivações militares para o golpe foram: o caos administrativo e a desordem política; a ameaça esquerdista em geral; e os ataques à disciplina e à hierarquia militares.¹⁴

Na visão de Carlos Fico, o golpe constitui fenômeno complexo, cuja análise exige a consideração tanto de variáveis macroestruturais quanto daquelas de natureza micrológica. Uma conjunção de fatores adversos explica o golpe e a ditadura por ele inaugurada: “as transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, o ânimo golpista dos conspiradores, especialmente dos militares” (FICO, 2014, p.113).

Para ele, no entanto, se a preparação do golpe foi de fato civil-militar (inclusive com a participação de parlamentares e governadores), o regime que se seguiu foi uma ditadura militar – entendimento compartilhado pela presente pesquisa.

Além das análises elaboradas por cientistas políticos, historiadores e outros autores acadêmicos, merece destaque também a linha narrativa de caráter memorialístico, abundante em versões produzidas por personagens que vivenciaram

¹³ Reis Filho apud FERREIRA, Jorge. 2001.

¹⁴ Soares apud SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas, 1994.

os acontecimentos em diferentes posições do campo político, ou mesmo que os testemunharam – inclusive dos bastidores. Incluem-se nesse rol de autores: políticos, seus assessores, militares, artistas, jornalistas, vítimas de torturas, ex-militantes e ex-guerrilheiros da luta armada, entre outros.

O que é isso, companheiro (1979), de Fernando Gabeira, *Os carbonários* (1980), de Alfredo Sirkis, e *Memórias do esquecimento* (1999), de Flavio Tavares, estão entre os relatos de maior repercussão e sucesso editorial. Mais recentemente, surgiu *Gracias a la vida – memórias de um militante*, lançado por Cid Benjamim em 2013. Do lado oposto, entre outros exemplos, figuram: o livro *A hora do lobo, a hora do carneiro* (1989), escrito pelo médico a serviço da ditadura Amílcar Lobo; *Rompendo o silêncio* (1987), do ex-torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra; e *Memórias de uma guerra suja* (2012), de autoria do ex-delegado de polícia Cláudio Guerra.

Por sua vez, a obra *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964* (1994) oferece uma contribuição fundamental para ampliar a compreensão acerca da ditadura, pela perspectiva de seus principais apoiadores. A partir de uma série de entrevistas realizadas com militares, os autores Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro estabelecem o conceito de utopia autoritária: no momento do golpe, os militares julgavam-se superiores aos civis e mais aptos em questões como patriotismo, retidão moral e conhecimento da realidade brasileira.

Em suas falas (e na sua memória), o sentimento anticomunista e a subversão disciplinar estão fortemente presentes como justificativas para o golpe militar, descrito pelos entrevistados como uma ação mal articulada, um contragolpe preventivo a um suposto e iminente golpe de esquerda. Da mesma forma, os depoentes manifestam a percepção de que o golpe era desejado pela sociedade civil, cuja insatisfação com a conjuntura expressava-se principalmente por meio da igreja, da classe média e dos empresários.

Por outro lado, as entrevistas evidenciam a ausência de um projeto político ou de governo a nortear a ação golpista. Tratava-se, isso sim, de remover Jango prontamente e efetuar uma “limpeza” ideológica e moral nas instituições, na qual também pesaram as vinganças de cunho pessoal e os ajustes de contas promovidos pela classe política apoiadora da “revolução”. O objetivo sempre foi a tomada do poder - apenas após a vitória do movimento é que se formulariam o ideário e o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

Vale ressaltar ainda o contraponto oferecido pelo livro *Brasil: nunca mais*, resultado do projeto homônimo levado a cabo pela Arquidiocese de São Paulo e pelo Conselho Mundial de Igrejas nos anos 1980, sob coordenação do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e do reverendo Jaime Wright. Lançada em 1985, a obra retrata a mais ampla pesquisa sobre tortura política realizada no país, relatada em detalhes pelos réus de mais de 700 processos produzidos pelo Superior Tribunal Militar. Os pesquisadores do projeto trabalharam sigilosamente em cerca de 850 mil páginas desses documentos, durante cinco anos.

A produção jornalística também se fez presente com várias obras, entre as quais se destacam: *Os idos de março e a queda de abril*, escrita por Alberto Dines e outros ainda em 1964; *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi* (1994), de Paulo Francis; *Conversa com a memória* (2002), de autoria do comentarista político Villas-Bôas Corrêa; e a coletânea em cinco volumes escrita por Elio Gaspari: *A ditadura envergonhada* (2002), *A ditadura escancarada* (2002), *A ditadura derrotada* (2003), *A ditadura encurralada* (2003) e *A ditadura acabada* (2016).

Mais recentemente, o cinquentenário do golpe de 1964 e o acesso de pesquisadores a arquivos documentais brasileiros e estrangeiros ensejaram novas reflexões, bem como o lançamento de inúmeros estudos. Entre tantos, merecem destaque: *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil* (2014), de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes; e a coletânea *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964* (2014), organizada por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta.

Concluídas essas breves considerações de cunho historiográfico, cabe aqui uma reflexão – ou melhor, uma inquietação. Para a maior parte dos autores e trabalhos dedicados a estudar a ditadura, Barbosa Lima Sobrinho é um personagem praticamente ausente. A escrita da história sobre os 21 anos de regime militar brasileiro reservou-lhe, quando muito, pequenas citações registrando sua atuação como presidente da ABI e a anticandidatura ao lado de Ulysses Guimarães (com o jornalista sendo retratado em posição coadjuvante).

Sobrinho surge como representante de conceitos abstratos, tais como liberdade de imprensa e democracia, porém pouco refletido – ou refletido apenas superficialmente – nessa historiografia. No banco de teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ele é tema de apenas uma

dissertação de mestrado, que investigou suas concepções acerca do jornalismo (Mendez, 1999).

As menções mais significativas à trajetória do intelectual relacionam-se à passagem de seu centenário de vida, em 1997, ocasião em que se concentram matérias produzidas pela grande imprensa e por algumas edições do Jornal da ABI. Para além disso, há pouquíssimas obras, todas perfis pouco complexos e excessivamente laudatórios (Segismundo, 1997; Carvalho, 1997; Oliveira, 2001).

O que significa esse silêncio acerca de um personagem tão singular, cujas múltiplas atuações na vida intelectual e política brasileira percorrem toda a história do século XX, sem encontrar paralelo com outros personagens na cena pública do país? Haveria alguma relação entre a ausência do liberal Barbosa Lima Sobrinho na crônica da resistência à ditadura e o fato de a historiografia do período ser marcadamente pautada pela memória dos resistentes das esquerdas?

O presente trabalho busca também apontar e pensar sobre tais questões, realizando uma reflexão sobre as representações em disputa acerca desse passado, que insiste em se fazer presente a cada novo documento da ditadura que é trazido à luz, durante o processo - ainda em curso - de elaboração da memória coletiva, produzida a posteriori e herdada pelas novas gerações.

É nesse contexto que se insere a abordagem quanto aos lugares de fala ocupados por um intelectual e político como Barbosa Lima Sobrinho: buscando-se ampliar o entendimento sobre as relações entre a sociedade brasileira e os regimes autoritários, frequentemente marcadas por ambivalências.

Para tal, é preciso refutar as narrativas simplificadoras e autoindulgentes que configuram os anos de exceção como uma ditadura imposta pelos generais aos demais brasileiros, “de fora para dentro”. Em contraposição, é necessário compreender os períodos de ruptura da ordem democrática como construções sociais, gestadas no interior das sociedades e ancoradas em suas culturas políticas, capazes de fornecer lastro a governos autoritários.

Essa noção é tanto mais pertinente em uma sociedade como a brasileira, fundada em tradições políticas patriarcais de feições clientelistas e na matriz escravocrata, cujos efeitos perduram nas relações socioeconômicas do século XXI, cobrando seu preço sob a forma de uma acentuada desigualdade, perenes violações dos direitos humanos e do predomínio de negros e pardos tanto na população carcerária quanto nas estatísticas de mortes violentas.

A despeito da autoimagem de gentileza e tolerância cultivada com gosto pela maioria dos brasileiros, um olhar mais demorado ao espelho nos devolve um reflexo à la Dorian Gray. Um retrato bem menos reconfortante, porém mais complexo e próximo da realidade. Ao longo da história (e não apenas nos períodos de exceção), as relações políticas e sociais brasileiras têm sido marcadas por diferentes níveis de conservadorismo, violência física e simbólica, bem como por práticas autoritárias e o conluio entre governantes, elites econômicas e políticas, empresariado, forças armadas e outros segmentos – inclusive imprensa e intelectuais.

Ao contrário do que sugerem o senso comum e algumas narrativas acerca do regime militar, o desejo de democracia e o apreço pelo estado de direito são menos preponderantes como valores inerentes à sociedade brasileira do que se pode constatar historicamente: a primeira república, o Estado Novo e a ditadura militar são pródigos em exemplos.

No cenário latino-americano da guerra fria e do “perigo vermelho” representado pelo comunismo, especialmente após a revolução cubana em 1959, esses traços constituintes da sociedade brasileira podem ajudar a explicar a forte ressonância obtida pelo discurso legitimador daquela utopia autoritária militar, baseado em argumentações moralistas e de caráter conservador, que apontavam a subversão e a corrupção como principais ameaças à tradicional família brasileira e seus bons costumes. Um dos exemplos dessa reverberação na sociedade foi a realização de centenas de marchas da família com Deus pela liberdade, de norte a sul do país, celebrando a vitória do golpe nos meses de abril, maio e junho de 1964.

Durante o período autoritário e posterior redemocratização, a atuação de Barbosa Lima Sobrinho deu-se principalmente em quatro frentes, amplamente revestidas das dimensões política e simbólica.

- Anticandidatura à vice-presidência pelo MDB

Em 1973, Sobrinho protagonizou um momento bastante significativo no contexto da ampliação do campo de luta democrática no Brasil. Naquele ano, aos 76 de idade, percorreu o país em campanha como “anticandidato” a vice-presidente

pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), compondo com Ulysses Guimarães a chapa de uma quixotesca anticandidatura à presidência da república.

É preciso ressaltar a singularidade do contexto político de então, diante do qual a iniciativa ganha maior força simbólica. A eleição indireta que ocorreria em 1974 tinha o general Ernesto Geisel como candidato da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido governista, à sucessão de Emílio Garrastazu Médici. Desde a edição do Ato Institucional n. 2 e do Ato Complementar n. 4, em 1965, o país vivia sob o regime do bipartidarismo, que se estenderia até 29/11/79.

Considerado como uma oposição consentida, o MDB havia sido criado em 1966 apenas para mascarar o que de fato se configurava como um regime de partido único. Desde os primeiros dias, a ditadura militar brasileira havia manifestado uma de suas características mais perenes: a preocupação com a aparência de legalidade, traduzida pela profusão de atos institucionais, complementares, leis, resoluções e atos do comando supremo da revolução, compondo um arcabouço jurídico-democrático de fachada.

Diante desse quadro, era evidente que os anticandidatos - como eles próprios se intitularam -, não teriam chance alguma no pleito indireto a ser disputado em um colégio eleitoral de cartas marcadas. A simples existência de candidatos oposicionistas, lançados para perder, já era uma peculiaridade daquela eleição fadada ao fracasso.

Afinal, os efeitos do AI-5 haviam mutilado o universo da política representativa brasileira em 1968, ao promoverem 93 cassações entre parlamentares. Naturalmente, as eleições de 1970 haviam transcorrido em um clima de muito medo, com o MDB obtendo um fraquíssimo resultado e o número de votos nulos e brancos chegando a 30% do total.

Restava ao partido, apenas, articular uma candidatura de protesto para as eleições seguintes. Sem poder contar com o recurso de rádio e TV (negado à chapa pela justiça eleitoral), Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho saíram pelo Brasil em campanha durante três meses, viajando até mesmo de barco e discursando em carrocerias de caminhão, como o jornalista gostava de lembrar. Foi a única ocasião, em toda a vida de Sobrinho, que ele deixou de enviar os artigos semanais para a coluna do JB.

Enfrentando a polícia que buscava inibi-los nos locais programados para os comícios - universidades, praças públicas e igrejas -, os anticandidatos arrastavam

multidões de eleitores privados do direito ao voto. Conforme o esperado, em 15/1/74, o general Ernesto Geisel elegeu-se presidente com 400 votos do colégio eleitoral, contra apenas 76 para a chapa do MDB, além de 21 abstenções.

Contudo, a derrota eleitoral (que desde o início se sabia como certa) não foi capaz de eclipsar os efeitos da contestação pública representada pela campanha dos anticandidatos. Ao ocuparem as ruas Brasil afora, demonstraram a capacidade de comunicação da oposição com o eleitorado. Romperam a cortina do medo, verbalizaram cobranças públicas ao governo e prepararam solo fértil para outras eleições, que seriam disputadas em 15 de novembro do mesmo ano.

A esse propósito, em artigo datado de 1978, o próprio Sobrinho apresentou suas justificativas para ter-se lançado na empreitada.

“As anticandidaturas não teriam apenas o sentido de um impacto, para quebrar o gelo de uma inércia prolongada. Viriam, também, conscientizar o povo de que tinha sido marginalizado no processo político [...]. Havia uma imensa muralha de medo a transpor [...]. Podia-se sentir que o eleitorado estava como que acordando, pela simples deflagração do movimento de reação” (*Jornal do Brasil*, 26/03/78)

Quase 30 anos mais tarde, ao relembrar o episódio, o jornalista reafirmaria não só a sua importância no contexto da ampliação do espaço democrático, mas também a efetividade política da anticandidatura.

“Quando Ulysses Guimarães e eu nos apresentamos como candidatos, sabíamos que era apenas uma contestação, não havia nenhuma probabilidade de eleição. Mas havia a necessidade de contestar. E foi útil contestar” (*Barbosa Lima Sobrinho III, depoimento, 1997. CPDOC/ALERJ, 1998*). De fato, nas eleições legislativas de novembro de 1974, o MDB obteve uma expressiva vitória nos principais estados do país, ampliando a bancada oposicionista ao eleger 15 em 21 senadores e 165 em 364 deputados.

O inesperado resultado eleitoral acendeu um sinal de alerta no governo. Ernesto Geisel convocou o coronel José Maria de Toledo Camargo para chefiar a nova Assessoria de Relações Públicas (ARP), com a seguinte frase: “Quero que você me ajude a ganhar a eleição, a próxima eleição” (Fico, 2014). O órgão de propaganda sucedeu à Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), criada por Costa e Silva no âmbito da presidência da república no começo de 1968 e plenamente utilizada no governo Médici, com sua profusão de *slogans* ufanistas.

Geisel mantivera a Aerp parcialmente desativada no início de seu governo, mas o insucesso eleitoral de 1974 – fortemente influenciado pela anticandidatura de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho – levou-o a novamente acionar a propaganda política.

Em relação aos demais lugares de fala ocupados por Sobrinho, a anticandidatura representa seu posicionamento político individual mais explícito, configurando uma clara tomada de posição a partir de uma perspectiva de cunho pessoal. Foi o cidadão Barbosa Lima Sobrinho – e não o representante de alguma associação de classe - que decidiu aliar-se a um dos ícones da luta democrática no país, investindo todo o seu capital político e moral na missão.

Diferentemente de seus demais lugares de fala (quais sejam: a atuação na ABI, no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e no Jornal do Brasil), a anticandidatura distingue-se ainda ao não ter sido exercida por Sobrinho a partir do campo intelectual.

Ao contrário, tornando-se anticandidato pelo MDB, ele resgata, dentro de si e diante dos olhos do Brasil, o parlamentar e ex-governador de Pernambuco: por meio das articulações nas rodas políticas e no contato direto com o povo nas ruas, Sobrinho revaloriza a ação política como possibilidade de intervenção na realidade social, inaugurando uma conjuntura singular, até então, no contexto do país.

É o Barbosa militante político que emerge a partir desse lugar de fala, reafirmando suas convicções: dois liberais da envergadura de Sobrinho e Ulysses, unidos em torno da agenda liberal-democrática como forma de resistência e oposição à ditadura. Alguns dos principais pontos dessa agenda – e com os quais Sobrinho se alinhava - estão presentes no célebre discurso “Navegar é preciso. Viver não é preciso”, proferido por Ulysses Guimarães no dia 22 de setembro de 1973, durante convenção do MDB.

Na ocasião, Ulysses discursou aos seus convencionais que a iniciativa teria como objetivo “denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo *habeas corpus* e condenações sem defesa”. Criticou ainda a censura e defendeu a liberdade de expressão como “apanágio da condição humana”, ressaltando a urgência da implantação da anistia.

Barbosa Lima Sobrinho foi citado pelo companheiro de chapa como ícone de patriotismo e combatividade intelectual, que naquele momento apartava-se da

biblioteca e da imprensa “para exercer diante do povo o magistério das franquias públicas, das garantias individuais e do nacionalismo. Sua vida e sua obra podem ser erigidas em doutrina de nossa pregação”.¹⁵

A anticandidatura constituiu o lugar de fala mais pontual e breve de Sobrinho (no sentido da curta duração cronológica), porém representativo de um momento peculiar na vida política do país – e também o único que o expôs ao contato direto com a população durante o regime militar, para além do universo de seus leitores do JB ou dos círculos restritos dos colegiados e entidades.

- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)

A proposta de criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana surgiu ainda sob o impacto do fim da Segunda Guerra Mundial e dos horrores provocados pelo nazismo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos fora proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, inspirando o deputado udenista Bilac Pinto a propor ao legislativo brasileiro, em abril de 1956, a criação de um órgão dedicado à salvaguarda dos mesmos princípios.

Porém, cinco anos transcorreriam até a redação final do projeto, aprovado pelo senado em maio de 1961. Mais três anos seriam necessários até a sanção da Lei Federal 4.319 pelo presidente João Goulart, no dia 16 de março de 1964, em um de seus últimos atos de governo.

Vinculado ao Ministério da Justiça e presidido pelo titular da pasta, o CDDPH constituía-se em um colegiado com os seguintes membros: um vice-presidente eleito pelos demais integrantes; presidentes da OAB, ABI e Associação Brasileira de Educação; representantes da Câmara e do Senado; e um catedrático de direito constitucional.

Entre suas competências, deveria receber e apurar denúncias de violações dos direitos humanos cometidas em repartições públicas, bem como investigar fraudes eleitorais. Os conselheiros poderiam convocar qualquer autoridade federal,

¹⁵ A íntegra do discurso pode ser conhecida no *site* da Fundação Ulysses Guimarães. <https://www.fundacaoulysses.org.br/blog/noticias/%E2%80%9Cnavegar-e-preciso-viver-nao-e-preciso%E2%80%9D/> Acesso em 26/08/18.

estadual ou municipal para colher depoimentos, além de requisitar documentos e informações às repartições públicas em geral e inquirir testemunhas.

A lei estabelecia que o CDDPH agisse como órgão integrador entre as esferas de poder, a fim de zelar tanto pelo cumprimento da legislação relativa aos direitos humanos, como pela preparação de autoridades administrativas e policiais na promoção de tais direitos. Suas ações deveriam estar alinhadas com as iniciativas e diretrizes da ONU, inclusive elaborando campanhas educativas voltadas à sociedade em geral.

Com a decretação do golpe civil-militar, o CDDPH foi bloqueado quinze dias após sua criação, vindo a reunir-se pela primeira vez somente quatro anos depois. Em 24 de outubro de 1968, o marechal Costa e Silva formalizou sua instalação em cerimônia realizada no Palácio Laranjeiras, declarando que “[...] a revolução democrática brasileira, a exemplo das revoluções inglesa e francesa e da Declaração de Independência dos Estados Unidos, delineou a crescente afirmação dos direitos do homem (CDDPH, 2010).”

O fato de o regime não apenas permitir o funcionamento do Conselho, mas ainda inaugurá-lo com toda a solenidade de que se reveste um ato presidencial, ilustra o permanente esforço realizado pelos governos militares para dotar a ditadura de uma aparência de institucionalidade. De fato, o CDDPH foi fechado e reativado várias vezes, mantido inoperante durante todo o ciclo autoritário, mas jamais dissolvido.

Três meses depois de instalado com toda a pompa e da realização de duas reuniões, tornou-se uma das vítimas do Ato Institucional n.5, voltando a deliberar somente em dezembro de 1969. Durante sessões de caráter meramente protocolar, presididas pelo ministro da Justiça e nas quais a maioria dos conselheiros era indicada pelo governo, todas as denúncias de prisões e torturas que chegavam ao CDDPH eram sistematicamente arquivadas, sem dificuldades.

A exceção, porém, foi o caso do desaparecimento do ex-deputado petebista Rubens Paiva. Cassado em 1964 e preso no dia 20 de janeiro de 1971, a versão oficial das forças armadas afirmava ter sido o parlamentar sequestrado por desconhecidos dois dias depois, enquanto era conduzido de carro ao Centro de Operações para Defesa Interna (Codi).

O colegiado dividiu-se quanto ao pedido de investigação e a votação terminou empatada por quatro votos a quatro, cabendo ao ministro Alfredo Buzaid o voto de

minerva que garantiu o arquivamento do processo. Entretanto, o episódio não passou despercebido pela cúpula militar, que rapidamente tratou de recorrer a mais um suposto expediente legal.

No final de 1971, o senador governista Ruy Santos apresentou um projeto de lei que aumentava o número de membros do CDDPH indicados pelo governo, além de limitar suas sessões a seis reuniões por ano, cuja realização deveria ocorrer sob sigilo. Com tantas restrições, o colegiado existia apenas burocraticamente e sem produzir quaisquer efeitos práticos.

Barbosa Lima Sobrinho participou do CDDPH na condição de representante da ABI, sucedendo a Danton Jobim. Embora ciente de que seus esforços seriam inócuos, uma vez que o Conselho era obstruído por manobras dos sucessivos governos militares, Sobrinho considerava sua presença uma obrigação para com o país.

Na sessão do dia 28 de novembro de 1973, apresentou um relatório contendo denúncias de censura dirigida a veículos de imprensa, entre eles Pasquim, Opinião, Estado de S. Paulo, Jornal da Tarde e Tribuna da Imprensa. Dos oito processos em pauta naquela reunião, cinco foram arquivados pelo colegiado, todos referentes a desaparecidos políticos.

Naquele mesmo dia, mais uma vez o CDDPH foi bloqueado e só retornaria quase seis anos depois. Durante todo o governo Ernesto Geisel (1974-1979), não houve sessões. A volta do Conselho ocorreria no período do general João Baptista Figueiredo, último dos presidentes militares, empossado em 15 de março de 1979.

Entretanto, ao anunciar nos jornais a reativação do CDDPH, o novo ministro da Justiça e presidente do órgão, Petrônio Portela, deu o tom do que se poderia esperar do colegiado dali por diante: somente seriam examinadas as novas denúncias de violações dos direitos humanos, pois “mexer com o passado seria criar um anticlima para a anistia que está por vir (*idem*)”.

A fala do ministro é representativa do caráter conservador que caracterizou o processo de abertura – “lenta, segura, gradual” - e a transição democrática à moda brasileira, em que sobressaem os traços de uma cultura política fundada em complexas operações de conciliação e acomodação de interesses. Em nome da fabricação de uma suposta pacificação social – cuja maior expressão, naquele momento, era a anistia -, promoveram-se o embotamento do passado e, mais uma vez, a construção de consensos.

Barbosa Lima Sobrinho estava presente à reunião de reativação do CDDPH, em 9 de maio de 1979, eleito vice-presidente do órgão pelos demais conselheiros. Na ocasião, entretanto, os participantes já debatiam acerca da utilidade de permanecerem no colegiado, dada sua ineficácia – discussão que se intensificaria nos anos seguintes.

A perseverança de Sobrinho no Conselho mereceu a admiração de Carlos Drummond de Andrade, graças à “serena pertinácia com que [...] defende no CDDPH a causa perdida, ou quase, desses direitos entre nós” (Jornal do Brasil, 3/1/80).

Na sessão de 25 de setembro de 1979, o jornalista cobrou providências contra a atuação dos órgãos de vigilância política do regime, presentes no meio intelectual e científico brasileiro. Desde janeiro de 1971, o governo criara, dentro das universidades, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (ASIs), um braço do sistema repressivo voltado para a observação de alunos e professores potencialmente subversivos, mas que também alcançava indivíduos considerados moralmente “desviantes”, como usuários de drogas e homossexuais (Sá Motta, 2014).

A comunidade acadêmica cunhou a expressão “cassações brancas” para designar os efeitos produzidos pela vigilância em institutos de pesquisa e universidades: o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a exercer uma política punitiva de concessão ou renovação de bolsas de estudo; autorização ou veto para viagens, estudo no exterior, licenças; e ocupação de cargos públicos.

O mesmo ocorreu em relação às agências federais de fomento Capes e CNPq, cujos auxílios e bolsas de pesquisa flutuavam ao sabor da triagem política. Consagrou-se uma prática sem qualquer amparo legal: a exigência do “atestado de bons antecedentes” ou “atestado ideológico”, expedido por órgãos policiais e repressivos como o Dops.

O MEC enviou ofício aos reitores universitários exigindo que tal providência fosse adotada antes da contratação de cada professor e, somente em agosto de 1986 (mais de um ano após o retorno de civis ao poder), editou portaria extinguindo as ASIs universitárias que ainda se encontravam em operação.

O caso Rubens Paiva, talvez o mais persistente na história do CDDPH, voltou ao debate pela sexta vez com relatoria de Barbosa Lima Sobrinho, que em outubro de 1986 solicitou ao colegiado a reabertura do processo. Dois meses antes, o

médico e segundo-tenente do Exército Amílcar Lobo declarara à revista *Veja* ter prestado atendimento ao deputado, vítima de torturas, no batalhão da Polícia do Exército, na Tijuca, em 1971 - desmontando a farsa do suposto sequestro. Sobrinho escreveu:

“Afinal, que se deseja, com a reabertura do processo? [...] O direito a um túmulo, que guarde os seus restos mortais, e valha como libelo contra um regime de arbítrio, para que se possa inscrever numa lápide aquelas mesmas palavras, que D. Paulo Arns utilizou, num livro publicado sob sua responsabilidade: Torturas, nunca mais! Num Brasil consciente de seus deveres” (*Jornal do Brasil*, 7/9/86).¹⁶

A questão das cassações brancas voltaria a ser abordada pelo jornalista em 1987, aos 90 anos de idade, quando o Conselho aprovou por unanimidade sua proposta para suprimir a exigência de apresentação, aos órgãos de segurança, dos nomes de indicados a cargos públicos e bolsas de estudo. Na prática, era o fim do atestado ideológico.

Sobrinho baseara-se no caso de Jean Pierre von der Weid, professor da PUC do Rio de Janeiro que se julgava prejudicado na carreira docente, devido à atuação de seu irmão, Jean Marc von der Weid – ex-presidente da UNE e filiado à Ação Popular, que havia sido preso em 1969 e banido para o Chile. Conforme será visto no último capítulo, na correspondência de Sobrinho há uma carta de agradecimento de Jean Pierre escrita em 25/09/95, na qual ele convida o jornalista para sua posse como professor titular na universidade católica.

Por meio da persistente atuação nesse lugar de fala, Barbosa Lima Sobrinho expressa sua luta em prol dos direitos humanos - uma de suas convicções mais profundas, motivadora de constantes cobranças dirigidas ao estado autoritário brasileiro para que honrasse os tratados internacionais dos quais era signatário.

Da mesma forma, o liberal Sobrinho encontra no CDDPH um campo de batalha também por outros preceitos que lhe foram caros durante toda a vida (e constantemente violados pelo regime), tais como a defesa da liberdade de imprensa e o combate à censura intelectual.

¹⁶ Em 23 de fevereiro de 1996, a União expediu a certidão de óbito de Rubens Paiva, declarando-o desaparecido desde 1971. Duas décadas depois, em fevereiro de 2018, a Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, pediu ao Supremo Tribunal Federal que retome ação penal contra cinco militares acusados de envolvimento no assassinato e ocultação do cadáver do ex-deputado, sob alegação da imprescritibilidade dos crimes de tortura. A magistrada solicitou ainda que o STF volte a discutir o alcance da Lei de Anistia.

É interessante notar que, na verdade, esse lugar de fala articula-se a outro, pois foi na condição de representante da ABI que o jornalista ganhou assento no CDDPH – este o encontra já na velhice e o acompanha ao longo de décadas, configurando um campo de disputas políticas e amplo panorama dos avanços e recuos que marcaram a luta pelas liberdades democráticas, durante os anos de exceção.

Em 2003, o CDDPH passou ao âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da presidência da república e, mais tarde, em 2014, foi transformado no Conselho Nacional de Direitos Humanos, extinguindo-se, assim, o órgão colegiado mais antigo do país.¹⁷

- Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

A ABI teve uma atuação política e intelectual relevante durante o regime militar, em especial ao longo dos anos de abertura política e transição democrática, durante os quais esteve a maior parte do tempo sob a presidência de Barbosa Lima Sobrinho. Ao lado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estabeleceu-se no plano simbólico e na narrativa histórica do período como um território de defesa da liberdade de imprensa e dos direitos humanos, para onde convergiam denúncias originárias de todo o Brasil.

Idealizada por Gustavo de Lacerda, a ABI foi fundada em 7 de abril de 1908, com o objetivo de garantir direitos assistenciais aos jornalistas, além de oferecer um “campo neutro” onde todos os trabalhadores da imprensa pudessem discutir as questões da categoria. Gustavo de Lacerda, Mário Galvão e Amorim Júnior elaboraram o projeto de estatuto da instituição que, nas duas primeiras décadas de existência, funcionou em espaços alugados.

Barbosa Lima Sobrinho exerceu três mandatos à frente da ABI (1926-1927; 1930-1932 e 1978-2000), tendo sido o seu mais jovem presidente, aos 29 anos de

¹⁷ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/congresso-aprova-conselho-nacional-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 2 de junho de 2018.

idade, e também o mais idoso, uma vez que desde 1978 foi sucessivamente reeleito por 22 anos até a data de sua morte, aos 103 anos de idade.

Em sua primeira gestão, regulamentou a concessão do título de sócio e da carteira de jornalista, estabelecendo intercâmbio com outras associações de imprensa nos estados. Além disso, reativou negociações (embora sem concluí-las) para obter a escritura definitiva de um lote, situado na região ocupada até 1922 pelo morro do Castelo, que havia sido doado à ABI pela prefeitura do Distrito Federal para construção de sua sede (Morel, 1985).

Já na segunda presidência, a partir de 1930, conseguiu transferir a ABI da Rua do Rosário para um espaço mais amplo na Rua do Passeio, alugando o primeiro andar do prédio onde funcionava o Clube dos Democráticos. É dessa época sua iniciativa para unificar a categoria dos jornalistas, dividida em outras duas entidades profissionais: o Clube de Imprensa, dirigido por Rodolfo Motta Lima, e a Associação da Imprensa Brasileira, comandada por Alvim Horcades.

Em busca do fortalecimento da classe (inclusive como estratégia para efetivar a doação do terreno prometido), Sobrinho procurou os presidentes de tais associações e propôs sua fusão em torno de uma única instituição - no caso, a ABI, por ser a mais antiga. Sugeriu que ele próprio e os demais presidentes renunciassem em favor de uma única liderança: Herbert Moses, na época diretor-tesoureiro de O Globo. Em contrapartida, os três tornar-se-iam membros permanentes do conselho administrativo da ABI.

No entanto, a assembleia convocada para ratificar a unificação das entidades vetou o nome de Alvim Horcades; receoso de que este o considerasse conivente com tal manobra, Barbosa Lima Sobrinho abriu mão do segundo ano de mandato e afastou-se da ABI, prometendo retornar somente após a morte de Horcades (ocorrida dez anos depois, em 1940). A partir de 1931, a ABI foi presidida por Herbert Moses durante longos 33 anos, mas Sobrinho só voltaria às atividades regulares na Associação a partir de meados da década de 1970, atuando como membro do conselho administrativo.

Ao contrário da OAB e da CNBB, adesistas de primeira hora à ditadura que não hesitaram em lançar manifestos públicos de concordância, a ABI, como instituição, não apoiou formalmente o regime. Entretanto, a entidade vivenciou diversos momentos de ambivalência, ora manifestando concordância e construindo consensos, ora protestando contrariamente.

Em seu estudo, Denise Rollemberg demonstra que, durante a década seguinte ao golpe civil-militar, a Associação cobrava providências contra a censura à imprensa e denunciava a perseguição política, ao mesmo tempo em que promovia também homenagens e atos de aprovação à ditadura e seus generais. Nem mesmo os casos de perseguição a jornalistas despertaram unanimidade entre os conselheiros: em várias ocasiões, houve debates internos acerca da conveniência de a ABI manifestar-se publicamente contra o governo. (Rollemberg, 2010).¹⁸

De acordo com a autora, as contradições e ambiguidades pontuaram o comportamento de vários conselheiros e da entidade em si, naquele período entre 1964 e 1974 – porém, Sobrinho não é citado. Para a pesquisadora, a ABI que teve o sétimo pavimento de seu prédio destruído por atentado a bomba, em 1976, é a mesma que ofereceu banquetes e votos laudatórios a figuras proeminentes do regime autoritário. Qual teria sido, então, o posicionamento da instituição durante a presidência de Barbosa Lima Sobrinho, a partir de 1978?

Seguindo a trilha aberta por Rollemberg, a leitura das atas de reuniões ordinárias e extraordinárias do conselho administrativo da Associação Brasileira de Imprensa, bem como das edições bimestrais do Boletim da ABI (periódico oficial da Associação), possibilita uma análise da atuação de Sobrinho à frente da entidade, embora a documentação disponível apresente muitas lacunas. Até mesmo sua terceira eleição para a presidência, em maio de 1978, é ilustrativa das disputas internas e diferentes correntes que permaneceram atuantes na ABI.

Devido a uma licença médica do então presidente Prudente de Moraes Neto, o cargo fora ocupado interinamente por Fernando Segismundo entre dezembro de 1977 e fevereiro de 1978. Na ocasião, Barbosa Lima Sobrinho exercia a presidência do conselho administrativo. Com nova eleição realizada naquele mês, Danton Jobim foi escolhido presidente da ABI, porém adoeceu, vindo a falecer quinze dias depois.

A ata da 2ª reunião extraordinária, em 17/3/78, registra novo pleito para a presidência da ABI, com vitória de Fernando Segismundo. Entretanto, não foi uma sessão tranquila: ausente à reunião, Sobrinho enviara um documento no qual

¹⁸ Denise Rollemberg analisou as atas das sessões do conselho administrativo da ABI e abordou tal discussão em sua pesquisa de pós-doutorado intitulada “As relações entre sociedade e ditadura: a OAB e a ABI, no Brasil de 1964 a 1974”, desenvolvida no Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Um dos exemplos da ambivalência da ABI citados pela autora foi o almoço comemorativo pelos 60 anos da instituição, oferecido em abril de 1968, que contou com a presença de Costa e Silva, o presidente militar que oito meses depois decretaria o AI-5.

apresentava sua demissão da presidência do conselho, alegando não haver justificativa para o artigo de página inteira que tinha sido publicado na edição de janeiro/fevereiro do Boletim da ABI, no qual Segismundo tecia críticas ao seu livro “Antologia do Correio Braziliense” e a Hipólito da Costa.

Diante disso, os conselheiros deliberaram por formar uma comissão composta por Benjamim Moraes Neto, Álvaro Cotrim e Renato Jobim, incumbidos de irem ao encontro de Sobrinho para demovê-lo da decisão de se afastar do conselho. A ata da sessão seguinte (3ª reunião ordinária, em 18/4/78) traz o relato de Jobim: Sobrinho havia enviado uma carta para ser lida ao colegiado, na qual ressaltava que sua reação não se devia a sentimento de vaidade pessoal ou intolerância.

Na mensagem, afirmava que o artigo de Segismundo havia reduzido Hipólito da Costa, “o fundador da classe”, a pouco mais que um vigarista, um jornalista que nada fizera por sua pátria. E ele próprio, Barbosa Lima Sobrinho, sentira-se colocado na posição “de quem andasse a publicar antologias de jornalistas venais”. Considerava, portanto, a saída do conselho “uma exigência de minha dignidade”.

Já a ata da 3ª reunião extraordinária, ocorrida em 12/5/78, aponta um clima bem diferente no conselho para a constituição da nova diretoria. Dessa vez, houve consenso em torno da chapa única formada por Barbosa Lima Sobrinho (para presidência da ABI) e Hélio Silva (para presidência do conselho), que contava ainda com Fernando Segismundo no cargo de diretor de atividades culturais, depois que este abrisse mão da disputa presidencial. A “chapa da conciliação” foi eleita por unanimidade.

A solenidade de posse de Sobrinho ocorreu no dia 24/5/78. Em seu discurso, afirmou que a decisão de concorrer à presidência fora influenciada pelo apelo que havia recebido, assinado por 1.500 jornalistas de vários estados do Brasil. “Senti que o meu dever era o de concorrer para conservar unida a nossa associação de classe, num momento em que sua divisão poderia reduzir a nossa autoridade e influência”.

Barbosa Lima Sobrinho emprestava à ABI o prestígio e a combatividade pessoais com que, apenas cinco anos antes, havia se unido a Ulysses Guimarães na histórica campanha da anticandidatura pelo MDB. Presidida por ele, a ABI busca claramente exercer uma liderança na sociedade, colocando-se de forma pública entre os setores permeáveis às negociações – repletas de avanços e recuos - que marcam as lutas políticas nos anos de distensão, a partir de fins da década de 1970.

À frente da ABI, o octogenário Sobrinho foi fundamental para consolidar o caráter de resistência democrática da Associação, imprimindo às suas várias gestões a orientação de manter as portas abertas à sociedade civil que buscava se organizar. Foi nas salas e auditórios cedidos pela ABI que diversas entidades encontraram abrigo para seu funcionamento, tais como a Associação de Militares Cassados e o Movimento Feminino pela Anistia, entre outros.

Da mesma forma, nas reuniões do conselho administrativo, o presidente Sobrinho prestava contas de inúmeros eventos de protesto contra a ditadura promovidos na sede da entidade na década de 1980. Bem como de sua participação pessoal, como representante da ABI, em atos públicos realizados em diversos estados do país. Contudo, também enfrentava questionamentos.

Em 14/4/81, o conselheiro José Cunha Lima chamou de “ato de bajulação” o fato de a ABI ter sediado, em 1979, o lançamento de uma coleção de livros editada pelo Senado Federal, cujo evento contara com a presença do ministro da Justiça Petrônio Portella, um dos principais articuladores do governo Figueiredo. Em resposta, Barbosa afirmou que a iniciativa partira do ministro, tendo sido interpretada como “um dos indícios da presente abertura política e importante para o que representa a ABI, como entidade empenhada em defender uma saída democrática para o país” (ata da 4ª reunião ordinária).

Em outras três ocasiões, o legalista Barbosa Lima Sobrinho imprime a marca da transição política de caráter liberal à presidência da ABI. Nos anos de 1979, 1980 e 1981, envia telegramas ao presidente João Figueiredo: o primeiro, com o intuito de congratulá-lo pela implementação da lei de anistia, “o que não impede de fazer votos para que [...] se ampliem os termos da anistia e ela [...] se faça afinal ampla, geral e irrestrita”.

Na segunda mensagem, parabeniza-o pelas declarações de reprovação aos atentados à bomba cometidos contra a OAB (causando a morte da secretária Lyda Monteiro da Silva) e a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, ambos em 27/8. No último telegrama, envia votos de restabelecimento ao presidente, face ao distúrbio circulatório que provocara sua internação no Hospital dos Servidores.

Por outro lado, não faltam relatos da participação da ABI nos diferentes debates políticos que mobilizaram o país, conforme documentado em suas atas. À frente da Associação, por exemplo, Sobrinho encaminhou ao então presidente do Congresso Nacional, senador Petrônio Portella, um estudo sobre o projeto de

reforma constitucional que tramitava no governo (ata da 5ª reunião ordinária, 27/6/78).

No documento, ele aplaudia a proposta de restauração do *habeas corpus*, mas via com inquietação o agravamento do estado de sítio, as medidas de emergência e a possibilidade de intervenção em sociedades civis. Reivindicava, ainda, que os delitos de imprensa fossem excluídos da Lei de Segurança Nacional e não mais julgados em tribunais militares.¹⁹

Mais tarde, em 1983, recebeu delegação de poderes da ABI para, em nome da instituição, engajar-se na campanha por uma assembleia constituinte, bandeira de luta dos setores progressistas desde os anos 1970, e que recebera reforço após o sucesso da oposição nas eleições diretas para governador, em 1982. Sobrinho integrou a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, conhecida como Comissão Afonso Arinos: composta por 50 “notáveis”, entre 1985 e 1986 elaborou o anteprojeto que serviria de base ao trabalho da Assembleia Nacional Constituinte.

Em 1985, seguindo a mesma linha de atuação, Barbosa encaminhou ao ministro da Justiça Fernando Lyra um estudo elaborado por uma comissão da ABI, propondo 28 emendas à Lei de Imprensa em vigor, visando “esvaziá-la do chamado entulho autoritário, subtraindo-lhe todo o conteúdo antidemocrático”. Além de uma mensagem na qual reiterava o apelo feito em ocasiões anteriores para que se estendessem os benefícios da lei de anistia aos soldados e servidores civis punidos por motivos políticos, em todo o país.

A ABI constitui, portanto, seu lugar de fala de cunho corporativo, no qual o jornalista constrói sua identidade de classe e o pertencimento profissional. É o ambiente onde longamente exercita a liderança e a sociabilidade intelectual, além de ampliar seu espírito conciliador - capaz de garantir o bom trânsito por diferentes correntes ideológicas e políticas. Os corredores da ABI testemunharam suas passadas vigorosas da juventude, bem como a lentidão dos gestos em seus últimos anos de vida.

A construção da memória sobre os dois períodos ditatoriais brasileiros – Estado Novo e regime militar - contempla a ABI com lugar de destaque, situando-a

¹⁹ A Emenda Constitucional nº 11, aprovada pelo Congresso em setembro de 1978, revogou os atos institucionais, entre eles, o AI-5, a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. Além disso, ao presidente da República foi vedado cassar mandatos, suspender direitos políticos, decretar o recesso parlamentar e reformar a Constituição no lugar do Congresso. O *habeas corpus* e outras garantias constitucionais foram restabelecidos, desaparecendo ainda as penas de morte e de prisão perpétua.

como intermediária para soltura de jornalistas envolvidos em inquéritos policiais e prisões, motivados por acusações de subversão. Foi essa imagem da Associação que ganhou permanência nas narrativas historiográfica, jornalística e do senso comum, afirmando-se como sinônimo de luta pelas liberdades democráticas.

No entanto, a mitologia acerca da resistência à ditadura, que confere relevo ou silenciamento a personagens, grupos e instituições, frequentemente o faz esmaecendo – ou mesmo apagando – os vestígios de suas contradições, os movimentos pendulares de aproximação e distanciamento dos regimes autoritários (Rollemberg; Quadrat, 2010).

Sob esse aspecto, a ABI – e seu presidente Barbosa Lima Sobrinho – tornaram-se referências entre as organizações da sociedade civil participantes do enfrentamento ao regime militar. Contudo, o predomínio dessa linha interpretativa de caráter mitológico favorece a representação da resistência à ditadura como um fenômeno em bloco, no qual os grupos que o constituem surgem desprovidos de camadas e nuances (NAPOLITANO apud ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010).

A visão da resistência como uma frente coesa desconsidera os distintos projetos políticos que mobilizaram os atores históricos e as características intrínsecas de entidades profissionais como ABI e OAB; parcelas do MDB; imprensa; movimento estudantil; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e segmentos da igreja católica – atuantes no campo da transição política a partir dos anos 1970. Em função de tais especificidades e do momento político, esses grupos foram capazes de alternar fases de aprovação e de repúdio ao regime.

Engendrada de forma complexa, a narrativa hegemônica da resistência e da luta pelas liberdades democráticas constrói, no senso comum, o entendimento segundo o qual as práticas da ditadura sempre teriam sido repudiadas pela sociedade. No entanto, essa confortável memória coletiva inscreve-se no contexto de uma cultura política fundada na negação das dubiedades, dos conflitos e das diversas formas de violência (inclusive simbólica) emaranhadas no tecido social brasileiro.

As interpretações dicotômicas que prevaleceram acerca das relações mantidas pela sociedade com o regime de exceção podem ser, sem dúvida, apaziguadoras, ao sugerirem a existência de atores e campos claramente delimitados: de um lado os civis, do outro os militares; oprimidos e opressores; pessoas ou instituições em prol da liberdade e os ditadores que os perseguiram. Tais

narrativas são insuficientes, porém, para fornecer explicações sobre o fato de os valores defendidos pelo autoritarismo encontrarem tanto eco e compartilhamento fora das casernas.

- Jornal do Brasil

Quando o jovem Sobrinho, recém-chegado ao Rio de Janeiro em 1921, apresentou-se à redação do diário carioca, não chegou a se sentir propriamente um estrangeiro: desde 1918, o JB pertencia ao conde Ernesto Pereira Carneiro, empresário de origem pernambucana para quem as relações pessoais eram preponderantes, empregando conterrâneos em diversas funções tanto na redação quanto na direção do periódico.²⁰

Pereira Carneiro fora ainda fundador e presidente de honra do clube Náutico Capibaribe. “O Jornal do Brasil tinha uma quantidade enorme de pernambucanos: o Dr. Miguel Freire, que foi diretor, o Múcio Leão, que foi redator, o Pedro da Silveira, também redator, um genro do Euclides de Figueiredo e várias outras pessoas”, recordava Sobrinho (*Barbosa Lima Sobrinho I, depoimento, 1977*. CPDOC, 2005).

No momento em que Barbosa Lima Sobrinho iniciou sua trajetória no periódico carioca, o JB pouco lembrava o jornal fundado na Rua Gonçalves Dias, em 1891, como publicação de resistência monarquista ao recente experimento republicano brasileiro. Sob a direção de Rodolfo Dantas (ministro da Educação do Império) e Joaquim Nabuco, as críticas exacerbadas ao novo regime provocaram descontentamento não só entre republicanos, mas também em boa parte da opinião pública (LOPES apud NEVES, MOREL e FERREIRA, 2006).

²⁰ Nascido em Jaboatão dos Guararapes, Ernesto Pereira Carneiro já era um bem-sucedido empresário, dono de fábricas e salinas no nordeste, quando se envolveu com o JB. Estabelecido no Rio de Janeiro desde 1912, era dono da Cia Comércio e Navegação e de outras firmas. Graças às doações feitas à igreja, para o combate à gripe espanhola que atingia a cidade, recebeu do Vaticano o título de conde. Presidiu a Associação Comercial do Rio de Janeiro, foi deputado federal e, em meados dos anos 1930, enfrentando dificuldades nas empresas, concentrou suas atividades no jornal e no processo de criação da rádio Jornal do Brasil. Em 1942, casou-se com Maurina Dunshee de Abbranches, vindo a falecer em 1954. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro – CPDOC FGV. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernesto-pereira-carneiro> Acesso em 10/6/2018.

O jornal convivia com frequentes ameaças de empastelamento e chegou a ter suas oficinas depredadas pela multidão raivosa, aos gritos de “mata Nabuco”, em 16 de dezembro de 1891. Os fundadores desligaram-se do periódico, seguindo-se um período de transição até que Rui Barbosa assumiu a direção, em 1893, promovendo a reorientação da linha editorial: o JB passava a ser republicano e fortemente crítico ao governo de Floriano Peixoto.

Os embates florianistas de Rui Barbosa recrudesceram cada vez mais e ele foi intimado a deixar a publicação, ordem ignorada até a eclosão da Revolta da Armada, em 6 de setembro de 1893, quando o jurista teve sua prisão decretada. Rui foi obrigado a partir para a Argentina e, mais tarde, a exilar-se na Inglaterra.

Coube a Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo a responsabilidade pelo jornal, que sofria as restrições impostas à imprensa após a decretação do estado de sítio, culminando com a invasão militar da redação e seu fechamento. O JB deixou de circular por mais de um ano até ser comprado pela firma Mendes e Cia: ressurgiu em 15 de novembro de 1894, desprovido dos candentes debates políticos, porém dotado de seções dedicadas à crônica policial e aos assuntos de interesse da crescente população periférica da capital (Barbosa, 2007).

O diário carioca cruzara o limiar do novo século com uma imagem identificada não apenas com a república, mas também com os ideais de progresso e defesa das queixas do povo. Dono de um dos maiores parques gráficos do país, o “Popularíssimo”, como ficou conhecido, tornou-se um grande sucesso empresarial, simbolizado por sua nova sede a partir de 1910: um prédio equipado com relógio e holofotes no topo, na moderna Avenida Central.

A construção de tão vultoso empreendimento, contudo, desequilibrara as contas do jornal. A firma Mendes e Cia viu-se obrigada a abrir capital e a expandir cada vez mais o espaço para anúncios nas páginas e capa do periódico. A situação agravou-se com a alta do preço do papel no pós-guerra e obrigou os irmãos Mendes a hipotecar o jornal ao conde Pereira Carneiro, que acabaria por tornar-se seu proprietário, buscando promover sua recuperação financeira.

É no interior desse contexto que Barbosa Lima Sobrinho e o jornal têm suas existências convergentes. O pernambucano logo revelaria a predileção arquivística: certo dia, o único funcionário encarregado dos arquivos fotográficos foi vítima de um desastre de trem e ninguém soube localizar os “retratos” para a edição. Foi Barbosa Lima Sobrinho quem tomou a iniciativa de organizar um sistema por fichas, dali por

diante acessível a todos da redação (Jornal da ABI – Ano 3 – N.3 – Edição especial, 1997).

Designado para a cobertura política, Sobrinho transitava pelo Congresso e por outras instâncias do poder na movimentada capital da república, nas décadas de 1920 e 1930: nas tribunas, o debate parlamentar exaltado entre oradores do governo e da oposição; nas galerias repletas, o alarido e as manifestações da assistência (Ferreira, 1998). Era assim o cotidiano no Palácio Tiradentes e no Palácio Monroe, onde os repórteres respiravam política e retornavam às redações com as últimas novidades da Câmara e do Senado.

Um cenário bem diferente daquele que viria a ser configurado mais tarde, com a construção de Brasília e a transferência do coração político do país para o planalto central, deixando no Rio de Janeiro e em seus jornalistas um sabor de nostalgia. Sobrinho costumava comparar a intensa vivência de seus anos iniciais, como repórter político, à experiência que teria três décadas depois, na posição inversa.

Integrante da primeira geração de parlamentares a atuar na recém-inaugurada Brasília, surpreendia-se porque “o pessoal da Novacap não ia assistir às sessões do Congresso [...]. A gente tinha a impressão de que trabalhava num deserto (*Barbosa Lima Sobrinho III, depoimento, 1997. CPDOC/ALERJ, 1998*)”.

Em meados da década de 1920, Sobrinho foi promovido ao cargo de redator principal do JB, responsável pelos editoriais e artigos de fundo do periódico, ao mesmo tempo em que assinava seus próprios textos. Aos domingos, a página de opinião publicava a seção “Coisas da Política”, onde o jornalista tinha à disposição um espaço nobre, ocupado de forma fixa a partir de 1927. Ali, escrevia sobre história, economia, literatura, política nacional e mundial.

Barbosa Lima Sobrinho desempenhou posição de destaque no jornal até os primeiros anos da década de 1930, quando, em função de um desentendimento com o diretor Pires do Rio, deixou o cargo de redator; manteve, porém, a produção de seus artigos assinados semanais. O afastamento da redação tornar-se-ia definitivo em 1934, após a primeira eleição do jornalista para o cargo de deputado federal – dali por diante, Sobrinho passou a enviar os textos ao jornal em um regime de colaboração que se estenderia até sua morte, 66 anos mais tarde.

A partir de meados dos anos 1950, o JB esteve sob o comando de Maurina Dunshee de Abranches (viúva do conde Pereira Carneiro, falecido em 1954, e filha do jornalista João Dunshee de Abranches) e de seu genro, Manoel Francisco do

Nascimento Brito. O jornal passaria por um profundo processo de transformação, responsável por consolidar as mudanças que vinham ocorrendo gradativamente na imprensa, desde o início do século XX. (ARAÚJO apud NEVES, MOREL e FERREIRA, 2006).

O novo padrão - representado pelo modelo empresarial norte-americano de gestão e, no plano editorial, pelo novo paradigma de produção discursiva pautado pelo jornalismo informativo-objetivo - acabaria por ser adotado em todo o país, ao longo das duas décadas seguintes. Um de seus marcos foi a reforma editorial e gráfica implementada no Jornal do Brasil a partir de 1956, por profissionais como Alberto Dines, Odylo Costa, filho, Amílcar de Castro, Reinaldo Jardim, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo e Jânio de Freitas.

O Jornal do Brasil sempre contou com grandes nomes da literatura nacional e das artes entre seus colaboradores, notabilizando-se ainda pelas colunas políticas. Além de Barbosa Lima Sobrinho, em suas páginas escreveram Carlos Drummond de Andrade, Alceu de Amoroso Lima (com o pseudônimo Tristão de Athayde), Villas-Boas Corrêa e Carlos Castello Branco, o Castelinho, importante colunista do JB por mais de 30 anos, entre tantos outros.

Durante o regime militar, a exemplo da maior parte da imprensa nacional, o posicionamento do jornal mostrou-se cambiável de acordo com o momento político. No entanto, antes ainda da tomada do poder pelos militares, o JB engajou-se em uma intensa campanha de desestabilização do governo João Goulart. Cerrando fileiras com outros noticiosos, compôs a Rede da Democracia: idealizada por João Calmon, deputado do PSD e vice-presidente dos Diários Associados, tratava-se de um programa de rádio comandado pelas emissoras Tupi, Globo e Jornal do Brasil.

Criada no Rio de Janeiro em 25 de outubro de 1963, pouco após Jango solicitar ao Congresso Nacional o estado de sítio, a Rede da Democracia ia ao ar quase todos os dias e avançava pelo país por meio de outras emissoras afiliadas. Os pronunciamentos difundidos pelas rádios eram posteriormente publicados nos respectivos jornais: O Globo, Jornal do Brasil e, sobretudo, O Jornal (Carvalho, 2010).

“A Rede da Democracia, formada pela Rádio Jornal do Brasil, Rádio Globo e Rádio Tupi, foi inaugurada, às 22:30hs de ontem, com pronunciamento dos srs Nascimento Brito, Roberto Marinho e João Calmon, todos salientando o perigo a que a infiltração comunista expõe a democracia brasileira e convocando os cidadãos responsáveis, as associações e os

partidos políticos a uma campanha de esclarecimento e educação cívica. Durante uma hora e meia – entre 22h30m e 24h – a Rede da Democracia estará no ar diariamente – estaremos em vigília cívica com mentalidade de guerra, com espírito de sacrifício, inspirados pela decisão de defendermos o regime procurando, entretanto, aprimorá-lo e humanizá-lo – declarou o deputado João Calmon.” (*Jornal do Brasil*, 26/10/63 apud CARVALHO, p.9).

É inevitável o estabelecimento do paralelo com a Cadeia da Legalidade liderada pelo governador gaúcho Leonel Brizola dois anos antes, em 1961, ao defender a posse de Goulart, durante a crise que eclodiu na esteira da renúncia de Jânio Quadros.

A Rede da Democracia atribuí a si própria uma missão de esclarecimento democrático junto à opinião pública, segundo Nascimento Brito, em texto publicado no dia 26 de outubro de 1963, em O Jornal.

“Os homens de imprensa conhecem os problemas brasileiros [...]. Mas não nos assustamos. Temos a certeza de que mantidas as liberdades que dependem de todos nós e que não negociamos, o Brasil voltará à normalidade em pouco tempo [...]”. Com seu discurso liberal (uma poderosa tradição da cultura política brasileira), os jornais expressaram o ponto de vista das elites e dos setores médios; articularam uma frente de comunicação oposicionista, dotada de função política.

As diferenças editoriais entre os diários cariocas não representaram obstáculo à sua aglutinação em um campo comum - situado em oposição às forças e segmentos organizados em torno do presidente João Goulart - e imbuído da pretensão de falar em nome do povo brasileiro. O JB, a Rádio JB e demais integrantes da Rede da Democracia viam-se participando do campo democrático e justificavam essa posição em defesa das tradicionais liberdades do país.

Por fim, consumado o golpe, o JB variou politicamente entre o apoio inicial, as críticas discretas, o repúdio às arbitrariedades depois do AI-5 (esteve sob censura prévia até janeiro de 1969) e o apoio à política econômica do governo Médici. Mais tarde, foi favorável à reabertura política e enfrentou boicote econômico promovido pelo governo de Ernesto Geisel.

Muitas das edições do JB ajudaram a escrever a antologia do jornalismo brasileiro, inclusive durante a ditadura. Um bom exemplo é a capa de 14 de dezembro de 1968, dia seguinte à decretação do AI-5, que estampava no alto da página uma sinistra previsão da meteorologia: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. No canto superior oposto, mais uma informação: “Ontem foi o Dia dos Cegos”.

Outra capa histórica (igualmente editada pelo mestre Alberto Dines) notabilizou-se pela ausência: em 12 de setembro de 1973, a morte de Salvador Allende e o golpe no Chile ocuparam toda a primeira página do JB com quatro colunas de texto, porém não havia nenhuma manchete no topo. Desse modo, o jornal “seguiu” a recomendação de não noticiar os fatos em manchete aberta, ao mesmo tempo em que tornava evidente aos leitores a situação a que estava submetido.²¹

As edições impressas do Jornal do Brasil deixaram de circular em 2010, quando o periódico completou 119 anos, imerso em mais uma grave crise financeira, com uma tiragem diária que não ultrapassava os 20 mil exemplares. Em 2001, havia sido vendido ao empresário Nelson Tanure e, durante oito anos, o Jornal do Brasil existiu somente em versão eletrônica, na internet (www.jb.com.br).

Em dezembro de 2017, o jornal foi licenciado a Omar Resende Peres, que anunciou planos de retomar a produção da publicação. Até que, no dia 25 de fevereiro de 2018, o JB impresso voltou às bancas (com ele, a coluna Coisas da Política). Em seu editorial, anunciou: “O grave momento político e econômico que atravessa o Brasil exige que veículos de mídia consagrados pela história, como o Jornal do Brasil, estejam ao lado da população e em defesa de nossa democracia”.²²

Durante a maior parte de sua trajetória, o periódico encontrou em Barbosa Lima Sobrinho seu mais longo e constante articulista. O Jornal do Brasil constitui seu lugar de fala perene por excelência, no qual vai progressivamente gestando e desenvolvendo seu projeto como intelectual mediador, amadurecido ao longo de sete décadas, desde os anos como recém-chegado do Recife até a página final de sua existência.

É importante ressaltar que todos os lugares de fala exercidos por Barbosa Lima Sobrinho durante a ditadura militar articulam-se, ao longo dos diferentes momentos de sua existência, para compor a construção de sua imagem pública como um dos ícones da resistência democrática brasileira e símbolo de retidão

²¹ A respeito das diferentes modalidades e fases da censura exercida sobre a imprensa brasileira durante o regime militar, bem como a adaptação desta à conjuntura, conferir Soares (1989) e Kushnir (2012).

²² Para mais informações acerca da trajetória do Jornal do Brasil: Motta (2018); Viera (2016); FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil* (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et. al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Acesso em 12/06/2018.

moral na cena pública; representam, portanto, as principais facetas do ativismo intelectual e político que faz nascer o “doutor Barbosa”.

Nesse sentido, as atuações na ABI e no JB distinguem esses lugares de fala dos demais graças à sua transversalidade, ou seja, pelo fato de terem acompanhado o jornalista por mais tempo e com menos interrupções, possibilitando que suas ações ganhassem maior visibilidade e fossem, ainda, moduladas de acordo com as diversas fases do cenário político no país.

A coluna do JB representou a tribuna a partir da qual Sobrinho leu o mundo, interpretou-o e o ressignificou em sua escrita, sendo ao mesmo tempo a vitrine onde expôs, aos olhos do Brasil, seu pensamento refletido, enquanto elaborava sua visão política e histórica. É no periódico carioca que o velho homem de imprensa mobiliza toda a potência intelectual e política, construída durante a vida, para explicitar seus princípios, especialmente durante o regime militar.

Por tudo isso, os longos 73 anos em que o acadêmico assinou sua coluna semanal de opinião, comentando sobre os fatos políticos e sociais, transformam o Jornal do Brasil em uma síntese de todos os seus demais lugares de fala. No próximo capítulo, através da análise de sua produção jornalística nesse periódico, buscaremos refletir acerca das práticas de Sobrinho como atuante intelectual mediador durante os anos do regime militar, bem como a respeito dos principais conceitos presentes em seu pensamento, ao longo do período.

2 O MILITANTE BARBOSA LIMA SOBRINHO REVELADO EM SEUS ESCRITOS

As discussões propostas por Barbosa Lima Sobrinho em sua coluna no Jornal do Brasil assumiram diferentes feições ao longo do tempo, silenciando determinados temas enquanto outros ganhavam evidência, ao ritmo dos diversos momentos que constituíram o regime militar - um complexo período histórico repleto de inflexões, alternando fases de maior ou menor repressão, marcadas por disputas internas entre grupos de militares, suas relações econômicas e políticas com atores civis.

Por meio da abordagem hermenêutica de seus textos, buscamos construir possibilidades de leitura e interpretação que nos permitam entrever sua experiência histórica durante os anos de exceção. Ao analisar tais escritos, o que se pretende é obter uma aproximação com esse intelectual de modo a perceber as nuances de suas opiniões; a produção de sentidos; identificar os assuntos aos quais ele dedicou atenção (e de que forma); os conceitos presentes em seus argumentos; estabelecendo, assim, as matrizes do pensamento barbosiano.

Entre tantos artigos da lavra de Sobrinho produzidos entre os anos de 1964 e 1985, foram selecionados 58 textos, considerados mais significativos sob o ponto de vista da análise de seus lugares de fala, na medida em que as temáticas neles contidas refletem seu intenso ativismo como um dos intelectuais mediadores mais importantes e singulares do país.

A comprová-lo, a grande variedade temática registrada em suas colunas semanalmente: lá estão os assuntos polêmicos, os personagens fundamentais e as disputas políticas que mobilizaram o Brasil. Desde os primeiros meses da ditadura militar instalada após o golpe, o jornalista jamais deixou de se posicionar ou de expressar opinião em seus artigos, construindo um amplo panorama sobre o Brasil daqueles tempos.

Tabela 1 – Artigos selecionados de Sobrinho no JB.

ANO	DATA	SEÇÃO	ASSUNTO	TÍTULO
1964	14/08	Coisas da Política	Denuncia excessos do regime	Uso e abuso da prisão preventiva
1964	11/10	Coisas da Política	Resenha livro s/ militarismo	“Sete dias de maio”
1964	01/11	Coisas da Política	Imunidade parlamentar e IPMs	Togas e imunidades
1965	21/03	Coisas da Política	Crítica a rótulos políticos	Esquerdistas e direitistas
1965	11/04	Coisas da Política	Política de conciliação	Um desafio histórico-político
1965	18/04	Coisas da Política	Atestados ideológicos	Princípio inerente ao regime democrático
1965	9 e 10/05	Coisas da Política	Exército brasileiro	A linha de Caxias
1965	13 e 14/06	Coisas da Política	Direito à liberdade de expressão	A Declaração Universal dos Direitos do Homem
1965	20 e 21/06	Coisas da Política	Direito à liberdade de expressão	Ainda a Declaração dos Direitos do Homem
1965	04 e 05/07	Coisas da Política	Momento pede respeito à justiça	A Pátria e a Justiça
1965	18 e 19/07	Coisas da Política	Resenha sobre livro	Sociologia da Revolução
1965	01 e 02/08	Coisas da Política	Crítica ao processo legislativo	Singularidades de um suposto estado de direito
1966	10 e 11/04	Coisas da Política	Crítica ao calendário eleitoral	O calendário das interrogações
1966	15 e 16/05	Coisas da Política	Crítica a eleições indiretas	Eleição direta – escola da democracia
1966	19 e 20/06	Coisas da Política	Crítica a eleições indiretas	No rumo de Pedro Álvares Cabral
1966	13/11	Coisas da Política	Crítica a eleições indiretas	A valorização dos intermediários
1966	20 e 21/11	Coisas da Política	Crítica a eleições indiretas	O voto indireto e a democracia
1966	11 e 12/12	Coisas da Política	Crítica a eleições indiretas	A eleição direta e o Brasil
1967	01 e 02/01	Coisas da Política	Defesa da liberdade imprensa	Imprensa e governos
1967	15 e 16/01	Coisas da Política	Crítica a projeto de Lei Imprensa	Retificação de calendário

1967	02 e 03/04	Coisas da Política	Redemocratização	Faxina necessária
1967	09 e 10/07	Coisas da Política	Crítica à criminalização pós-golpe	Um novo crime: o esquerdismo
1967	16 e 17/07	Coisas da Política	“Revolucionário” e “subversivo”	Limites do poder político no idioma
1967	06 e 07/08	Coisas da Política	Prisão Helio Fernandes e Als	Duas teses e suas consequências
1967	10 e 11/09	Coisas da Política	Pró-democracia representativa	A formação de uma consciência democrática
1967	05 e 06/11	Coisas da Política	Censura à enciclopédia de cultura	Sob a inspiração de Galileu
1968	07 e 08/04	Coisas da Política	Protestos estudantis	Compreensão, como instrumento de governo
1968	14 e 15/04	Coisas da Política	Revoltas estudantis	Exame de consciência
1968	30/6 e 1/7	Coisas da Política	Violência policial x estudantes	Deus será brasileiro?
1968	28 e 29/07	Coisas da Política	Implantação CDDPH	A democracia e os direitos da pessoa humana
1968	22 e 23/9	Coisas da Política	Crítica à Segurança Nacional	Postulado democrático
1975	16/2	Coisas da Política	Lista de desaparecidos	Defesa dos direitos da pessoa humana
1975	25/5	Coisas da Política	Presídios políticos	O destino dos presos políticos
1975	8/6	Coisas da Política	Análise palavra “distensão”	Considerações em torno de um vocábulo
1975	14/9	Coisas da Política	“Ame-o ou deixe-o”; anistia	Em torno da moda dos slogans
1975	5/10	Coisas da Política	Volta ao estado de direito	Liberdade de imprensa e estado de direito
1978	26/2	Opinião	Crítica a banimentos e apátridas	À margem de uma nota ministerial
1978	26/3	Opinião	Anticandidatura 1973	Navegar é preciso
1978	9/4	Opinião	Distensão e ditadura	Direitos e não favores
1978	14/5	Opinião	Mães e lideranças femininas	Homenagem à mulher brasileira
1979	24/6	Opinião	Banimentos, cita Jean Marc	Anistia com grandeza
1979	30/9	Opinião	Anistia parcial	Jesus Cristo e a anistia

1979	5/8	Opinião	Anistia dada por Caxias	Caxias e a anistia aos balaços
1979	12/8	Opinião	Anistia dada por Caxias	No mês de Caxias
1979	19/8	Opinião	Ditadura	Caxias e a anistia aos Farrapos
1980	23/11	Opinião	Anistia e militares punidos	Anistia para lembrar
1981	1/2	Opinião	Política álcool da ditadura	Golpes de estado e seus complexos
1981	24/5	Opinião	Doi-Codi no atentado Riocentro	Assuntos de uma república federativa
1981	7/6	Opinião	Imprensa no caso Riocentro	Para fazer justiça à imprensa
1981	8/3	Opinião	Anistia e divulgação fatos	Em torno do revanchismo
1981	20/3	Opinião	CDDPH	O Conselho e a oposição
1981	5/4	Opinião	Terroristas de esquerda e direita	Uma vocação suicida
1981	22/11	Opinião	Criação CDDPH	Defesa dos direitos humanos
1982	4/7	Opinião	Eleições diretas para presidente	Uma democracia de verdade
1983	18/9	Opinião	Anistia a excluídos ou demitidos	O caminho de uma verdadeira anistia
1985	27/10	Opinião	Anistia e militares excluídos	A anistia e seus problemas
1986	26/1	Opinião	Luta de militares cassados	Brigadeiro Francisco Teixeira
1995	21/5	Opinião	Anistia em geral	Reflexões em torno da anistia

Fonte: Jornal do Brasil, 2018.

A análise de seus artigos permite identificar o predomínio de três linhas temáticas, que povoam de maneira constante o pensamento de Barbosa Lima Sobrinho durante todo o ciclo autoritário. Ao longo das diversas fases do regime, tais assuntos revezam-se em sua máquina de escrever de diferentes formas, influenciados pelo ritmo dos acontecimentos nacionais que acabam por conferir maior ou menor peso a um ou a outro, dependendo do momento.

Esses três conceitos estão sempre presentes em seu ativismo intelectual, tanto quanto em sua participação cidadã. Trata-se das ideias de: democracia liberal; direitos humanos; e anistia. Matrizes fundamentais no pensamento de Barbosa Lima Sobrinho, constituem ainda as motivações para sua atuação nos lugares de fala já apontados no capítulo anterior.

Outro aspecto que cumpre ressaltar, em relação a tais eixos conceituais valorizados pelo jornalista, é a notável influência exercida por outro intelectual liberal na elaboração de suas estratégias argumentativas: o jurista e político baiano Rui Barbosa é uma presença viva nos artigos de Sobrinho, que com ele dialoga por meio das concepções de ambos acerca de democracia, anistia, liberdade de imprensa e direitos humanos, entre outras.

Considerado um arquétipo para os modelos intelectuais brasileiros entre os séculos XIX e XX por sua verbosidade, erudição humanística, senso de patriotismo e combatividade, Rui Barbosa não poderia deixar de produzir forte impressão no jornalista pernambucano. Suas obras compunham a biblioteca de Sobrinho e foram por ele estudadas em profundidade, tendo sido utilizadas ao longo da vida como fonte de consulta para suas atividades jurídicas e políticas.

Separados por 48 anos (Rui nascera em 1849) e contextos políticos nacionais inteiramente diversos, os dois Barbosas encontravam-se muito próximos, porém, quanto ao ideário pautado pelo valor da liberdade, pelas noções de lei, justiça e honradez pessoal. Além de serem, ainda, lutadores da palavra e da política, comprometidos com a defesa de suas causas. É inegável a influência da figura mítica e do pensamento de Rui na formação intelectual de Sobrinho, como veremos adiante, com as frequentes citações das teses de um, nos artigos jornalísticos do outro.

É a convicção intransigente na democracia de corte liberal, nos direitos humanos e no direito à anistia política que move o doutor Barbosa a travar tantas batalhas, com sua disposição ao diálogo, a dignidade pessoal e a capacidade de

transitar por círculos de diferentes espectros políticos, da direita à esquerda, conquistando respeito e credibilidade até o último de seus dias.

Pelas mesmas razões, o jornalista é destinatário de uma grande variedade de interlocutores que a ele enviam cartas, telegramas e cartões com as mais diversas demandas – todas relacionadas à sua atuação intelectual e política, comprovando a amplitude da repercussão de suas opiniões e de seu ativismo, bem como uma vasta rede de sociabilidades. Algumas dessas mensagens serão apresentadas a seguir, em uma abordagem dialógica com seus escritos no Jornal do Brasil.

2.1 Democracia liberal e direitos humanos: principais eixos do pensamento barbosiano

Ao longo de toda a escrita de Barbosa Lima Sobrinho no periódico carioca, duas noções surgem de forma preponderante e essencialmente relacional: são os conceitos de direitos humanos e de democracia liberal, presentes, aliás, tanto em sua produção textual quanto em sua militância política. Dada essa característica, optou-se aqui por uma abordagem articulada ao realizar o estudo de seus escritos, preservando a indissociabilidade que o próprio Sobrinho confere às duas temáticas. Estas se encontram dispersas em grande quantidade de artigos, o que nos impele a destacar um razoável número deles.

É a visão de mundo configurada pelo paradigma da democracia de cunho liberal que mobiliza Sobrinho, fundamentando seus argumentos. Em consonância com essa visão, os direitos humanos são por ele valorizados no contexto das liberdades individuais e constituem não apenas princípios basilares a serem preservados por governos, mas, especialmente, indicadores do grau de civilização nas sociedades.

Portanto, o jornalista não tardaria a se manifestar contra as medidas arbitrárias adotadas desde os momentos iniciais do regime, ao acompanhar a cronologia de acontecimentos que iam delineando o panorama político brasileiro do pós-golpe, naquele abril de 1964: surgiam as primeiras denúncias de prisões e de casos de tortura, como o do militante comunista Gregório Bezerra, detido no dia 1^o, no quartel do exército de Recife.

Ainda no dia 2, enquanto João Goulart partia de Brasília para Porto Alegre, o Congresso Nacional declarava vaga a presidência, a ser ocupada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Na mesma data, o general Costa e Silva automeou-se líder do Comando Supremo da Revolução e no dia 9 de abril editou o primeiro Ato Institucional (que, na sequência, viria a ser conhecido como AI-1), conferindo poder ao presidente da república para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos, entre outros poderes discricionários.

Nos dias 10, 11 e 14 de abril, uma sucessão de atos do Comando Supremo da Revolução promoveu as primeiras 40 cassações de mandatos parlamentares, a suspensão de direitos políticos de 167 cidadãos civis e militares por dez anos, além da transferência para a reserva de 146 militares das três forças armadas.²³

O primeiro general-presidente assumiu o cargo no dia 15 de abril: o marechal Castelo Branco a princípio governaria até 31 de janeiro de 1966, mas acabou tendo seu mandato prorrogado até 15 de março de 1967 por força de emenda constitucional, sendo adiadas as eleições presidenciais para outubro de 1966. Em seu governo foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), no dia 13 de junho de 1964, sob o comando do general Golbery do Couto e Silva.

É nesse cenário que Barbosa Lima Sobrinho redige um de seus primeiros artigos críticos ao regime militar, tendo os direitos humanos como temática central. Publicado quatro meses após o golpe, o texto intitulado “Uso e abuso da prisão preventiva” apresenta o estilo argumentativo do jornalista, não sem alguma dose de ironia.

A expressão ‘prisão preventiva’ pode dar ideia de que abrange qualquer prisão, que se pudesse justificar pelo caráter preventivo, quando ditada pela preocupação de evitar males e perigos futuros. [...] A autoridade poderia mandar prender um indivíduo, para evitar que corresse o risco de ser atropelado por um automóvel ou mordido por um cão hidrófobo. [...] Quando não se fizesse para imobilizar criminosos de alta periculosidade, como os estranguladores insanos ou os que não houvessem contribuído para a queda de um governo constituído, como os subversivos de nosso tempo (*Jornal do Brasil*, 14/8/64).

Sobrinho considera as prisões preventivas como uma das grandes ameaças não só aos direitos humanos mas também ao estatuto da liberdade historicamente

²³ Muitos pesquisadores chamam a atenção para o elevado número de punições entre membros das Forças Armadas (que só aumentaria durante a ditadura), considerando-o tanto um indicativo do apoio desfrutado por João Goulart junto aos militares quanto a aplicação indiscriminada da política de começar a faxina “dentro de casa”, já que muitos oficiais consideravam que o princípio fundamental da disciplina havia sido desrespeitado - fosse pelo presidente deposto, fosse pelos militares que não apoiaram abertamente “a revolução”.

conquistada pelo liberalismo, e salvaguardada pelo aparato jurídico que lhe confere sustentação.

O uso e abuso da prisão preventiva formam um dos capítulos mais tormentosos da longa batalha em prol da liberdade individual. Não teria sido possível assegurar essa liberdade, sem restringir a prisão preventiva [...] Mas pretender começar e acabar pela prisão preventiva é não ter nenhuma ideia de processo penal, nem das garantias que, através dele, foram asseguradas às liberdades individuais (*Jornal do Brasil*, 14/8/64).

Aqui, Barbosa Lima Sobrinho ecoa Rui Barbosa, um dos maiores nomes do país na “longa batalha” travada em prol da liberdade individual. O jurista foi um defensor ferrenho do processo legal e muitas vezes recorreu ao habeas corpus como mecanismo de proteção contra as frequentes arbitrariedades do poder estatal, durante a Primeira República. O jornalista subscreve a noção ruiana de garantias constitucionais aos direitos especiais do indivíduo: “um sistema de proteção [...] da pessoa humana, da vida humana, da liberdade humana. Nele se contempla a igualdade legal, a consciência, a palavra, o ensino, a associação, o domicílio, a propriedade” (Camargo apud LUSTOSA ET AL, 2000).

Sobrinho prossegue, para em seguida mencionar o documento cuja presença é mais frequente em sua produção textual, durante todo o ciclo da ditadura militar.

Não é demais lembrar que o Brasil assumiu compromissos de natureza internacional nesse domínio. A Declaração dos Direitos do Homem, aprovada pela Organização das Nações Unidas, foi subscrita pelo Brasil, quando os vencedores da guerra acharam que o melhor meio de evitar o renascimento do fascismo seria garantir o reconhecimento universal dos direitos que integram e preservam a Dignidade da Criatura Humana (*Jornal do Brasil*, 14/8/64).

Para ele, a Declaração surge como o postulado máximo de tais prerrogativas. Sua visão reflete a conjuntura inaugurada pelo fim da Segunda Guerra Mundial, quando o holocausto, as deportações e outros crimes começaram a vir à tona. Ainda em 1945, os governos de França, Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética criaram o Tribunal de Nuremberg para julgar crimes de guerra e, em 1948, surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos – dois marcos, no processo que culminaria por consolidar as noções de direitos humanos e de crimes contra a humanidade.

Contundente, em seu artigo Barbosa Lima Sobrinho decide destacar alguns desses direitos, estabelecendo relações entre a ameaçadora realidade política

brasileira da época e o que considerava a violação, por parte do governo, de um acordo internacional capaz de garantir ao país um lugar no mundo civilizado.

Que direitos são esses? O direito de não ser arbitrariamente detido, preso ou desterrado, o direito de ser considerado inocente até que a sua culpa seja provada em juízo público, com todas as garantias necessárias à sua defesa, o direito de não ser molestado por causa de suas opiniões. Isso não é favor de ninguém. É obrigação do Brasil, se quer cumprir os seus compromissos e se pretende ser considerado país civilizado e merecer o respeito das outras nações. E o abuso da prisão preventiva, sem processo, sem defesa, sem julgamento público compromete menos os detentos que o sofrem do que o País que o admite, depois de haver subscrito a Declaração dos Direitos do Homem (*Jornal do Brasil*, 14/8/64).

Nos dois anos seguintes, o panorama político sofreria grandes transformações. Em 3 de outubro de 1965, nas eleições para governadores de 11 estados, a oposição vencera em dois dos mais importantes, Minas (com Israel Pinheiro) e Guanabara (com Negrão de Lima), provocando a reação de militares da linha dura e precipitando a edição do segundo Ato Institucional, em 27 de outubro: o AI-2 promoveu a extinção dos partidos políticos existentes²⁴, estabeleceu eleição indireta para presidente e atribuiu à Justiça Militar o poder de julgar cidadãos civis acusados de crimes contra a segurança nacional, além de ampliar de 11 para 16 o número de ministros do Supremo Tribunal Federal.²⁵

Apenas quatro meses depois, no dia 4 de fevereiro de 1966, o pacote antidemocrático ganhou o reforço do Ato Institucional n. 3, que impôs a eleição indireta para governadores. O articulista Sobrinho manifestou-se com regularidade nos meses subsequentes, dedicando significativo número de colunas a uma variedade de análises acerca dos novos contornos do regime vigente no país. Em outubro, o Congresso Nacional elegeu o general Costa e Silva para a presidência (a ser empossado em março de 1967) e, em novembro, o parlamento foi colocado em recesso forçado por Castelo Branco.

²⁴ O item referente à extinção dos partidos foi completado em 20 de novembro de 1965 pelo Ato Complementar nº 4, que estipulou que os novos partidos a serem criados deveriam apresentar um mínimo de 120 deputados e 20 senadores e se organizar dentro de 45 dias. Seriam eles: o situacionista Arena e a oposição reunida no MDB.

²⁵ Apontado por grande parte da historiografia como um militar moderado, a indicação de Castelo Branco para a presidência retardou a ascensão imediata ao poder de segmentos “revolucionários” mais radicais, representados especialmente por Costa e Silva. No entanto, Castelo não resistiria às pressões e seu governo seria marcado pelo progressivo cerceamento das garantias democráticas, ilustrando uma das leituras propostas por Fico (2014) para a história do regime militar: entre outros aspectos, destaca a trajetória do surgimento, consolidação, institucionalização e decadência da linha dura e, em particular, das chamadas comunidades de segurança e informações. Por outro lado, o autor sublinha a existência de várias clivagens a configurar os diversos grupos militares, que não apenas a divisão entre moderados e linha dura.

Em “O voto indireto e a Democracia”, o jornalista critica o alijamento da vontade popular no processo eleitoral, bem como as justificativas apresentadas para os pleitos indiretos.

O objetivo dos defensores do voto indireto é sempre o mesmo: afastar o povo do processo eleitoral, entregando a escolha decisiva a um grupo de intermediários, a uma oligarquia, no velho sentido, que aprendemos em Aristóteles. Considera-se que o povo vota mal. Que prefere os demagogos, isto é, os que prometem mais do que podem dar. Mas eu gostaria de perguntar, aos defensores do voto indireto, se bastaria a mudança do processo eleitoral para alterar uma tendência, cujas origens, para eles, estão no próprio povo (*Jornal do Brasil*, 20 e 21/11/66).

Ao contrário, Sobrinho propõe como única solução possível a participação do povo na condução da vida pública e a ampliação de sua dimensão política, inclusive como medida pedagógica.

Desestimular o eleitor primário, no Brasil é [...] mais que um crime: é um erro. Se partimos da premissa de que o povo vota errado ou não sabe votar, tudo o que nos cabe fazer é ensinar a votar. E só se aprende a votar, votando. Como só se melhora a educação política do povo por meio da pregação dos comícios e das campanhas eleitorais [...]. Sou, antes e acima de tudo, um brasileiro e um brasileiro que sabe colocar acima de tudo o interesse de seu país (*Jornal do Brasil*, 20 e 21/11/66).

O ano de 1967 trouxe o agravamento das medidas repressivas e da ânsia punitiva da ditadura, capazes de produzir grande impacto em todos os setores da sociedade brasileira. Apenas no primeiro trimestre, uma nova constituição foi promulgada; Castelo Branco sancionou uma restritiva lei de imprensa; e impôs reforma administrativa, incluindo a criação de representações do SNI em todos os ministérios civis. Sem falar na edição da nova Lei de Segurança Nacional, que instituiu a noção de “guerra interna”. Em 15 de março, Costa e Silva foi empossado na presidência da república.

Barbosa Lima Sobrinho não ficou indiferente à elevação da temperatura política: passou a posicionar-se com maior clareza em relação ao governo e subiu o tom de suas críticas, que se tornaram cada vez mais explícitas. Em “Retificação de calendário”, uma de suas primeiras colunas daquele ano, o autor reage às imposições legais que buscavam cercear a imprensa e critica o Estado autoritário cujas feições rapidamente tornavam-se mais nítidas, para horror do jornalista liberal, que em suas palavras parece descrever o Leviatã hobbesiano.

O projeto de Lei de Imprensa se prende à doutrina dos que identificam o Poder Público com a Virtude e a Imprensa com o Vício [...]. Porque a realidade ética é o Estado. Alma da alma de cada pessoa. O Estado como

verdadeira realidade do indivíduo, o Estado como todo. Por isso mesmo onipotente e intocável, como pregava Mussolini [...]. A Imprensa não é o Estado, e basta não ser o Estado para não ser nada. Ou para representar o remanescente de um poder individual, que precisa ser destruído e extirpado. Daí a necessidade de uma Lei de Imprensa, que complete o culto do Estado, estabelecendo penalidades para as manifestações de discordância, elevadas à categoria de sacrilégios [...]. A divinização do Estado precisa começar pela supressão da liberdade de imprensa (*Jornal do Brasil*, 15 e 16/1/67)

Sobrinho reafirma ainda um ponto de vista estabelecido no início de sua carreira jornalística e constantemente por ele ratificado: a valorização da imprensa não apenas como principal guardiã das liberdades democráticas e individuais, mas também como sua última representante, naquele momento.

O jornalista recorre à tradição liberal de Rui Barbosa para fortalecer a argumentação com que busca realçar o caráter único da liberdade de imprensa: esta atuaria como uma síntese de todas as demais liberdades e, simultaneamente, como sua representante inata.

Rui Barbosa tinha razão, quando escrevia que ‘de todas as liberdades é a da Imprensa a mais necessária e a mais conspícua: sobranceira e reina entre as demais. Cabe-lhe, por natureza, a dignidade inestimável de representar todas as outras’. Porque todas as outras liberdades perdem a maior parte de suas garantias, e de sua eficácia, se falta a liberdade de Imprensa, que vive, exatamente, na militância da defesa de todos os direitos e de todas as liberdades. Há uma prisão ilegal? A Imprensa a denuncia e concorre para a restauração do direito individual violado [...]. Mas se o Estado passa a ser considerado onipotente e praticamente intocável [...], se a função de crítica se transforma em ação temerária [...], todos os direitos e todas as garantias são como que amortalhados no papel em que se escreve a nova Lei de Imprensa – nova, apenas, pela data da promulgação, mas velha, velha, velha como o próprio absolutismo (*Jornal do Brasil*, 15 e 16/1/67).

Para o jurista baiano e inspirador de Barbosa Lima, a capacidade da imprensa de dar publicidade aos atos dotava-a de uma função vital, orgânica, pois era “a vista da nação” e permitia “a respiração aos povos”, conforme declarara em 1920 (Lacombe, 1961). Quase meio século depois, Sobrinho resgata a noção de liberdade de imprensa tal como expressada por Rui Barbosa e, ao fazê-lo, atualiza seu significado. Revela, portanto, um traço longo na cultura política nacional: o autoritarismo do Estado, seja representado pelos abusos da República Velha, seja pelas arbitrariedades do regime militar.

Passados oito anos, porém, a produção textual de Sobrinho revelaria mudanças no conceito barbosiano de liberdade de imprensa. Com o intuito de verificar essa inflexão em seu pensamento, é preciso acelerar a cronologia dos anos

ditatoriais até outubro de 1975, quando é publicado o artigo “Liberdade de imprensa e estado de direito”. Na abertura do texto, embora o autor retome as palavras de Rui Barbosa sobre a importância da imprensa, ele o faz de modo bem diferente.

A necessidade da liberdade de imprensa, para a defesa de todos os direitos, não chega a constituir novidade. Rui Barbosa insistiu muito nessa tese [...]. A explicação e a defesa dessa tese não chegam a apresentar dificuldades, pois que, se julgamos violada ou desrespeitada alguma liberdade, não faltarão na imprensa defensores, que acudirão aos perseguidos. (*Jornal do Brasil*, 5/10/75).

Ao contrário do artigo de 1967, desta vez o velho jornalista parece reconhecer um certo caráter de obviedade contido na simples proposição de defesa da liberdade de imprensa – diferentemente das críticas veementes que antes dirigira às tentativas de restringi-la, e de suas palavras de alerta acerca dos efeitos negativos sobre as demais liberdades. Neste texto, por si só, a defesa da liberdade de imprensa seria um argumento insuficiente para oferecer respostas à complexa conjuntura vivida, naquele momento, pela sociedade brasileira.

Afinal, menos de uma década após a publicação do artigo anterior, o panorama era outro: a ditadura havia mutilado por completo o país após a decretação do AI-5, ceifando vidas, direitos políticos, mandatos parlamentares e liberdades individuais. Insatisfeito, Barbosa Lima prossegue com o artigo e reelabora, então, suas reflexões.

Sinto agora a necessidade de reformular meus julgamentos. Já não acredito muito na defesa pura e simples da liberdade de imprensa, para a defesa de todos os direitos individuais. Não contesto os benefícios de sua presença, mas me parece que a opinião certa é a que vejo manifestar-se pela palavra do ilustre presidente da Ordem dos Advogados de Pernambuco, o jurista Moacir César Baracho [...]. Lembrava Moacir César Baracho [...] que [...] é uma luta permanente que a Ordem dos Advogados do Brasil empreende pela restauração do estado de direito, objetivo só atingível quando restabelecidas todas as liberdades públicas e garantido o exercício de todos os direitos individuais porque [...] todas as espécies de liberdade são conexas e de tal modo interdependentes, que o sacrifício de qualquer delas ameaça as demais, que compõem o sistema. Essa interdependência não se limita aos direitos. Alcança, por igual, as garantias que protegem esses direitos. Basta pensar nos resultados da supressão do habeas corpus, ou de sua limitação a casos que não alcancem o poder de polícia da autoridade pública. Não é apenas um instituto jurídico que desaparece. É todo um sistema que desaba. (*Jornal do Brasil*, 5/10/75).

Portanto, Sobrinho redimensiona a importância anteriormente atribuída por ele à liberdade de imprensa como um instituto singular, uma categoria diferenciada com status de avalista dos direitos constituintes do indivíduo, nas sociedades civilizadas. Embora a reafirme como uma garantia fundamental, não mais a

considera isoladamente: a liberdade de imprensa passa a revestir-se de novo significado; menos valorizada de per si, porém inserida no conjunto de liberdades democráticas que só pode existir com o restabelecimento do pleno estado de direito.

Com base nessa nova percepção sistêmica acerca da realidade que o cerca, Barbosa Lima Sobrinho produz uma torção em seu conceito de liberdade de imprensa. Se, antes, ela representava uma bandeira de luta por si só, agora compõe um amplo espectro do cenário político nacional afetado pelo regime de exceção. A luta só fará sentido se ocorrer desde uma perspectiva ampliada, reconhecendo-se a íntima relação entre as diversas liberdades.

De que adiantaria bater-se pela liberdade de imprensa, quando todos os demais alicerces da democracia estão ruindo à sua volta, pergunta-se ele:

Há que lutar por todo o sistema, que traduz a presença do estado de direito, com as liberdades e garantias correspondentes. A começar pelos que asseguram a autonomia e a independência do Poder Judiciário. Garantindo, em seguida, as atribuições que incumbem ao Poder Legislativo, que não será que não uma caricatura se não possuir as imunidades que prestigiam a tribuna parlamentar [...]. A defesa exclusiva da liberdade de imprensa só teria sentido se se tratasse da única liberdade ausente. Mas se faltam outras instituições, que caracterizam a presença do estado de direito, o que há que fazer é lutar pela restauração de todo o sistema a que ela pertence [...]. Não há liberdades isoladas [...]. Há um sistema de vasos comunicantes, em que os níveis de segurança ou de restrição se estendem de uns aos outros. O que se impõe, pois, é a defesa de todo o sistema, isto é, a defesa do estado de direito para a plena vigência de todas as liberdades que o integram. (*Jornal do Brasil*, 5/10/75).

É por essa época que lhe chega às mãos uma denúncia de violação justamente dessas liberdades. A mensagem manuscrita por Iramaya Benjamim contém um pedido de ajuda comum no Brasil de então: ela roga a intervenção do jornalista (que só conhece por intermédio de sua produção intelectual), para livrar da prisão e da justiça militar arbitrária seu filho César, detido aos 17 anos. A missiva de Iramaya Benjamim narra a prisão, ocorrida cinco anos antes, do filho menor de idade.²⁶

Prezado Sr Barbosa Lima Sob^o [sic]
Leitora assídua de seus escritos no JB e de seus livros, venho por meio desta lhe endereçar um pedido de socorro, de ajuda. Tenho um filho que é preso político desde 1971 sem que tenha pena a cumprir. Seu caso é um caso peculiar, visto como foi preso com 17 anos, e portanto, menor de idade. Ultimamente, em dezembro de 1975, o Supremo Tribunal Federal

²⁶ Mãe dos militantes da luta armada Cid e César Benjamim, presos e exilados pela ditadura, Iramaya Benjamim foi uma das fundadoras do Comitê Brasileiro pela Anistia. Faleceu no Rio de Janeiro em 2012, aos 88 anos de idade.

decidiu [...] ser ele legalmente irresponsável à época dos fatos. No entanto, a 26/4 último, o Superior Tribunal Militar, por 7 votos contra 6, negou-se a acatar o Supremo Tribunal do país, conservando-o sob processo na Justiça Militar, desobedecendo, pois, frontalmente ao STF (grifo da autora) [...] É por isso que estou me dirigindo a pessoas de comprovado espírito democrático e legalista e que ao mesmo tempo podem dispôr de colunas nos jornais para denunciar fatos graves como esse, graves não só em si mesmos como em suas consequências. Se o Sr puder escrever algo a respeito, não só estará colaborando com todo o seu brilho, seu nome e sua posição já conquistada dentro da nossa sociedade para que fatos como esse não se repitam, como estará ajudando meu filho, tão jovem, a se pôr a salvo de uma terrível injustiça. É o que lhe pede este coração de mãe já demasiadamente castigado. (RJ, 11/5/76).

Concluído este salto cronológico, voltemos ao ano de 1967 para retomar as reflexões de Sobrinho nos primeiros anos autoritários. Um bom exemplo é o artigo “Limites do poder político no idioma”, no qual ele se apropria do discurso oficial do regime para apontar suas contradições, lançando mão da dicotomia entre os vocábulos “revolucionário” e “subversivo”.

O que nunca pude entender, no movimento de 31 de março, foi a preocupação de reunir, ou somar, coisas inconciliáveis, como a glória do título de *revolucionário* e a punição dos *subversivos*. Uma visita [...] aos dicionários do idioma poderia ter evidenciado que *revolucionário* e *subversivo* são sinônimos, sem qualquer margem de dúvida. Um golpe de estado pode muita coisa. Duvido, porém, que consiga mudar o sentido dos vocábulos [...]. Pois *revolucionário* e *subversivo* são sinônimos, queiram ou não queiram os donos do poder político (*Jornal do Brasil*, 16 e 17/7/67).

No país reconfigurado pela ditadura que impunha sua nova ordem e subvertia o sentido lógico e semântico, o jornalista busca a segurança ideologicamente “neutra” dos dicionários, que acredita imunes aos abusos de poder. E, na sequência, apresenta as razões capazes de credenciá-lo a elaborar aquela que considera uma crítica insuspeita, em face de sua própria trajetória e do modo como se conduzira em relação ao governo Jango, do qual discordara em vários aspectos.

E me considero com isenção para dizê-lo, pois que não sou, nem pretendo ser, revolucionário e não fui subversivo, pois que não conspirei, não entrei nos planos de um Governo, com o qual não tive nenhuma aproximação e do qual cheguei mesmo a recusar cargo de confiança, muito bem remunerado, para poder conservar, nos meus humildes pronunciamentos jornalísticos, a independência de que não sei abrir mão. Graças a isso [...], tive contra mim, em artigos azedos, como são de seu feitio, o Sr Roberto Campos, que então defendia, contra mim, o Governo do Sr João Goulart. Tenho, por isso, diante de minha consciência, autoridade para apoiar os dicionários ou, pelo menos, para recordá-los. Porque alguma coisa deve andar errada por aí. Ou os revolucionários não são revolucionários, ou os subversivos não são subversivos (*Jornal do Brasil*, 16 e 17/7/67).

Por meio do jogo de oposição construído entre os termos “revolucionário” e “subversivo”, Sobrinho afirma claramente não incluir-se entre uns nem outros,

reivindicando para si uma posição no campo da independência política, que considera não apenas uma condição essencial à sua atividade jornalística, mas também a justificativa moral para expressar um questionamento à ditadura: ou os revolucionários não são revolucionários, ou os subversivos não são subversivos.

É interessante notar como tal estilo de redação relaciona-se, em termos argumentativos, a outro texto do jornalista, produzido oito anos mais tarde, em um contexto político-social inteiramente diferente. Para efeitos comparativos, daremos aqui novo salto cronológico até junho de 1975, quando a coluna de Sobrinho estampava o artigo “Considerações em torno de um vocábulo”.

A Política, vez por outra, toma conta de um vocábulo e lhe dá um conteúdo especial. Como se as palavras não passassem de vasos, à espera de líquidos diferentes. O que não pode deixar de inquietar quem está habituado a tratar os vocábulos como seres vivos, com a sua expressão inconfundível. Às vezes a Política se diverte, procurando apresentar como antônimos palavras que todos os dicionários registram como sinônimos. No caso do vocábulo *distensão* [...] convenho que há adequação com o fato político, que se procura traduzir [...]. *Distensão* veio do latim [...] para expressar o esforço de tração que movimenta os músculos, embora *distensão* muscular revele a ultrapassagem dos limites naturais [...]. (*Jornal do Brasil*, 8/6/75).

Nesses parágrafos iniciais do artigo, Barbosa Lima Sobrinho retoma sua percepção sobre a construção de sentidos realizada pelas narrativas elaboradas no interior da ditadura e no universo político, reconhecendo que não há neutralidade possível nas produções discursivas, uma vez que constituem campo de disputas ideológicas. Desta vez, o intelectual cuja visão dos vocábulos é orgânica (trata-os “como seres vivos”) discorre acerca da palavra “*distensão*”.

No ano anterior, o general Ernesto Geisel assumira a presidência e a tarefa de dar início à chamada abertura política - um longo processo de *distensão* vivenciado pelo país durante dez anos, até a eleição indireta do primeiro presidente civil. A caminhada rumo à transição democrática, porém, seria atribulada, repleta de idas e vindas, divisões nos meios militares, e marcada pela violência de estado.

Sobrinho descreve o contexto da época como um ambiente no qual “os limites naturais foram ultrapassados”, sendo necessário, portanto, um esforço de flexibilização da musculatura do regime para se obter algum alívio, afirma:

O que me parece corresponder ao sentimento dos criadores do vocábulo, na vida política do Brasil, é proporcionar um estado de afrouxamento de tensões [...]. O que parece equivalente a uma restauração de liberdades, consagradas nos regimes democráticos. Com a independência, sem prejuízo da harmonia, dos poderes. Com a vigência das imunidades parlamentares e da supressão total da censura prévia, que constitui

realmente privilégios, mas não dos parlamentares ou dos jornalistas, mas dos povos que os usufruem [...]. Com o advento do estado de direito. (*Jornal do Brasil*, 8/6/75).

Cabe destacar o modo como, ao mesmo tempo em que reivindica o fim das medidas de exceção e a volta ao pleno estado de direito com todas as suas prerrogativas, nas linhas seguintes o jornalista menciona os presidentes-generais em tom condescendente e isento de críticas.

[...] O Governo Castelo Branco teve sempre, como objetivo supremo, o que agora se está denominando distensão que procurou sustentar, na medida de suas forças. Todos sabem, também, que o Presidente Costa e Silva sacrificou a própria vida na defesa desse programa, embora tivesse sido, anteriormente, um dos promotores das medidas de endurecimento do regime. Já o Presidente Garrastazu Médici afirmava, num de seus primeiros discursos, que a 'plenitude democrática era uma aspiração nacional' [...]. Coube ao Presidente Geisel encontrar e aceitar a palavra própria, para esse esforço que, no seu entender, significaria uma espécie de marcha no sentido do afrouxamento das tensões, que ainda se consubstanciam nos Atos Institucionais vigentes [...]. (*Jornal do Brasil*, 8/6/75)

Eis uma argumentação que, até então, afigurava-se como incomum na produção jornalística de Barbosa Lima Sobrinho: de forma praticamente elogiosa, descreve os quatro presidentes como portadores do desejo de liberalização do regime, embora em todos os seus governos a regra tenha sido o gradual endurecimento da ditadura e da repressão – cujo ápice ocorreria sob o comando de Médici, desde a decretação do AI-5, em 1968.

O artigo ilustra uma tendência que se tornaria cada vez mais presente no pensamento de Sobrinho e em seus escritos, a partir de meados da década de 1970, que detalharemos ao abordar a temática da anistia, mais adiante. Diferentemente das opiniões manifestadas desde o golpe, o jornalista passa a adotar um tom mais conciliatório durante a conjuntura da distensão política, investindo em um esforço de minimização dos conflitos. Ele assume essa conduta de forma consciente e aberta, como faz questão de esclarecer.

Tenho bastante lealdade para reconhecer que acredito na sinceridade do Presidente Geisel, embora também não subestime as dificuldades que vai encontrar [...]. Faço também questão de esclarecer que este pronunciamento não se confunde com qualquer espécie de adesismo, pois que se limita a uma atitude, que estou louvando, sem daí desejar admitir nenhuma outra consequência ou compromisso. Estou ao lado de todos os brasileiros [...] a favor de um processo de distensão que, para ter êxito, precisa encaminhar-se com a cautela necessária. (*Jornal do Brasil*, 8/6/75).

A seguir, Barbosa utiliza como credencial sua credibilidade pública conquistada por meio da própria trajetória intelectual, bem como pelo pacto

nacionalista honrado por uma vida inteira – afinal, ainda era viva na memória brasileira a atitude ousada do jornalista que, apenas dois anos antes, deixara sua confortável rotina de acadêmico para percorrer o país como anticandidato pelo partido de oposição à ditadura. E finaliza a defesa de seu ponto de vista, inspirado pela tradição liberal brasileira: propõe a conciliação dos interesses e o polimento das arestas.

Não creio que se possa ser mais brasileiro do que eu o sou e aí estão, para demonstrá-lo, minha atividade jornalística e, principalmente os livros que venho escrevendo, na defesa de teses que me parecem as que mais se ajustam ao progresso e à defesa de meu país. E continuo coerente com todo esse passado de lutas, quando me bato pela efetivação da distensão e pelo respeito à Declaração Universal dos Direitos do Homem [...]. O que ressalta da história e das tradições do Brasil é aquela inspiração liberal, que encontrou no Duque de Caxias a sua mais autêntica expressão, o que prova que há receitas conhecidas para a salvaguarda e a defesa dos dois interesses, o da ordem pública e o da liberdade. (*Jornal do Brasil*, 8/6/75).

Após esse avanço no tempo, de volta a 1967 vamos encontrar Barbosa Lima Sobrinho dedicado a apontar uma questão que considerava prioritária na conjuntura política do país, enunciada no título do artigo: “A formação de uma consciência democrática”.

Não há nada mais necessário ao Brasil do que um movimento de opinião, destinado a valorizar os postulados da democracia representativa. Basta passar os olhos pelas realidades, que se vêm acumulando nos últimos anos, comprovando, de um lado, a ausência de convicções definidas e, do outro, a falta de resistências para deter os atentados contra o regime. A própria representação, e não de hoje, funciona precariamente, com as distorções do processo eleitoral, a pressão policial despuída, o suborno, a corrupção e o coronelato [...] (*Jornal do Brasil*, 10 e 11/9/67).

Coerente com seu entendimento de democracia liberal, manifesta a necessidade de aperfeiçoamento da opinião em torno da defesa do regime da democracia representativa, a seu ver ameaçado por fatores decorrentes da ação autoritária. Sobrinho denuncia a condução antidemocrática do país, cujos efeitos perversos enumera, assim como a substituição da legítima participação política popular por um arremedo de intermediação parlamentar, cujas motivações ele considera reprováveis.

Não adianta nada pretender corrigir males antigos e inveterados com a terapêutica da supressão da própria democracia ou o esquecimento de seus postulados essenciais. Não adianta nada suprimir a eleição direta. Ou efetivar o esvaziamento do Poder Legislativo, que é o poder representativo por excelência, se é o único que se constitui nas urnas populares. De todas essas práticas, não resulta senão a valorização das oligarquias políticas e o fortalecimento do poder econômico. Afastar o povo é o mesmo que

substituí-lo por intermediários ardilosos, inspirados pela ambição do poder e da riqueza ou pelo gosto do servilismo (*Jornal do Brasil*, 10 e 11/9/67).

Em tom de revolta, questiona aquilo em que o seu país havia se transformado, mergulhado em uma falseada visão de democracia.

Que é o Brasil de hoje, senão uma cúpula restritíssima manobrando um Congresso anódino, perdido no silêncio de Brasília? Democracia não é e não pode ser conformismo. Quando se suprime a luta, quando se pretende silenciar divergências e antagonismos, o que na verdade se obtém é o aniquilamento do próprio processo democrático. Até mesmo porque o debate de ideias, de teses, de princípios, não é subversão e não chega mesmo a ser oposição. É a vida normal de qualquer democracia, que se respeite a si mesma (*Jornal do Brasil*, 10 e 11/9/67).

Entretanto, em especial no contexto do bipartidarismo imposto pelo regime, o jornalista reconhece os limites da atuação partidária como fonte de garantia democrática no jogo político, advogando por uma participação de cunho mais doutrinário, a se dar de forma ampliada, no campo das ideias. Eis a visão de um ativo intelectual mediador, para quem a atuação no âmbito filosófico e humanista não se desvincula da luta política, ao contrário – serve-lhe de inspiração, ao revestir-se de um sentido ético superior.

Para essa função de luta, os partidos políticos têm, necessariamente, seu papel e sua influência. Mas ao lado deles cabem também movimentos de opinião, destinados a uma pregação doutrinária, que se coloque acima dos próprios interesses partidários. Os partidos são instrumentos de ação, presos a conveniências, a combinações, a entendimentos. Os movimentos de opinião só têm compromisso com os programas para os quais se criaram. Por isso mesmo dispõem da liberdade necessária para se dirigirem a todos, sem limitações partidárias, sem restrições facciosas, sem preocupações pessoais (*Jornal do Brasil*, 10 e 11/9/67).

No decorrer desse texto, Barbosa apresenta os seus modelos de nações democráticas, habitadas por povos livres, com acesso à educação, e mais uma vez refuta a tese elitista, segundo a qual se procurava justificar a supressão do direito ao voto direto, pela suposta incapacidade popular de tomar as rédeas da vida política nacional. O artigo revela, ainda, o tom nacionalista com que o autor busca denunciar as facilidades criadas pelo governo militar à exploração internacional do país.

E conclui, afirmando sua convicção em um futuro que deveria, necessariamente, fundar-se na criação de uma consciência democrática capaz de pairar acima das paixões e ambições políticas, tão presentes nas disputas pelo poder público.

A democracia é o regime dos povos livres, dos povos instruídos, dos povos independentes. Os povos como o da Inglaterra, o da França, o dos Estados Unidos. Ou da Suíça. Ou dos países escandinavos. Enquanto a ditadura [...] só se explica ou pelo domínio exclusivo de uma classe, como na URSS, ou pela proclamação da condição inferior dos povos a que se aplica, quando se pretende ter como ideal equiparar as Constituições aos regulamentos das senzalas, pressupondo-se a inferioridade e a incapacidade do povo para dirigir os próprios destinos. Desejamos ver o Brasil no primeiro plano das nações livres e não na rabadilha dos regimes espúrios, construídos menos para os brasileiros do que para a facilidade da espoliação do capitalismo internacional [...]. Pensamos tão somente no futuro [...]. Porque só chegaremos a esse resultado pela formação, no Brasil, de uma consciência democrática mais forte que todas as ambições, e que todos os interesses empenhados na conquista ou na posse do poder público (*Jornal do Brasil*, 10 e 11/9/67).

A democracia almejada pelo jornalista estaria ainda mais ameaçada nos meses seguintes: ao longo de todo o ano de 1968, o país sofreu uma rápida escalada nas medidas autoritárias e no uso da violência como tática de repressão aos conflitos políticos e manifestações sociais, evidenciando o agudo endurecimento do regime.

Em 28 de março, a morte do estudante Edson Luis de Lima Souto em conflito com a Polícia Militar, durante protesto contra as condições precárias do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, foi o estopim para uma série de passeatas realizadas em várias capitais do país, reunindo milhares de pessoas. As manifestações eram invariavelmente desmanteladas com grande truculência, a exemplo do ocorrido na missa de sétimo dia de Edson Luis na igreja da Candelária, quando as pessoas foram atacadas pela polícia montada.

O momento é retratado na produção textual de Sobrinho, especialmente numa série de colunas em abril, junho e julho de 1968. Nos textos “Compreensão como instrumento de governo” e “Exame de consciência”, critica a repressão às manifestações após a morte do estudante Edson Luis. “Deus será brasileiro?”, questiona em outro artigo, citando a repressão policial.

As perseguições se intensificaram nas universidades e os jovens brasileiros ganharam as ruas, inseridos na conjuntura internacional de protestos e questionamentos daquele ano. Os estudantes representaram uma das faces mais visíveis da oposição ao governo militar e alvo preferencial de sua perseguição política, que culminaria com a prisão de centenas de pessoas em Ibiúna, no dia 12 de outubro, durante congresso da UNE.

A truculência policial, o aumento das denúncias de violações aos direitos humanos e a repressão generalizada deram início a um processo de erosão nas

bases civis apoiadoras do regime. Setores das classes médias, associações profissionais, instituições religiosas e grande imprensa passaram a expressar seu desencanto com o fechamento político, associado à recessão econômica.

Até que, no dia 13 de dezembro, a edição do Ato Institucional n. 5 coroou a marcha de exceção colocada em curso desde o golpe quatro anos antes, consagrando definitivamente a utopia autoritária militar segundo a qual todos os dissensos e supostos subversivos deveriam ser eliminados, numa operação de limpeza política até então inédita.

O AI-5 representou a ruptura com a suposta legalidade imposta que, até então, caracterizava os governos militares, ao conceder poderes discricionários quase ilimitados ao presidente da república; suspender o habeas corpus em crimes contra a segurança nacional; julgar crimes políticos em tribunais militares; e permitir a demissão ou aposentadoria de funcionários públicos e juízes, entre outras medidas radicais de exceção.

O Congresso Nacional foi fechado por praticamente um ano, a censura dirigida à imprensa e à cultura recrudescceu e o aparato repressivo representado pelo sistema Doi-Codi foi institucionalizado, com sua prática indiscriminada de prisões, interrogatórios, torturas, desaparecimentos e assassinatos.

Nessa conjuntura, Barbosa Lima Sobrinho dedica várias de suas colunas às reflexões acerca de um de seus lugares de fala, em especial. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) surge em artigos elaborados em diferentes momentos da vida política nacional, ao longo dos anos autoritários, refletindo a convicção do autor na importância do órgão, embora reconhecesse as inúmeras limitações impostas à sua efetiva atuação.

Se em “A democracia e os direitos da pessoa humana” (1968) Sobrinho denuncia a demora no cumprimento da lei que determinava a instalação do CDDPH, sete anos depois faz críticas ao seu funcionamento precário no artigo intitulado “Defesa dos direitos da pessoa humana” (1975).

Mais tarde, em 1980, o jornalista recebe uma carta de outro homem público, motivada pelas atividades do Conselho. Seu autor: o jurista Heráclito Fontoura Sobral Pinto, apoiador de primeira hora do golpe militar e da deposição de Jango, até ser editado o primeiro ato institucional, em 9 de abril de 1964. Desde então, convertera-se em opositor da ditadura, advogado de muitos presos políticos e viria a se tornar um dos ícones da resistência democrática.

É interessante observar que, mesmo manietado e sabotado pelo regime, o colegiado representou uma frente de luta valorizada por segmentos da sociedade civil organizada naqueles anos, para a qual convergiram intelectuais e entidades tais como ABI e OAB.

Em sua mensagem datilografada (recebida pela secretaria da ABI, conforme atestado pelo carimbo na última página da carta), Sobral Pinto desejava divulgar uma grande campanha nacional a ser empreendida em favor do CDDPH e, para isso, esperava contar com a adesão de Barbosa na qualidade de membro do colegiado, colunista de opinião e intelectual.

Para tal, o jurista sugere ainda a Barbosa que busque articular-se com outros dois escritores: Alceu Amoroso Lima e Otto Lara Resende.

Dr Barbosa Lima Sobrinho

Aceite, com agrado, o meu cordial abraço, desejando-lhe, simultaneamente, saúde, paz e êxitos constantes na direção da ABI e em suas atividades jornalísticas, culturais e literárias. Tenho a honra de lhe enviar o texto da tese "A liberdade e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana", aprovada na VIII Conferência Nacional dos Advogados do Brasil, realizada em Manaus, em dias do mês de Maio último, na qual o Sr. compareceu como convidado de honra [...]. Várias são as razões que me levam a lhe enviar, agora, esta tese. A primeira delas, importantíssima, é que o Sr. é jornalista brilhante, que tem à sua livre disposição colunas dominicais de um matutino da importância do Jornal do Brasil. A segunda, não menos valiosa, é que o Sr. é jornalista culto e independente, que se interessa pelo respeito, em nosso País, dos direitos da pessoa humana. A terceira, igualmente relevantíssima, é que o Sr., na sua condição, merecida, de Presidente da ABI, é membro nato do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana [...]. Se a defesa e divulgação dos direitos humanos [...] não foram, até hoje, feitas nem executadas, isto aconteceu em virtude dos obstáculos criados pela ditadura militar, que se implantou no País em 1964 e que dura até agora [...]. Se os jornais, as estações de rádio e as câmeras de televisão ajudarem a divulgação dos direitos da pessoa humana [...], os membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculados à orientação omissa do Poder Executivo Federal, sentir-se-ão de tal modo pressionados pela opinião pública do País que se verão na contingência de se unirem ao Presidente da ABI e ao Presidente do Conselho Federal da OAB [...] para que este Conselho possa exercer, d'ora em diante, efetiva e eficientemente, as suas importantes atribuições. O Sr., no exercício da Presidência da ABI, poderá capitar [sic], com habilidade e êxito, a direção de matutinos importantes [...]. Uma personalidade do seu porte, aliada a outra personalidade de tantos méritos, como o Alceu Amoroso Lima e a outro jornalista e humanista do quilate de Otto Lara Resende, que dispõem, ambos, de colunas de grandes matutinos, podem promover, perfeitamente, uma campanha em grande estilo (RJ, 16/6/80).

Um ano depois dessa missiva, Sobrinho redige um texto de caráter retrospectivo, capaz de sintetizar não apenas a trajetória do Conselho, mas também o seu próprio pensamento a respeito. Trata-se do artigo intitulado "Defesa dos Direitos Humanos" (1981), no qual reitera a importância da Declaração Universal dos

Direitos Humanos sob a perspectiva de um código de ética, um ideal a ser perseguido pela luta política cotidiana.

Quero aqui confessar que considero a Declaração Universal dos Direitos Humanos um dos documentos mais importantes já produzidos pela inteligência e pela generosidade dos povos, nada menos que um marco de civilização ou um instrumento de progresso e, sobretudo, um programa de ação, ainda distante da realidade e, por isso mesmo, valendo como um convite à luta pela sua observância e pela sua eficácia. Se os fatos, na verdade, a comprometem, ou a desrespeitam, deve ser maior o esforço para que possa passar do ideal à realidade de todos os dias [...]. Não será sempre assim o caminho para o aperfeiçoamento da humanidade? Mesmo sabendo-se que se luta por um ideal inatingível, mas que, por isso mesmo, nunca deve ser esquecido ou desprezado? (*Jornal do Brasil*, 22/11/81).

Sobrinho relembra as circunstâncias de criação do CDDPH e os inúmeros obstáculos decorrentes de um farto conjunto de manobras governamentais visando à imobilização do colegiado, o que levou as entidades participantes a questionarem a validade de manter seus assentos.

[...] A lei brasileira que vinha criar o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana [...] e receber a sanção do Governo de João Goulart. Talvez não fosse o melhor momento para inspirações dessa natureza, quando se iniciava, em 1964, o caminho para o AI-5, que iria forçar a promulgação de outra lei que, não tendo forças para extinguir o Conselho, procurou inutilizá-lo com a imposição do sigilo [...] e com profundas alterações na sua composição [...]. Que fazer diante desse outro Conselho? Integrar-se nele ou repudiá-lo para sempre? (*Jornal do Brasil*, 22/11/81).

Mais uma vez, o jornalista demonstra a combatividade presente em suas palavras e atitudes de toda uma vida em defesa dos direitos humanos, mesmo quando estes eram considerados uma causa em vão.

Confesso que nunca tive dúvidas na resposta. Nem sempre se pode lutar pela vitória. Mas nunca se deve abandonar uma tribuna em que haja lugar para o protesto. Tanto mais quando a presença do Ministro da Justiça cria oportunidade para interpelar o Poder Executivo, face a face com seu representante, na área específica da violação dos direitos humanos [...]. Uma tribuna que não pode e não deve ficar deserta, enquanto não for revogada a lei que a criou, quando mais não seja para a manifestação de um protesto [...] (*Jornal do Brasil*, 22/11/81).

2.2 Anistia, a perenidade de uma temática

A partir de meados dos anos 1970, com a proposta de abertura “lenta, gradual e segura” do regime, a produção jornalística de Barbosa Lima Sobrinho evidencia a

crescente emergência de temas relacionados às denúncias de violações de direitos humanos praticadas pelo sistema repressivo da ditadura, refletindo o pulso da sociedade brasileira que vai, paulatinamente, se envolvendo nesse debate. Aumenta o poder de mobilização das oposições e de entidades como OAB, ABI e Movimento Feminino pela Anistia (pioneiro, criado em 1975), além dos Comitês Brasileiros pela Anistia, desde 1978.

Sua escrita registra a ocorrência de perseguições e prisões políticas; menciona listas de pessoas desaparecidas e exiladas; comenta sobre as condições dos presídios, o direito à nacionalidade para pessoas banidas e a volta ao estado de direito. O quadro abaixo destaca algumas das colunas dedicadas a tais assuntos, entre tantos textos produzidos por ele.

Surge a categoria temática que viria a se tornar um dos principais eixos do pensamento e da militância de Sobrinho, predominante nos artigos do Jornal do Brasil durante a década de 1970 e ainda presente até meados dos anos 1990, uma década, portanto, após o fim da ditadura militar: a anistia. Entre eles, destacam-se:

Tabela 2 – Artigos selecionados das décadas de 1970 a 1990.

ANO	DATA	DESCRIÇÃO	TÍTULO
1975	16/2	Cita lista de desaparecidos	Defesa dos direitos da pessoa humana
1975	25/5	Cita presídios políticos; metáfora com militares	O destino dos presos políticos
1975	8/6	Analisa “distensão” no contexto político	Considerações em torno de um vocábulo
1975	14/9	Cita anistia e direito à nacionalidade	Em torno da moda dos slogans
1975	5/10	Defende volta ao estado de direito	Liberdade de imprensa e estado de direito
1978	26/2	Critica banimentos e apátridas	À margem de uma nota ministerial
1978	9/4	Comenta distensão e critica ditadura	Direitos e não favores
1978	14/5	Cita mães e lideranças femininas pela anistia	Homenagem à mulher brasileira
1979	24/6	Critica banimentos	Anistia com grandeza
1979	30/9	Critica anistia parcial, cita doutrina católica	Jesus Cristo e a anistia
1979	5/8	Elogia anistia dada por Caxias	Caxias e a anistia aos balaíos
1979	12/8	Elogia anistia dada por Caxias	No mês de Caxias
1979	19/8	Compara regime de então e a ditadura	Caxias e a anistia aos Farrapos
1979	26/8	Analisa Lei de Anistia	Anistia e pacificação

1980	23/11	Critica anistia e comenta militares punidos	Anistia para lembrar
1983	18/9	Defende anistia para excluídos pela lei	O caminho de uma verdadeira anistia
1985	27/10	Critica lei de anistia e militares excluídos	A anistia e seus problemas
1986	26/1	Relembra luta por anistia a militares cassados	Brigadeiro Francisco Teixeira
1995	21/5	Avaliação sobre anistia	Reflexões em torno da anistia

Fonte: Jornal do Brasil, 2018.

A luta pela anistia mobilizou a opinião pública internacional e constituiu um marco no longo processo da transição democrática brasileira, considerada por muitos uma jornada inconclusa. Isso porque a lei obtida após os embates com o regime favoreceu não apenas os atingidos pela ditadura, mas também seus operadores, representando, ainda hoje, um dos principais obstáculos à responsabilização judicial dos agentes da repressão - ao contrário de outros países sul-americanos que também viveram sob regimes autoritários.

Quarenta anos depois de sua aprovação, em 1979, a lei de anistia atualmente em vigor registra modificações decorrentes de votações no Congresso Nacional, em diferentes momentos: num deles, foi garantido o pagamento de indenizações aos familiares de mortos e desaparecidos (lei n. 9.140, de 1995) e aos perseguidos políticos (lei n. 10.559, de 2002). Entretanto, não foi modificado o seu caráter impeditivo da abertura de processos contra civis e militares responsáveis por sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos (Rodeghero, 2014).

Barbosa Lima Sobrinho acompanhou todas as discussões em torno da anistia, demandando-a desde a metade da década de 1970, bem como se manifestando, nos anos seguintes, sobre seus desdobramentos. Compreensivelmente, o ano de 1979 ganha destaque em sua coluna, por concentrar os marcos principais da abertura política que culminaria com a lei da anistia: logo em janeiro, o AI-5 foi extinto; a posse do general João Batista Figueiredo ocorreu em março e, em fins de agosto, foi decretada a anistia. Até dezembro, o bipartidarismo e a censura prévia também chegariam ao fim.

Entre os textos de sua autoria selecionados nesta seção, o primeiro chegou às mãos dos leitores do JB em 26 de agosto de 1979, dois dias antes da decretação da anistia. Intitulado “Anistia e pacificação”, trata-se de um artigo bastante abrangente quanto à variedade de assuntos abordados. Inicia-se com o

reconhecimento da vitória parcial obtida com a nova lei, além da expectativa legalista do autor quanto à sua aplicação pelo Judiciário.

Ainda bem que depois de 15 anos vividos na volúpia das punições, surge, afinal, a luz de um ato de anistia. Há que fazer justiça ao Presidente João Figueiredo, se não é tudo que se pleiteava, não se pode negar que é muito mais do que se vinha obtendo de seus antecessores, desde o tempo do Marechal Castelo Branco, em que a palavra de ordem era a das cassações dos direitos políticos, das reformas arbitrárias, dos IPMs sem prazo, recusado, em todos os casos, o que podia haver de mais elementar no direito de defesa [...]. Cabe, agora, ao Poder Judiciário, através do Superior Tribunal Militar, completar o projeto aprovado com uma interpretação generosa [...].

Sobrinho expõe sua argumentação favorável a fazer pender a balança da justiça em benefício dos “chamados terroristas”, e a justifica por meio de uma valoração comparativa, na qual sobressai o sentido heroico que atribui à resistência contra o regime:

O Senador Paulo Brossard abriu caminho para essa interpretação no paralelo que fez entre os torturadores anistiados e os chamados terroristas que continuam presos. O crime do torturador foi infinitamente mais odioso, não envolvendo risco de vida nem outro ideal que o da expansão do sadismo [...]. Um lutava por um regime de liberdades asseguradas, o outro cuidava apenas de somar serviços que pudessem valer de recomendação para as promoções e as vantagens pleiteadas. A autoridade que abusa de seu poder comete crime muito mais censurável do que o cidadão que recorre ao direito de resistência, com risco pessoal, para a defesa de toda a comunidade [...] Nem a palavra ‘terrorismo’ terá qualquer significação, quando se considerar que o maquis da França, o valoroso aliado com que contou o General De Gaulle, não passava de um ‘terrorista’ para o Marechal Pétain. (*Jornal do Brasil*, 26/8/79).

Nas palavras do jornalista, é nítida uma interpretação que viria a ganhar força a partir dos anos 1970 e prevaleceria em muitas das narrativas sobre os anos de exceção, bem como na memória coletiva nacional até a atualidade: o caráter de abnegação e heroísmo dos combatentes da ditadura. Na opinião de Barbosa, arriscavam suas vidas e lutavam pelo bem comum, movidos por um sentimento ético-cívico comparável ao da resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial.

Ele aponta ainda a violência do estado militar como justificativa para alegados excessos dos grupos resistentes armados, interpretados como possíveis atos de legítima defesa em situações extremas:

Não se deve também esquecer que a violência da repressão, com a odiosa figura do torturador, bem que pode explicar os excessos do terrorismo, quando desejam escapar de um regime que os aguarda, exibindo, nas suas mãos poderosas, a máquina dos choques elétricos. Os atos de desespero

podem arrastam aos excessos de legítima defesa, numa situação conturbada, em que naufragou de todo o direito de defesa, ou até mesmo o direito de explicação. (*Jornal do Brasil*, 26/8/79).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que expressa indignação contra os atos praticados por torturadores, novamente oferece uma saída de caráter conciliatório: é preciso adotar uma atitude de esquecimento para lidar com o passado que mancha a história de seu país e traz vergonha.

A prática oficial de torturas fará dos 15 anos que passaram um período que será necessário esquecer, para não nos envergonharmos da condição de brasileiros. (*Jornal do Brasil*, 26/8/79).

Sobrinho apresenta suas críticas à lei de anistia, que poderia ter sido o “remédio” para a situação, mas, na configuração autorizada pelo regime, estaria muito aquém de produzir os efeitos desejados.

Para curar tudo isso, o remédio recomendado era sem dúvida a anistia ampla, irrestrita. O projeto aprovado está longe deste modelo [...]. Não se venha sofismar com a referência ao ‘crime político’ para alegar que estavam excluídos os crimes comuns conexos, quando já sabemos que a conexão bastava para transformar em político o crime comum, na tradição de nossos tribunais. A história nos ensina que as anistias casuísticas não conseguem acabar de todo com os pleitos que a reivindicam. (*Jornal do Brasil*, 26/8/79).

Somente no último parágrafo do texto, Barbosa Lima Sobrinho entabula explicitamente a relação citada no título do artigo, quando vincula as noções de anistia e pacificação. Para fazê-lo, recorre a uma figura histórica cujo simbolismo já frequentara várias de suas colunas, ao longo daquele ano de 1979.

No Brasil, coube ao Duque de Caxias o título de ‘Pacificador’, conquistado merecidamente pela sua ação conciliadora nas lutas internas de diversas províncias brasileiras, a partir da luta contra os Balaíos, no Maranhão. E Pacificador por que? Pela circunstância de que as anistias que a ele coube aplicar eram, todas elas, amplas, gerais, irrestritas, e não é outra a conclusão a que chegamos: a anistia, para valer realmente como pacificação, terá que ser ampla, geral, irrestrita. Antes disso, será tão somente anistia. Nunca, porém, pacificação. Bastaria a presença de um preso para recordar os acontecimentos que a anistia procura transpor, em benefício de toda a pátria, como quem vira uma página no livro que ainda não acabou de ler. (*Jornal do Brasil*, 26/8/79).

O jornalista estabelece a diferenciação entre anistia e pacificação, ao reconhecer a primeira como uma via para se alcançar a segunda, desde que a anistia contivesse, de fato, um caráter de universalidade. A partir de seu entendimento, a anistia permitida pelos militares, tal como se apresentava, seria sempre incompleta e ineficaz – “tão somente anistia, nunca pacificação”.

Na visão de Sobrinho, somente a aplicação ampla e irrestrita da anistia é capaz de alcançar seu verdadeiro significado, bem como conduzir a um processo de necessária pacificação, pois, para ele, a anistia é associada aos sentidos de perdão e de esquecimento. Por contraste, isso se expressa na imagem criada por ele de um eventual preso remanescente - produto da anistia de pé quebrado -, que ali permaneceria como recordação de uma história ainda em curso. Um livro cujo final não pode ser alcançado, por mais que se tente virar as páginas.

Ícone da história oficial brasileira e da superioridade patriótica militar, o Duque de Caxias é citado pelo jornalista como representante de valores positivos, tais como honradez e capacidade conciliatória, graças às anistias gerais concedidas por ele. Tal estratégia narrativa é recorrente naqueles artigos de Barbosa Lima Sobrinho que, ao longo da ditadura, buscavam usar o patrono do exército como inspiração e modelo a ser seguido pelos governos militares instalados no poder.

Essa linha associativa é elaborada por ele também em relação a outra figura icônica, no que tange às argumentações construídas em torno da anistia. No artigo “Jesus Cristo e a anistia”, publicado um mês depois, Barbosa rechaça as declarações públicas de um general que, a pretexto de condenar a lei de anistia, recorrera à passagem bíblica da expulsão dos vendilhões do templo, açoitados pelo “meigo filho de Deus”.

Se há algum ensinamento a extrair dos Evangelhos, é exatamente de indulgência e de perdão, o que vale dizer de anistia. Que faz Jesus Cristo, pouco antes de expirar, senão implorar ao Pai que perdoasse os que o acusaram e o crucificaram? Que significaria esse perdão senão anistia, mesmo que não usasse a palavra, que talvez não a conhecesse? [...] Não se encontra, nos Evangelhos, nada que possa autorizar a conclusão de que Jesus Cristo houvesse mandar prender, torturar, exilar os mercadores que acabava de expulsar. (*Jornal do Brasil*, 30/9/79).

Mais uma vez, o autor confirma sua interpretação do conceito de anistia vinculada à noção de esquecimento.

[...] Não há demonstração mais completa da doutrina cristã do que uma instituição como a anistia, que não julga ninguém. Limita-se a esquecer, como quem apaga uma frase de que não gosta num quadro negro, ou rasgue uma página menos honrosa da história pátria. (*Jornal do Brasil*, 30/9/79).

As palavras de Sobrinho são impregnadas de uma visão idealizada da “história pátria”. O jornalista demonstra tanto empenho em negar os conflitos presentes naquele momento, marcado pelas lutas entre tantos e tão diversos

agentes históricos, que até mesmo suas metáforas surgem excessivamente simplistas, para um autor que dedicara tantas obras ao estudo da história do Brasil. Como se o gesto de limpar a lousa fosse suficiente para apagar as cicatrizes de um passado tão recente ou como se as páginas infelizes da nossa história pudessem ser de fato suprimidas.

Naquele momento da realidade política nacional, Barbosa Lima Sobrinho elabora, em seus escritos, um discurso legitimador da narrativa de acomodação de interesses e de construção de consenso que se tornaria predominante, durante e após a transição democrática brasileira, marcada pelo viés conservador de cunho liberal. E conclui o artigo propondo uma nova alcunha: Jesus Cristo, o supremo Anistiador, uma imagem simbólica digna de figurar ao lado do Caxias Pacificador.

[...] O cristianismo é uma religião que se concretiza no sacrifício do Filho de Deus, para a remissão dos pecados humanos, fazendo do esquecimento dos erros antigos a sua força e a sua glória. Não estaria, por isso, fora de propósito substituir a palavra Redentor por outra expressão, não menos generosa, qual fosse a de Anistiador. Eis que foi essa a missão do 'meigo filho de Deus', proporcionando à humanidade, com a sua crucificação, a todos os pecadores, quaisquer que fossem seus pecados, uma anistia irrestrita [...]. (*Jornal do Brasil*, 30/9/79).

A busca da conciliação e do esquecimento norteia sua produção jornalística durante os anos em que a sociedade brasileira trava as batalhas políticas para a obtenção da lei de anistia, assim como na fase imediata logo após sua aprovação. Mais adiante, no entanto, outros elementos principiam a surgir nos artigos, como reflexo do debate público no qual diferentes demandas e disputas narrativas entram em cena.

Um bom exemplo é o texto “Em torno do revanchismo”, publicado em 1981, no bojo das discussões sobre as consequências da aplicação da anistia - tanto para as centenas de pessoas deixadas à margem da lei, quanto para os agentes que o estado militar tratava de proteger, ao estender-lhes os benefícios de uma auto anistia.

A libertação de presos políticos, a volta ao país de muitos exilados e as mudanças ocorridas no panorama dos partidos nacionais intensificaram as denúncias e cobranças por investigação dos crimes cometidos, bem como por medidas de compensação pelos imensos danos causados. Reivindicações que não tardaram a ser rotuladas como revanchismo pelo governo e seus apoiadores - denominação refutada, porém, por Sobrinho.

É certo, todavia, que se procura atribuir a expressão de revanchismo ao esforço para apurar excessos da autoridade pública, ou dos que por ela respondiam [...]. Há quem pretenda que tudo que se passou está hoje encoberto pelo véu espesso da anistia, como se o passado, de repente, houvesse desaparecido, uma vez que se tratava de uma anistia recíproca, tanto para os que estavam do lado da subversão como do lado do Governo. E estão certos, se se trata de invocar punições, que a anistia não permitiria. Por mais que me digam que não há anistia para torturadores, e considero até simpática a tese que assim se apresenta, não tenho dúvida que para eles também existe anistia, nem sei se ela teria sido decretada, se não houvesse a intenção de protegê-los com a certeza da impunidade. Nunca teria sido decretada a anistia, se ela não viesse com a intenção de ser recíproca. (*Jornal do Brasil*, 8/3/81).

É muito interessante notar a inflexão em seu discurso, apenas dois anos depois de afirmar a necessidade de usar o apagador da história para desvanecer o passado e garantir a acomodação em uma convivência possível no presente, pavimentando o caminho para um futuro de pacificação nacional. Neste momento, em 1981, ele vai buscar em Rui Barbosa o conceito liberal de anistia como “véu espesso” capaz de tudo encobrir; contudo, desta vez não se mostra favorável a quem pretendia afirmar que “o passado, de repente, houvesse desaparecido”.

A teoria do jurista baiano sobre anistia é desenvolvida na transição do século XIX para o XX, no momento de consolidação da república. Fundada na percepção dos efeitos positivos da vinculação entre anistia e esquecimento, foi amplamente retomada por diversos atores políticos – inclusive Barbosa Lima Sobrinho - durante a campanha de 1979, empenhados em obter a anistia que fosse possível, naquele momento. Ainda hoje, a contribuição de Rui Barbosa fornece sustentação a ações que inibem o enfrentamento das questões relacionadas à ditadura e às suas heranças, tão vivas nos dias atuais.

Por outro lado, a partir dos anos 2000, outra interpretação sobre o tema ganhou força, com o movimento de governos e entidades da sociedade civil que condenavam o perdão recíproco concedido, e desejavam promover medidas de justiça de transição. Trata-se das proposições do filósofo Paul Ricoeur, para quem a anistia de fato contempla uma dimensão de esquecimento, porém de sentido negativo, oposto ao pensamento de Rui Barbosa.

Em seus trabalhos, produzidos no limiar do século XXI após as experiências das duas guerras e de outros conflitos mundo afora, Ricoeur é crítico do esquecimento imposto pela anistia, comandada a uma coletividade “de fora para dentro”. Segundo o autor, esse esquecimento que pretende negar ou apagar os

crimes cometidos pode até produzir efeitos em curto prazo, mas falha como possibilidade de gestão do passado. Para ele, o esquecimento só pode ser libertador justamente por valorizar a memória, propiciando a vivência de um processo de luto e de reconhecimento dos traumas, para sua superação (REIS FILHO; RIDENTI; SÁ MOTTA, 2014).

Em seu artigo de 1981, Barbosa Lima Sobrinho critica o argumento cujo propósito era desqualificar, como reprovável revanchismo, o desejo de “apurar excessos da autoridade pública” e aponta as limitações impostas a essa demanda, graças à natureza de reciprocidade contida na lei de anistia. E vai além, ao afirmar que tal característica era garantia de impunidade para torturadores e praticantes dos demais crimes perpetrados pelos agentes da ditadura militar – sendo, no entanto, a condição necessária para a concessão da anistia.

Ao mesmo tempo em que explicita seu protesto quanto às violações de direitos humanos praticadas durante tantos anos, o jornalista reafirma seu entendimento de anistia como modalidade de perdão e passa a delimitar o campo no qual caberiam, não punições, pois ele as nega, mas um tipo diferente de satisfação às vítimas das autoridades: a reparação.

Mas o que é preciso deixar claro é que não se trata de punir ninguém. Trata-se, sim, de reparar danos que persistem, e para os quais a anistia não tem nenhum sentido. Famílias que perderam o seu arrimo. Indivíduos que ficaram incapacitados para o trabalho que sabiam cumprir. No fundo, ou na essência, uma reparação no domínio civil e não penal. E como encontrar provas para a ação civil, senão numa pesquisa em profundidade, que apure as circunstâncias em que se verificaram os atos para os quais se está procurando remédio, numa atitude de pura justiça? Quando se fala em justiça, é claro que se está deixando de lado qualquer pensamento de vingança, ou de revanchismo. E isso sem falar no interesse histórico de esclarecer todos os fatos do passado. (*Jornal do Brasil*, 8/3/81).

Ao contrário de grupos de esquerda e da oposição que defendiam alterações na lei de anistia para responsabilizar criminalmente o Estado, Barbosa Lima Sobrinho propõe uma possibilidade de atuação dentro dos limites estreitos impostos pela legislação: no âmbito de uma reparação civil e não penal. Para tanto, insiste na apuração dos fatos ocorridos, valendo-se, inclusive, do argumento relativo ao interesse histórico sobre tais questões.

E se antes o passado era a página a ser virada e deixada para trás, agora Sobrinho dele se utiliza como justificativa para defender as investigações sobre as

práticas da ditadura, como contraponto às narrativas e memórias produzidas pela história oficial do regime.

Esse interesse histórico é que ditou os livros que os Generais da revolução vêm publicando [...]. Mas por que não reconhecer o mesmo interesse histórico na revelação de tudo que constituiu excesso da autoridade pública no domínio, por exemplo, das torturas, que nenhuma lei autoriza ou desculpa? Das cassações sem provas e sem defesa, para restaurar a confiança pública nos que as sofreram? [...] Mais uma vez, reparação, e nada mais [...]. Cícero falava da história como ‘testemunha dos fatos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida e mensageira da antiguidade’. Mas para cumprir missão de tanta nobreza e utilidade, exige, acima de tudo, que os fatos do passado sejam esclarecidos e comprovados. Só assim poderá valer para corrigir, ou evitar excessos, de um e outro lado [...]. E será uma demonstração de extraordinário progresso para o Brasil, se os fatos do passado puderem inspirar o horror às torturas e, sobretudo, o respeito à dignidade da pessoa humana. (*Jornal do Brasil*, 8/3/81).

A noção de história como mestra da vida impele Barbosa a valorizar a apuração do passado ditatorial como um valor pedagógico, caro a esse humanista. Coerente com seu desejo de consenso e pacificação, ele admite a possibilidade de reparação, pois não a considera um obstáculo às suas finalidades, mas deixa claro que o mesmo não ocorre com a responsabilização pelos atos de exceção: “Mais uma vez, reparação, e nada mais”.

A temática da anistia perduraria em seus escritos durante muito tempo, constituindo-se como a categoria mais perene em seu pensamento e em suas reflexões jornalísticas. Em fins da década de 1980, a anistia incompleta ainda é citada por Barbosa em seus artigos como uma pendência na vida política nacional; ele faz referência, especialmente, a um grupo: os militares punidos pela ditadura.

Integrantes das forças armadas, cujas carreiras haviam sido interrompidas após o golpe de 64 e que buscavam o reconhecimento de seus direitos, encontraram um defensor em Barbosa Lima Sobrinho. Ele se corresponde com diversos desses militares e elege o brigadeiro Francisco Teixeira para personificar tal luta, a quem dedica uma coluna por ocasião de sua morte, em 1986.

Lancemos o olhar sobre a única carta disponível no acervo de correspondências do acadêmico, dentro do recorte temporal da pesquisa, que foi escrita de próprio punho. Em agosto de 1987, Sobrinho responde a uma mensagem enviada pelo general Carlos Olavo Queiroz Magalhães à redação do JB, na qual o oficial - pelo que se depreende das palavras de Barbosa -, fazia críticas a uma das colunas em que o jornalista abordara a questão dos militares não contemplados pela lei de anistia.

Sobrinho redige uma carta datilografada em papel timbrado da ABI, assinando-a como presidente. E reafirma seu pensamento acerca da anistia promovida pela ditadura, elaborando uma análise histórica comparativa com outros momentos da vida política brasileira.

Só a 18 do corrente mês recebi sua carta, por intermédio do Jornal do Brasil (grifo do autor). Agradeço as referências com que me honra, num caso em que meu único interesse é a obediência ao espírito público que orienta a minha atividade jornalística. Se há alguma veemência, como observa, é apenas resultado da força da convicção. Quanto aos argumentos que encontro em sua carta, já sabemos, de sobra, que a anistia, que deveria ser esquecimento e reparação, também pode ser prolongamento do castigo, quando não tem o desejo de valer, realmente, como reparação. Tivemos exemplos de verdadeiras anistias, como as de 1930 e de 1934, esta concedida aos oficiais que haviam tomado parte na insurreição paulista de 1932. Mas como está longe destes exemplos o que se chama a anistia de 1979! Nas anistias de 1930 e 1934 não houve a presença daqueles “acontecimentos irresistíveis, impossibilitando a restauração da situação anterior”, a que se refere a sua carta. O que quer dizer que não lhe faltou o espírito de uma verdadeira anistia [...] Creio que chegou a haver acordo, celebrado entre o Presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o então líder desse mesmo partido, deputado Pimenta da Veiga, com os assessores indicados pelo Exército e representantes dos cassados das classes militares [...]. Qual a razão que impediu a execução e o cumprimento desse acordo? [...] Que não havia nenhum absurdo nessa solução, atestam as anistias de 1930 [...]. Que teria mudado no Brasil? [...] A carreira militar de todos eles foi cortada para sempre. Não desejam mais do que sair da categoria dos mortos-vivos, recebendo o soldo de esposas consideradas viúvas de maridos vivos [...]. Confesso que também não me pareceu procedente o seu argumento de que os cassados foram afastados como subversivos, ou responsáveis por uma conspiração que estava a caminho. Não era também essa a alegação dos revolucionários de 1922 e dos que se levantaram em São Paulo, em 1934, alegando, todos eles, a ilegitimidade dos poderes constituídos? Não havia sido eleito como Vice-Presidente da república João Goulart e não assumira o posto por força da renúncia de Jânio Quadros? Ou não havia nenhum poder constituído em 1964? [...] O que nos revela que, pela primeira vez, na história de nossas instituições, as cassações atingiram legalistas e não subversivos. Pela primeira vez, repito tranquilamente. Porque na única revolução vitoriosa havida no Brasil, não chegou a haver punição aos que se conservaram fiéis ao Presidente Washington Luís. Também em diversos golpes de estado triunfantes, como o de 1945 ou 1955, não me parece que tenha havido punidos, excluída, pois, a necessidade de anistias. As punições e castigos viriam, porém, como privilégio do golpe de estado de 1964 e, pela primeira vez, volto a repetir, alcançaram oficiais que defendiam, ou que não combatiam autoridades legalmente constituídas. Admito a força das circunstâncias, mas o que não compreendo é que as anistias aos legalistas não aceitem as condições que prevaleceram nas anistias aos subversivos, tanto em 1930, quanto em 1934 [...]. (RJ, 25/8/87).

O último artigo dedicado à anistia em destaque nesta pesquisa chama a atenção por datar de 1995, ou seja, dez anos após o fim da ditadura. As “Reflexões sobre a anistia” do título ainda ocupavam a mente lúcida de Barbosa Lima Sobrinho, fiel aos seus princípios aos 98 de idade, bem como à coerência que norteou sua

vida. Para demonstrá-la, a reafirmação de seu pensamento ao tomar emprestadas as palavras daquele que denomina o “pregoeiro da anistia”.

[...] O nosso Ruy Barbosa se tornou o pregoeiro e defensor da anistia, como reflexo tanto dos excessos da autoridade nas punições, como em servir de eco às paixões populares [...]. O exercício do poder arrasta, pouco a pouco, aos excessos, que só encontram na anistia o seu corretivo natural [...]. Por isso mesmo, Ruy Barbosa, no livro sobre atos inconstitucionais, lembrava que eram bem conhecidas as características da anistia, até pela sua importância para a sobrevivência nacional. Acrescentando que ela não passava de um véu de eterno esquecimento [...]. Por ela, pela anistia, continua Ruy, além de se extinguir o próprio delito, se repõem as coisas no mesmo estado em que estariam, se a infração nunca houvesse sido cometida. Esta é a anistia verdadeira, que cicatriza as feridas abertas pelas revoluções. (*Jornal do Brasil*, 21/5/95).

A análise da produção jornalística de Barbosa Lima Sobrinho revela, portanto, as formas pelas quais esse intelectual manifestou opinião publicamente durante os tempos de exceção, construindo toda a sua argumentação em torno de um trio conceitual formado pelas noções de democracia liberal, direitos humanos e anistia. A cada artigo publicado, Sobrinho assumia posicionamentos políticos e ia se transformando em referência para demandas relacionadas a essas temáticas, conforme ilustram as mensagens selecionadas em seu acervo epistolográfico.

Chama a atenção, ainda, a apropriação frequente que o jornalista faz, em sua produção textual no JB, das teorias de Rui Barbosa. Ao validar o pensamento do ex-senador baiano acerca de princípios como garantias individuais, liberdades democráticas e anistia, Sobrinho reconhece não só a importância de Rui na base de sua formação, mas também o caráter perene de tais elementos na cultura política brasileira de raiz liberal. É como se o jornalista sinalizasse a permanência desses traços, desde que Rui Barbosa ajudou a construir a nova ordem nacional republicana, até os dias da ditadura.

Por outro lado, Barbosa Lima Sobrinho reconhece uma exceção na convergência intelectual com Rui (caracterizada por uma consciência histórica mais tradicional), quanto ao conceito de liberdade de imprensa. É que a clássica teoria liberal do baiano mostra-se insuficiente diante do regime dos generais, uma ameaça não só à liberdade de imprensa, mas a todas as garantias constituintes do estado de direito.

Essa abordagem da escrita do jornalista permite-nos, ainda, acompanhar as modulações que ele imprime aos artigos, à medida que os anos e os acontecimentos se sucedem. Embora organizado pelos mesmos eixos conceituais

estruturantes de sua prática argumentativa durante os 21 anos de exceção, o discurso de Sobrinho apresenta inflexões, relacionadas ao ritmo de uma conjuntura política cambiante com as diferentes fases do regime e os movimentos do país.

Logo após o golpe e durante toda a década de 1960, Barbosa Lima Sobrinho não poupa críticas aos governos militares: protesta contra as prisões preventivas, o alijamento do Legislativo e do processo político democrático em geral, assim como o afastamento da vontade popular na instância decisória do país. Legalista, denuncia a manipulação autoritária do arcabouço jurídico nacional e a profusão de expedientes destinados a travestir de “normalidade democrática” um regime ditatorial. Recorrendo aos tratados internacionais assinados pelo Brasil, entre eles a Declaração Universal dos Direitos do Homem, ergue essa bandeira e denuncia as arbitrariedades do Estado autoritário, os excessos da repressão e a censura à imprensa.

Ao avançar pelos anos 1970, porém, vamos encontrar o jornalista empenhado em lançar mão de novos argumentos, diante do complexo contexto da distensão política. Embora fiel aos seus princípios e jamais deixando de se manifestar contrariamente à ditadura, o articulista passa a adotar um tom mais complacente em relação aos mandatários militares. Nessa época, é o Barbosa Lima Sobrinho conciliador que assumidamente predomina, respaldado em sua biografia e na capacidade argumentativa para buscar uma saída em direção à transição democrática.

Na visão do jornalista, o primeiro passo é representado pela anistia – desde que compreendida como esquecimento. Para tal, Sobrinho propõe a suavização dos conflitos e a acomodação forçada de consensos, sem os quais, acredita, seria impossível obter do regime qualquer tipo de anistia. A temática habita o pensamento barbosiano durante muito tempo: percorre a década de 1980, mantido seu entendimento de anistia como modalidade de perdão; e alcança suas colunas até meados da década de 1990.

Assim como nas análises da produção textual de Sobrinho, as aproximações com seu acervo pessoal, no próximo capítulo, nos permitirão apreender os reflexos da circularidade da fala e da atuação político-intelectual de Barbosa Lima Sobrinho, descortinando suas redes de sociabilidades e as interlocuções cultivadas ao longo de toda a vida.

3 UM CENTRO DE CIDADANIA QUE NÃO SAIU DO PAPEL E SEU ACERVO INÉDITO

O Brasil despediu-se de Barbosa Lima Sobrinho em um domingo chuvoso e melancólico. Faltava pouco para as onze horas da manhã quando o jornalista fechou os olhos na Casa de Saúde São José, zona sul do Rio de Janeiro. Apenas dois dias antes, havia sido internado por causa de problemas respiratórios que acabaram evoluindo para um quadro de falência generalizada, fatal para o paciente de 103 anos de idade.

No entanto, para os leitores de sua coluna de opinião veiculada todas as semanas no Jornal do Brasil, aquele domingo começara exatamente como os demais: no dia 16 de julho de 2000, puderam acompanhar o último texto escrito pelo velho homem de imprensa – redigido na quinta-feira, como de costume, e sempre à máquina, pois jamais aderiu ao computador.

Publicado no mesmo dia de sua morte, o artigo intitulado “Exclusão da classe média” expressou os questionamentos de Barbosa Lima Sobrinho em relação ao avanço do neoliberalismo no país – e representou o ponto final em uma carreira jornalística singular.

Por tudo isso, quando leio ou ouço esses apanágios antigos do liberalismo como o do Estado fraco, da globalização, da mão invisível, fico imaginando qual será a reação da opinião pública quando afinal acordar e perceber que lhe tiraram tudo e sequer restou o aluguel. Será que teremos de esperar e pagar para ver chegar esse momento trágico? Não será melhor que, sobretudo como obrigação da maior parte dos formadores de opinião, se comece logo a reagir e a defender os legítimos interesses nacionais? (Jornal do Brasil, 16/07/00)

Naquela tarde, o mau tempo não impediu que autoridades, intelectuais, políticos, jornalistas e pessoas comuns se dirigissem à Academia Brasileira de Letras, no centro da cidade, onde o corpo de Sobrinho foi velado durante toda a noite. Na manhã de segunda-feira, após a missa de corpo presente, o caixão foi fechado e coberto com as bandeiras de Pernambuco e do Fluminense, clube que habitava o coração torcedor do jornalista, lado a lado com o Náutico Capibaribe.

Coube ao ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola a iniciativa de estender também a bandeira brasileira sobre a urna, em gesto emocionado recebido com aplausos. Em seguida, o caixão foi conduzido de carro até a sede da

Associação Brasileira de Imprensa, a poucos quarteirões de distância. Durante o trajeto, mais aplausos e muita gente cantando o hino nacional. O cortejo seguiu para o cemitério São João Batista, onde cerca de 300 pessoas aguardavam.

Trajado com o fardão de imortal, o corpo de Barbosa Lima Sobrinho foi sepultado no mausoléu da Academia Brasileira de Letras. Muito abalada, a viúva não fora ao velório, tampouco ao sepultamento – uma das raras ocasiões em que dona Maria José deixou de estar ao lado do escritor, com quem foi casada por 68 anos.

Ao longo das semanas seguintes, a imprensa dedicou expressivo espaço em suas páginas a reportagens acerca de Barbosa Lima: o luto oficial de três dias decretado pela presidência da república; sua trajetória política e intelectual; a vasta obra bibliográfica; entrevistas com personagens que com ele conviveram; e a cobertura da missa de sétimo dia, celebrada pelo cardeal Eugênio Sales na igreja da Candelária lotada.

As seções de cartas dos jornais receberam mensagens de leitores lamentando a perda de Sobrinho, particularmente naquela conjuntura, diante do cenário das privatizações de empresas públicas brasileiras e do debate sobre a soberania nacional que mobilizava a sociedade.

O tom foi o mesmo entre colunistas do próprio JB. “O país perdeu seu maior paladino, num momento em que (...) patriotismo e nacionalismo são quase palavras diante do admirável mundo novo da globalização. Quem manterá acesa a chama de amor ao Brasil?”, escreveu Fritz Utzeri, diretor de redação do periódico (UTZERI, *Jornal do Brasil*, 23 jul. 2000).

Entre os assuntos abordados pelo noticiário, começaram a surgir especulações acerca do destino a ser dado ao acervo do jornalista. Ele próprio havia manifestado aos filhos a vontade de que, após sua morte, a biblioteca, os cadernos de estudo e demais documentos colecionados durante a longa existência fossem mantidos no Rio de Janeiro ou remetidos ao Recife, sua cidade natal.

Alguns meses depois do falecimento, a família cumpriu esse desejo: o acervo de Barbosa Lima Sobrinho foi vendido à Uerj.

3.1 Um projeto ambicioso: o Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho

Em 1950, Barbosa Lima Sobrinho governava o estado de Pernambuco e jamais poderia imaginar que, a dois mil quilômetros de distância, surgia na capital do país a instituição à qual caberia a guarda definitiva de seus arquivos. Criada no Rio de Janeiro a partir da fusão de quatro faculdades independentes, a Universidade do Distrito Federal mudaria de nome várias vezes e sofreria muitas transformações até que sua história e a do jornalista finalmente se cruzassem.²⁷

Enquanto o século XX e a longa trajetória de Sobrinho findavam juntos, a Uerj, por outro lado, tinha muito a festejar no ano 2000. A data de seu cinquentenário se aproximava e, até o dia 4 de dezembro, diversas atividades acadêmicas e culturais integrariam o calendário comemorativo. Foi nesse contexto que as notícias sobre o paradeiro do acervo de Sobrinho despertaram o interesse da Universidade.

Após um período de negociações com os familiares, a Uerj concretizou a aquisição do acervo com o objetivo de, a partir dele, desenvolver um projeto para a criação do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho (CCBLS). No entanto, o contrato de compra e venda celebrado em 11/12/2000 entre a então reitora Nilcéa Freire e os herdeiros do jornalista registra como objeto da transação apenas a biblioteca do escritor, avaliada em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

De acordo com o contrato, essa foi a soma desembolsada pela Universidade, oriunda de recursos próprios. Não há qualquer menção ao fato de a compra incluir ainda o mobiliário, objetos pessoais, documentos, comendas, a correspondência e escritos diversos de Sobrinho, indicando ter se tratado de uma venda “de porteira

²⁷ A “nova” Universidade do Distrito Federal (diferente da instituição homônima que funcionara de 1935 a 1939) foi fundada no dia 4 de dezembro de 1950 pela lei municipal n. 547, a partir da junção da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette e Faculdade de Ciências Médicas. O atual campus Francisco Negrão de Lima, no bairro do Maracanã, começou a ser construído em 1960 após a remoção da Favela do Esqueleto, surgida na área alagadiça ao redor da estrutura abandonada de um hospital (o “esqueleto” foi recuperado durante as obras do campus e tornou-se o pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha, primeiro prédio da universidade a ser concluído). Em 1975, a Uerj recebeu sua denominação definitiva e no ano seguinte inaugurou o campus de 150 mil metros quadrados, projetado por Luiz Paulo Conde com paisagismo de Burle Marx e Fernando Chacel. Mais informações em www.uerj.br.

fechada” – ou seja, ao comprar a biblioteca do escritor, a Uerj recebeu também seus acervos museológico e arquivístico.²⁸

Dois meses depois, em fevereiro de 2001, a reitora constituiu a comissão responsável pela implantação do CCBLs.²⁹ Composta por servidores docentes, administrativos e bibliotecárias da Uerj, além de uma profissional do Arquivo Nacional e do jornalista Zuenir Ventura, a comissão tinha como tarefas primordiais o planejamento e a implementação de todas as providências necessárias à realização de um ambicioso projeto.

A universidade desenvolve diversas atividades, programas e campanhas em defesa da democracia, da ética e do pleno exercício dos direitos do cidadão. A criação do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho soma-se a esses esforços, unindo os ideais da Uerj à história do Dr Barbosa [...]. Inspirando-se nesse personagem, símbolo da nação brasileira, foi concebido um projeto capaz de contribuir de forma ativa e consequente para a construção de um país soberano, justo e solidário. (Perfil Institucional do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho, 2006, p. 21).

Para tanto, os objetivos do Centro de Cidadania incluíam: preservar e tornar acessíveis os acervos bibliográfico, arquivístico e museológico do jornalista; contemplar o estado do Rio de Janeiro com um fórum permanente de debate e pesquisa sobre o exercício da cidadania; atender à população com oferta de informação jurídica; e, finalmente, preservar a memória da Faculdade de Direito da Uerj, além de organizar e tornar público seu acervo.

Todas as atividades seriam desenvolvidas por meio de quatro eixos de ação, organizados em núcleos:

Núcleo de Documentação – reuniria todo o acervo de Sobrinho, além de arquivos relacionados à temática da cidadania e materiais publicados sobre o acadêmico em várias mídias, bem como exposições temporárias. Uma homenagem especial seria prestada por meio da reprodução do ambiente de sua sala de estar (com a mobília

²⁸ O processo administrativo n. 12.369/2000, aberto naquele ano pela Uerj e atualmente sob a guarda do Núcleo de Memória, Informação e Documentação da Rede Sirius de Bibliotecas (Núcleo MID), reúne o contrato de compra e venda e todas as informações relativas à aquisição do acervo bibliográfico de Sobrinho, inclusive avaliações realizadas por dois livreiros quanto ao valor pecuniário atribuído à biblioteca: R\$ 350.000,00.

²⁹ A portaria 060/Reitoria/2001, datada de 08/02/01, designou para a comissão de implantação: Sonia Faerstein (coordenadora executiva), Carla Maria de Medeiros Pirá, Marcelo Henrique da Costa, Nysia de Oliveira de Sá, Neusa Cardim da Silva, Heloisa Frossard (Assessoria especial do Arquivo Nacional) e Zuenir Carlos Ventura (consultor acadêmico).

original), onde costumava receber intelectuais e políticos para debates acerca de importantes questões nacionais.

Figura 9 – Projeto do Centro de Cidadania.



Fonte: Perfil institucional do CCBLs.

Núcleo de Estudos, Pesquisa, Reflexão e Atuação – dedicado a projetos de pesquisa interinstitucionais e multidisciplinares, promoveria cursos e eventos, bem como linhas editoriais voltadas para a elaboração de manuais didáticos sobre direitos do cidadão. Estava prevista ainda a concepção de programas educativos a serem desenvolvidos em parceria com secretarias de educação, destinados às escolas públicas de ensinos fundamental e médio.

Núcleo de Informação Jurídica ao Cidadão – seu objetivo seria a prestação de atendimento jurídico gratuito e desburocratizado à população, assistida por professores e alunos do curso de Direito da Uerj - configurando, portanto, também um espaço de formação profissional.

Núcleo de Cultura e Memória da Faculdade de Direito – voltado à guarda, preservação e acesso público ao acervo constituído desde 1935 pela antiga Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Pretendia também reunir juristas, docentes, alunos e profissionais da área em torno de pesquisa científica e intercâmbio acadêmico.

Figura 10 – O casarão no Catete, 2004.



Fonte: Acervo CCBLIS.

De acordo com sua concepção original, o CCBLIS seria instalado em um conjunto arquitetônico de propriedade da Universidade situado na Rua do Catete 243, local onde funcionara a primeira sede da Faculdade de Direito da Uerj. O conjunto constituía-se de um casarão principal, erguido nos primeiros anos do século XIX, e três anexos, construídos nas décadas de 1930 e 1940.

Tombado pela prefeitura em 1990, o imóvel era dotado de localização privilegiada: vizinho ao Palácio do Catete, facilmente acessível por metrô e diversas linhas de ônibus. O projeto arquitetônico elaborado para o Centro de Cidadania previa a preservação das características originais do conjunto e incluía auditórios, salas de aula, cafeteria, loja e espaços destinados aos profissionais que lá atuariam, tais como cozinha, refeitório, áreas de segurança e manutenção.³⁰

³⁰ Segundo o relatório de implantação do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho, assinado pela coordenadora executiva Sonia Faerstein em 05/03/2009, a Uerj contratou um grupo de profissionais para conceber os estudos de arquitetura necessários, permanecendo como autores do projeto final os

O Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho ia se delineando, portanto, como uma promissora iniciativa, dados a sua amplitude e o raro potencial de articular história, formação profissional, memória, pesquisa acadêmica multidisciplinar e impacto social. Tudo isso aliado ao simbolismo de um personagem tão importante no Brasil contemporâneo.

Contudo, desde o início muitos foram os obstáculos interpostos entre o grandioso projeto idealizado e sua real concretização. Se a aquisição do acervo fora um primeiro e bem sucedido passo, inúmeras dificuldades de natureza distinta surgiram, porém, com o decorrer do tempo, tanto por parte da própria universidade quanto devido a circunstâncias externas.

Um dos mais sérios entraves foi o fato de toda a concepção do Centro de Cidadania basear-se no conjunto de edificações do Catete. Pois, além de o imóvel encontrar-se em péssimas condições de conservação, necessitando de uma reforma de grande porte, esta não poderia ser iniciada de imediato: desde 1983 o local vinha sendo ocupado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que se recusava a sair.

Um árduo processo de negociação arrastou-se por quase quatro anos e envolveu a reitoria, a diretoria jurídica da Uerj, a Faculdade de Direito e a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Finalmente, após acordo assinado em 10/09/2004, a desocupação total do imóvel ocorreu no dia 01 de outubro do mesmo ano. As obras foram iniciadas em seguida, no dia 20 de dezembro.³¹

Ao longo desse tempo, a comissão de implantação do CCBLs sofreu várias alterações em sua composição original – fato que viria a se repetir muitas vezes nos anos seguintes, à exceção da coordenadora executiva Sonia Faerstein. Outra mudança relacionou-se à inserção institucional do Centro de Cidadania: vinculado à

arquitetos Andrés Neumann Oropesa e Rodrigo Bassalo. O relatório de implantação do CCBLs encontra-se no Núcleo MID da Rede Sirius de Bibliotecas. Trata-se de uma volumosa pasta com farta documentação, relatórios fotográficos, prestação de contas relativas a patrocínios e registros detalhados das atividades, inclusive dos trabalhos de recuperação dos acervos bibliográfico, museológico e arquivístico. O acesso ao relatório foi fundamental para o alcance do objetivo pretendido nessa seção da pesquisa, qual seja o de promover um breve resgate da história do CCBLs - até hoje imersa em grande silêncio institucional. Sonia Faerstein foi desligada da coordenação executiva a seu pedido em 19/06/2008, embora tenha permanecido na equipe por mais de oito meses até a finalização e entrega de relatórios. Para o cargo foi nomeado o então diretor da Faculdade de Direito Luiz Henrique Nunes Bahia (Portaria 982/Reitoria/2008).

³¹ O processo 2004.001.037980-7, tramitado na 8ª Vara de Fazenda Pública, tinha a Universidade na qualidade de autora e a UNE como ré. Cópia anexada ao relatório de implantação do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho.

reitoria da Uerj desde sua criação, a partir de fins de 2003 foi instituído como programa de extensão da Faculdade de Direito, situação que perdura até hoje.³²

Entretanto, se a intervenção arquitetônica no imóvel do Catete teve de sofrer uma espera forçada até dezembro de 2004, outras frentes de trabalho em paralelo foram abertas desde 2001, especialmente aquelas relacionadas à prospecção de parcerias, patrocínio e apoio financeiro para o projeto, bem como à organização e ao tratamento do acervo adquirido pela Universidade.

Figura 11 – Casa de Sobrinho em Botafogo, 2000.



Fonte: Acervo CCBLs.

As atividades iniciais de inventário da biblioteca de Sobrinho foram realizadas por bibliotecários da Uerj poucos meses após a compra, ainda na residência do escritor, em Botafogo, onde estantes dispostas por todos os cômodos da casa (inclusive na garagem) abrigavam mais de 20 mil volumes. Concluída a etapa de inventário, os livros foram encaixotados e transferidos para o quinto andar do edifício Pedro Ernesto, prédio da Universidade localizado na Rua Fonseca Teles, em São Cristóvão.

Lá o acervo bibliográfico sofreu o primeiro processo de higienização e tratamento, conduzido em 2001 por uma equipe contratada junto à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Niterói. Ao longo daquele ano e no seguinte, sucederam-se os trabalhos de organização e processamento técnico dos

³² O Ato Executivo de Decisão Administrativa n. 015/Reitoria/2003, de 22/12/2003, formalizou tal alteração bem como a permanência da comissão de implantação até a concretização do Centro de Cidadania. Tratou-se de uma das últimas medidas da gestão de Nilcéa Freire, sucedida na reitoria da Uerj em 2004 por Nival Nunes de Almeida.

livros, desenvolvidos por três bibliotecários e quatro estagiários custeados pela Uerj, sempre supervisionados pela Rede Sirius de Bibliotecas da Universidade.

Parte do acervo museológico (mobiliário) foi descupinizado e restaurado, com o propósito de servir à exposição permanente da sala de estar de Sobrinho, tal como previsto no projeto do CCBLIS. No final de 2002, entretanto, um incêndio ocorreu no prédio de São Cristóvão e foi seguido pelo rompimento da tubulação de água, atingindo as caixas de livros higienizados - cerca de 500 exemplares ficaram molhados. Estes foram enviados ao Arquivo Nacional, cuja equipe prontamente procedeu ao tratamento e recuperação das obras afetadas, tanto quanto possível. O restante do acervo foi transferido para o campus universitário no Maracanã, onde seu processamento técnico prosseguiu.

De acordo com o relatório de implantação do Centro de Cidadania, a busca de apoio financeiro para viabilizar e garantir fôlego à iniciativa foi uma preocupação constante, bem como sua adequação às leis de incentivo à cultura, motivando a apresentação do projeto a vários órgãos governamentais, instituições, empresas e personalidades, em reuniões ocorridas no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Em maio de 2003, os esforços foram recompensados: a Fundação Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social tornou-se a primeira parceira no empreendimento, patrocinando-o durante um ano e sete meses com o valor de R\$ 200.503,00. O aporte financeiro possibilitou a abertura de nova linha de trabalho voltada à recuperação do acervo arquivístico de Sobrinho.

Composto por cerca de 26 metros lineares de documentos, começou a ser tratado e organizado por uma equipe de dez técnicos, sob supervisão do Arquivo Nacional e do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte, em regime de cooperação técnica.³³ Em dezembro de 2004, porém, o término do patrocínio provocou a suspensão temporária das atividades, retomadas quase um ano depois, em novembro de 2005, graças à parceria obtida junto à Caixa Econômica Federal, apoiadora do projeto com o valor de R\$ 143.800,00.

Enquanto isso, o conjunto arquitetônico da Rua do Catete finalmente fora desocupado. As tão necessárias obras de emergência iniciaram-se em dezembro de

³³ Segundo o relatório de implantação, havia grande quantidade de fotografias no acervo (cerca de mil). O processo de identificação foi bastante trabalhoso e contou com a colaboração dos filhos de Sobrinho, Carlos Eduardo e Fernando, e da irmã do jornalista, Ana Maria. Embora boa parte das fotos avulsas não possuísse os negativos correspondentes, mesmo assim foram feitas reproduções. Negativos de segunda geração foram elaborados em materiais mais estáveis para garantir sua preservação e constituir um arquivo de segurança, evitando o manuseio dos originais.

2004 e incluíram a construção de outra estrutura e de um novo telhado para o casarão principal. Tudo viabilizado por intermédio de mais dois contratos de patrocínio, firmados com Petrobras e Grupo Telemar/Instituto Telemar (atual Instituto Oi Futuro), totalizando a soma de R\$ 1.353.164,56.

Figura 12 (a) e (b) – Fases da obra no casarão, 2004 a 2005.



Fonte: Acervo CCBLIS.

Seis meses depois da abertura do canteiro de obras no Catete, autoridades universitárias, patrocinadores, equipe do CCBLIS e familiares de Sobrinho reuniram-se no casarão, no dia 23 de junho de 2005, para a tradicional Festa da Cumeeira. Estava concluída a primeira fase da reforma, dedicada a projetos e obras emergenciais.

Entretanto, o investimento dos patrocinadores não foi direcionado apenas à reforma das instalações físicas. Como a liberação dos recursos começara no segundo semestre de 2003, quando o móvel ainda se encontrava ocupado pela UNE, naquele mesmo ano o CCBLIS realizou sua primeira atividade, embora sem dispor de espaço físico próprio.

Nos dias 29 e 30 de outubro, promoveu na Uerj o Seminário Soberania e Cidadania com a presença de intelectuais, acadêmicos e políticos. Durante o evento, o público pode visitar uma exposição fotográfica composta por nove painéis de grande dimensão, documentando todas as etapas até ali realizadas do processo de implantação do Centro de Cidadania.

As discussões e os debates do Seminário foram registrados mais de dois anos depois na publicação Fala – Cadernos de Cidadania, revista cujo primeiro

número foi lançado em 18 de janeiro de 2006, durante homenagem aos 109 anos de nascimento de Sobrinho, na capela ecumênica da Universidade.

Ainda no escopo de tais patrocínios, entre agosto e dezembro de 2004 o Centro elaborou a primeira de uma série de investigações que pretendia desenvolver: uma pesquisa de opinião com o objetivo de aprofundar o conhecimento em práticas e representações acerca da temática da cidadania, no município do Rio de Janeiro.

Intitulada Dimensões da Cidadania, entrevistou 400 pessoas em diferentes localidades cariocas e teve seus resultados divulgados no segundo (e derradeiro) número de Fala – Cadernos de Cidadania, comentados por especialistas de diversas áreas. O lançamento da edição ocorreu no dia 19 de junho de 2006, durante mesa-redonda com a presença dos autores, realizada na Academia Brasileira de Letras.

Quanto ao imóvel da Rua do Catete, era preciso avançar para a segunda fase da intervenção arquitetônica, que previa a restauração especializada dos elementos históricos do casarão (cantarias, gradis, ladrilhos hidráulicos) e a adaptação das instalações à sua destinação: sediar o Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho. No entanto, não seria fácil viabilizar tal etapa da empreitada, cujo orçamento girava em torno dos nove milhões de reais: a reforma acabou sendo paralisada.

Contudo, se a sede do CCBLs custava a sair do papel, outras parcerias garantiram fôlego aos trabalhos de tratamento no acervo do jornalista. Em junho de 2006, o apoio financeiro prestado pela Usina Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (subsidiária da Petrobras) permitiu a recuperação do restante do acervo museológico e a retomada da organização do acervo arquivístico; bem como o desenvolvimento de bases de dados para ambos e a elaboração de um projeto de *site*, para assegurar a presença do Centro de Cidadania na internet.

Entre novembro de 2006 e novembro de 2007, o patrocínio possibilitou ainda uma segunda higienização em todo o acervo bibliográfico, seguida de uma vistoria biológica e do diagnóstico do estado de conservação das obras.³⁴ O processamento técnico dos livros e periódicos também pode ser acelerado graças à contratação de mais profissionais, que atuaram até fevereiro de 2008.

³⁴ Na vistoria foi constatada a presença de fungos e dejetos de insetos em mais de 300 exemplares, motivando um pedido de apoio ao Arquivo Nacional, que enviou técnicos à Uerj para uma inspeção. Os volumes infectados foram encaminhados ao Arquivo Nacional para o devido tratamento.

Além disso, foi elaborado um projeto de microfilmagem do monumental acervo arquivístico, executado sob a forma de cooperação técnica com o Arquivo Nacional. O maior desafio do trabalho sem dúvida foi a grande diversidade de gêneros documentais, contidos em suportes de variados tamanhos e materiais, desde canhotos de cheque até mapas e fitas cassete.

Cerca de 200 mil páginas de documentos foram processadas nas dependências do Arquivo Nacional com insumos próprios (revelador, fixador, material de consumo), enquanto o CCBLIS arcou com a compra de 220 rolos de microfilmes 35mm, além da destinação de R\$ 30 mil para aquisição de dois densitômetros (equipamentos usados no controle de qualidade de microfilmes), entre outros itens.

O primeiro lote de documentação a ser microfilmada deixou o campus da Uerj em carro do Arquivo Nacional no dia 9 de julho de 2007: tratava-se da volumosa correspondência do escritor – composta por mais de cinco mil documentos –, que retornou microfilmada e adequadamente acondicionada nove meses mais tarde, no dia 4 de abril de 2008. Os microfilmes matrizes ficaram sob a guarda permanente do Arquivo Nacional, em seus depósitos climatizados.

Finalizado e datado de 5 de março de 2009, o relatório de implantação do CCBLIS não chega a registrar o término do processo de microfilmagem de todo o acervo arquivístico de Sobrinho. De fato, o trabalho só foi concluído em novembro de 2010, com a produção total de 244 rolos de microfilme – todos foram também digitalizados, gerando uma coleção com 190 mil imagens.³⁵

E quanto às obras das edificações na Rua do Catete? Após dois anos de paralisação, uma esperança voltou a surgir a partir do patrocínio firmado com três empresas: Furnas (em julho de 2007), Eletrobrás e Petrobras (em janeiro de 2008), que empenharam recursos na ordem de R\$ 1.749.649,43 para a segunda fase da reforma, embora o montante estivesse muito aquém do orçamento estimado.

No entanto, de acordo com o relatório de implantação do CCBLIS, houve dificuldades na liberação (mesmo parcial) das cotas do patrocínio, bem como na

³⁵ Embora o relatório de implantação do CCBLIS tenha sido concluído antes do término da microfilmagem, localizei no YouTube um vídeo oficial do Arquivo Nacional intitulado Manual de Tratamento do Acervo Barbosa Lima Sobrinho: organização, conservação e reformatação. Datado de setembro de 2011, descreve todo o trabalho de microfilmagem e até o desenvolvimento de embalagens especiais em polipropileno para transportar os documentos originais. Conferir <https://youtu.be/JjiHOgFZMXY>. Acesso em 22/06/2017.

captação de outras fontes de financiamento externo. Por parte da Universidade, nenhum tipo de auxílio financeiro teria sido prestado, dificultando cada vez mais a manutenção das atividades e contribuindo para a significativa redução da equipe de profissionais.

A partir do desligamento da coordenadora executiva em junho de 2008 e da finalização de seu relatório em março de 2009, torna-se mais difícil reconstituir a trajetória do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho, fragmentada por informações desencontradas, nomeação de vários coordenadores e indisponibilidade de registros capazes de lançar luz sobre os acontecimentos dos anos seguintes.³⁶

“As conquistas parciais do projeto, agora sob risco, são fruto de muito trabalho, com significativo investimento de recursos públicos [...] e enfrentamento de inúmeras dificuldades. Perdê-las é fácil: basta não agir”. O temor da coordenadora executiva Sonia Faerstein, expresso no encerramento do relatório de implantação do CCBLs, seria confirmado pelo tempo e pelos futuros administradores uerjianos.

Desde 2000, cinco gestões sucederam-se à frente da Universidade. Nenhuma delas, até o momento, decidiu contemplar o acervo de Barbosa Lima Sobrinho com um destino mais nobre do que o sono empoeirado em salas trancadas na Faculdade de Direito - onde não se pode entrar, mas o esquecimento é permitido. Somente o acervo bibliográfico mereceu tratamento diverso, tendo sido incorporado à coleção da Rede Sirius de Bibliotecas da Uerj.

Nos dias atuais, o Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho consta como programa de extensão vinculado à Faculdade de Direito, mas não desenvolve nenhuma das atividades de seu projeto original. No conjunto de prédios da Rua do Catete, o casarão permanece abandonado. Apenas um dos anexos foi recuperado: a partir da criação de salas, auditórios e escritórios, funciona como sede do Programa Start Up Rio, iniciativa público-privada do governo fluminense voltada a estimular a cultura do empreendedorismo.³⁷

³⁶ Para a elaboração da pesquisa, frequentei durante meses as salas onde trabalhavam os últimos profissionais contratados pelo Centro de Cidadania, que a mim franquearam o acesso ao acervo.

³⁷ O site do Programa Start Up Rio descreve o espaço como destinado à ocupação compartilhada por empresas brasileiras e estrangeiras do segmento de tecnologia digital, no sistema de *co-working*. Disponível em: <<http://www.startuprio.rj.gov.br>>. Acesso em 27/06/2017.

3.2 O inexplorado acervo de um intelectual brasileiro

Os acervos pessoais de políticos e intelectuais costumam ser constituídos de uma forma muito peculiar, na qual as dimensões do público e do privado se entrelaçam. Com frequência, alguns dos seus aspectos mais interessantes habitam essa zona fronteira e ambivalente, de onde se busca lançar um olhar de bastidores sobre personagens e acontecimentos.

No entanto, o caminho que dá acesso à coxia pode ser tortuoso e repleto de idas e vindas, no caso dos arquivos de alguém como Barbosa Lima Sobrinho. Tributário das tradições intelectuais caras à sua geração, o jornalista não só se dedicou à bibliofilia e à farta produção de documentos escritos, como também à sua guarda. O mesmo ocorreu em relação às práticas epistolares e aos inúmeros objetos colecionados durante toda a vida, consolidando assim um extenso acervo bibliográfico, museológico e arquivístico.

Seus registros pessoais de caráter autobiográfico, como textos memorialísticos, correspondências, cadernos de notas, coletâneas de discursos e dossiês de estudos, entre outros, expressam o impulso elementar que anima o homem – esse “animal narrativo” por excelência – a elaborar seus relatos (McKEMMISH, 2013). Por meio das diversas modalidades de escritas de si, homens e mulheres têm se dedicado a descrever trajetórias, compartilhar alegrias e fracassos, dar notícia de seus negócios e dos acontecimentos políticos e sociais.

Toda essa diversificada atividade intelectual resulta numa vasta produção de documentos, bem como na valorização da prática da escrita, elevada ao estatuto de garantia da própria identidade e da existência, naquele tempo e lugar. “O progresso é de tipo escriturário”, constatou Michel de Certeau, referindo-se à importância cultural atribuída aos arquivos de vida e à documentação neles acumulada, nos últimos quatro séculos (1998).

Os gestos cotidianos de arrumar papéis, classificá-los em pastas, descartar ou guardar documentos, manter diários e preservar cartas correspondem a práticas de arquivamento pessoal carregadas de propósito, cuja intencionalidade mais óbvia é a de organizar a vida, dotando-a de ordem e coerência.

Entretanto, por mais que pretendam ser objetivas e obedecer a critérios definidos pela lógica, tais atitudes expressam enormes cargas de subjetividade.

“Fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens”. (Artières, 1998, p. 36).

Movido pelo desejo de fazer prova da própria existência e de dar testemunho das experiências vividas, o homem protagoniza um processo de construção de memórias que é, simultaneamente, pessoal e coletivo: ao buscar inscrever os vestígios de sua presença individual no mundo e resistir à passagem do tempo, registra também o conhecimento acerca da sociedade em que vive e das práticas compartilhadas com os grupos aos quais pertence.

Não por outra razão, a preservação da lembrança encontra seu contraponto na pulsão igualmente humana de morte e esquecimento descrita por Derrida (2001). Constituídos como espaços de disputa simbólica, os atos de recordar e esquecer extrapolam os limites da dimensão individual para se configurarem como estratégias sociais e políticas de afirmação ou negação.

A fúria destrutiva dirigida a museus, bibliotecas e arquivos em zonas de guerra constitui um exemplo representativo dessas operações: é preciso apagar os rastros e a memória de povos e culturas (inclusive para as gerações futuras), como se eles sequer tivessem existido.

Os escritos autobiográficos inserem-se no contexto da sociedade ocidental moderna, na qual a cultura de expressão do “eu” encontra lugar, e onde as fronteiras das dimensões do público e do privado são claramente delineadas. Nesse ambiente, o indivíduo e suas narrativas ganham relevância, assim como autonomia em relação à organização social e às representações coletivas.

De acordo com Calligaris (1998 apud ARTIÈRES), “uma descrição rápida, mas não grosseira, da modernidade ocidental poderia defini-la como uma cultura na qual se espera que do sujeito venha a organização do mundo e não do mundo a organização do sujeito”. Descomprometida das regras e dos legados tradicionais, a vida subjetiva torna-se importante em relação ao pertencimento comunitário e se configura como aventura a ser inventada.

Importa a esse homem individualizado permanecer para a posteridade e, por isso, ele produz a si próprio em suas narrativas e nos documentos – que arquiva para o porvir, como pontes entre suas lembranças e a memória dos outros.

Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de

sua identidade, como é o caso da difusão do saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem “anônimo”, do indivíduo “comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si. (GOMES, 2004, p. 13)

Constituído por um longo intelectual cuja travessia pela história política brasileira fez-se ao longo do século XX, confundindo-se com a trajetória do próprio país, o inédito acervo de Barbosa Lima Sobrinho teve sua importância oficialmente reconhecida por meio de decreto assinado pelo então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, distinguindo-o em 2004 como o primeiro arquivo privado declarado de interesse público, no Brasil.³⁸

De acordo com a legislação vigente,³⁹ arquivos privados pessoais ou institucionais podem ser declarados de interesse público ou social através de decreto presidencial, em razão de seu conteúdo e/ou procedência, bem como por sua capacidade de registrar marcos ou dimensões significativas da história social, econômica ou cultural do país.

Tais atributos foram reconhecidos no acervo do jornalista pela comissão técnica de avaliação instituída pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão responsável pela política brasileira de arquivos. Com especialistas do Arquivo Nacional, da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a comissão realizou visitas técnicas ao acervo, manifestando-se favorável à emissão da Declaração de Interesse Público e Social.

O acervo bibliográfico de Barbosa Lima Sobrinho compõe-se de uma coleção com cerca de 22 mil itens entre livros, folhetos, periódicos e publicações diversas. A enorme biblioteca era motivo de orgulho para o escritor que, embora precisasse percorrer todos os cômodos da casa para vislumbrá-la, organizou-a de modo a ter os volumes mais frequentemente consultados ao alcance das mãos, distribuídos pelas grandes estantes da sala de estar.

A coleção é representativa dos múltiplos interesses e campos de estudo a que Sobrinho devotou atenção, a exemplo do perfil intelectual de sua geração: lá

³⁸ Apenas 16 acervos compartilham tal status: além do de Sobrinho, há também os de Glauber Rocha; Darcy Ribeiro; Berta Gleizer Ribeiro; Oscar Niemeyer; Abdias Nascimento; César Lattes; Paulo Freire; Dom Lucas Moreira Neves; da Associação Brasileira de Educação; Cia e Cervejaria Braham; Cia Antártica Paulista; Cúria Diocesana de Nova Iguaçu; Atlântida Cinematográfica Ltda; Associação Circo Voador; e Instituto de Arqueologia Brasileira.
Site Conarq: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/arquivos-declarados.html>. Acesso em 18/3/19.

³⁹ Lei n. 8.159/1991; Decreto 4.073/2002; e Resolução 17/Conarq/2003.

estão obras de história brasileira e universal, diversos ramos do direito, estudos constitucionais, língua portuguesa, geografia, literatura brasileira e estrangeira, além de publicações e volumes editados pelos institutos e associações onde exercia suas sociabilidades intelectuais, como Academia Brasileira de Letras, Biblioteca Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Concluído o processamento técnico, foram identificadas no acervo cerca de 170 obras raras produzidas entre os séculos XVII e XIX, nos idiomas francês, inglês, espanhol, italiano, português e latim. Sua excepcionalidade foi comprovada pela Rede Sirius de Bibliotecas da Uerj, por meio de verificação de dados em obras de referência da Biblioteca Nacional.

Entre os livros mais antigos colecionados por Sobrinho, destacam-se: “The historie of the world”, de Sir Walter Raleigh (Londres, 1666); “Ortografia da Lingua Portuguesa”, de João Franco Barretto (1ª edição, Lisboa, 1671); “Memorias historicas do ministerio do Pulpito” (Lisboa, 1776); e “Historia das lutas com os holandeses no Brazil desde 1624 a 1654”, de Francisco Adolfo Varnhagen (Vienna D’Áustria, 1871).

Impressos por editoras e tipografias brasileiras e estrangeiras, muitos exemplares apresentam marcas como anotações a lápis e a caneta, carimbos diversos, assinaturas e dedicatórias. Embora não tenha sido editado um catálogo de obras raras pertencentes ao acervo de Barbosa Lima Sobrinho, o Núcleo MID – Núcleo de Memória, Informação e Documentação da Rede Sirius - elaborou e mantém disponível na internet um *hot site* contendo uma galeria de imagens com páginas de rosto digitalizadas de 150 desses livros.⁴⁰

O acervo bibliográfico do jornalista foi integrado às coleções da Rede Sirius, responsável por sua preservação e salvaguarda. As obras podem ser localizadas no catálogo *on line* da rede de bibliotecas da Universidade.

Já o acervo museológico de Sobrinho não teve a mesma sorte: permanece inacessível, armazenado em salas da Faculdade de Direito e em uma das alas do prédio da Uerj em São Cristóvão. São cerca de 300 peças, tais como: mobiliário; grande quantidade de comendas, placas e medalhas recebidas por Sobrinho ao

⁴⁰ O *hot site* foi parte integrante da exposição “O bibliófilo Barbosa Lima Sobrinho – os caminhos para a construção de um acervo raro”, organizada pelo Núcleo MID, e pode ser consultado em www.rsirius.uerj.br/novo/index.php/acervos/acervo-barbosa-lima-sobrinho. Acesso em 29/06/17.

longo de sua vida intelectual e política; máquinas datilográficas; e itens decorativos como estatuetas, imagens religiosas e porta-retratos.

Boa parte dos objetos foi restaurada por técnicos especializados sob orientação de uma museóloga. Mais tarde, o CCBLIS contratou os serviços de um museógrafo para a elaboração de um projeto voltado à criação de duas salas de exposição permanentes e uma temporária, no imóvel da Rua do Catete.

Entretanto, os maiores desafios em relação ao acervo de Barbosa Lima Sobrinho estavam guardados em 79 caixas de papelão: o material arquivístico colecionado por tantas décadas, produzido não somente a partir de uma grande diversidade de atividades profissionais e políticas, mas também gestado em inúmeras redes de sociabilidades e trocas intelectuais, pessoais e familiares que não conheceram limites geográficos ou culturais.

O manancial de arquivos reúne grande variedade de gêneros documentais: há os textuais (processos, pareceres, cartas, recortes de jornais, contratos, certidões); iconográficos (fotografias, cartazes, ilustrações, gravuras); audiovisuais (discos de vinil, fitas cassete e VHS, filmes em 8mm, CDs); e cartográficos (mapas e plantas).

Uma das surpresas reservadas aos profissionais que atuaram no processamento do acervo arquivístico foi a descoberta, em seu interior, de um outro conjunto de documentos - não pertencentes a Barbosa Lima Sobrinho mas sim a seu tio, o militar e político Alexandre José Barbosa Lima, constituindo, assim, um novo fundo. Tal documentação foi higienizada e identificada para preservação, mas na ocasião optou-se por não organizá-la, face à prioridade conferida ao acervo de Sobrinho.

A presença dos documentos de Barbosa Lima sugere o caráter custodiador assumido por Sobrinho em relação à memória do tio materno, figura relevante não só em sua própria formação política como também considerada importante no seio familiar, a ponto de o menino Alexandre ter sido batizado em sua homenagem.

A cada caixa aberta, iam-se delineando os contornos de um acervo que emergiu, de modo geral, bastante desorganizado, cujo estado de conservação também exigiu cuidados, pois parte dos documentos encontrava-se infectada por fungos, demandando rápido tratamento. Dois tipos de materiais, contudo, sobressaem pela ordenação diferenciada que receberam das mãos do próprio autor.

O primeiro deles é um conjunto com cerca de 40 cadernos, contendo milhares de artigos produzidos por Barbosa Lima Sobrinho e publicados em diferentes jornais (desde as gazetas escolares), ao longo de sua carreira como homem de imprensa. Os recortes hoje amarelados foram cuidadosamente colecionados e afixados às páginas durante muitas décadas, revelando o gesto consciente do autor, repetido incontáveis vezes, em seu esforço de conduzir a narrativa da própria trajetória.

Ao selecionar e preservar sua escrita jornalística nesses cadernos, Sobrinho dota os recortes e matérias de jornal de um novo sentido e de uma nova temporalidade. É a prática de seu arquivamento que os ressignifica, em um processo autoral revelador do desejo de imprimir um destino ao seu legado intelectual: sobreviver ao tempo, ordenando-o de forma controlada, buscando retê-lo em folhas encadernadas.

Dedicado à missão de construir um acervo linear – ao contrário da própria vida, que nunca o pode ser –, Barbosa Lima Sobrinho buscou forjar, dia a dia, um arquivo pessoal capaz de representá-lo e imortalizá-lo como intelectual, homem público, jornalista, historiador, acadêmico. Para tanto, expressou o desejo aos herdeiros de conservar o acervo como um todo indivisível, que pudesse fincar raízes em sua terra natal ou na cidade que escolhera para viver.

Ao atender a vontade do patriarca, a família de Sobrinho concretiza também sua intencionalidade autobiográfica de ser o autor da própria narrativa arquivística: dirigida ao futuro, é a condutora da memória que Sobrinho deseja legar. Por meio de seu acervo, elabora a construção de si mesmo e de suas representações, como uma forma de resistência às interpretações alheias – e, quem sabe, um modo de sobreviver ao tempo e à morte.

Se essa coleção de cadernos reúne o produto final das reflexões e dos pensamentos de Sobrinho – concretizados e tornados públicos sob a forma de artigos na imprensa –, o segundo material organizado pelo próprio autor registra o processo intelectual que os antecedeu: trata-se de uma série de dossiês temáticos, construídos como colchas de retalhos, cujo propósito era o de orientar seus estudos em diferentes campos do conhecimento e fases da vida.

São dezenas de dossiês com anotações, dados e textos reunidos a partir de fontes diversas, acerca de assuntos tão variados como: América espanhola, imprensa no Império, escravidão, Japão, reforma eleitoral, Revoluções de 1930 e 1932, entre outros, utilizados para subsidiar sua produção intelectual de livros e

artigos de opinião. O material foi registrado pela equipe do CCBLIS em 577 fichas catalográficas.

A totalidade da documentação integrante do acervo arquivístico de Barbosa Lima Sobrinho está organizada em 11 séries e, estas, subdivididas em 40 subséries:

Pessoal – documentos pessoais; processos judiciais; pedidos de terceiros; exames de saúde;

Família – sobre o núcleo familiar composto pela mulher, os quatro filhos e outros parentes;

Governo de Pernambuco – documentos produzidos e/ou acumulados no governo (1948-1951) e na campanha eleitoral;

Atuação jurídica – material relativo ao exercício da advocacia e ao período em que atuou na Procuradoria do Distrito Federal;

Instituto do Açúcar e do Alcool – documentação ligada ao extinto órgão de regulação da produção açucareira e à presidência exercida (1938-1945);

Academia Brasileira de Letras – documentos sobre a história da ABL, concursos literários e a trajetória do acadêmico;

Congresso Nacional – materiais acerca de comissões; deputações; Assembleias Nacionais Constituintes;

Associação Brasileira de Imprensa – registros sobre a instituição e a atuação de Sobrinho na presidência, bem como representante da ABI no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e na Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa;

Produção intelectual de Barbosa Lima Sobrinho – anotações de estudo; artigos; discursos; dossiês temáticos; entrevistas;

Produção intelectual de terceiros – reúne textos encaminhados a Sobrinho, como artigos; discursos; discursos de Alexandre José Barbosa Lima;

Correspondência – organizada em ordem cronológica e alfabética segundo o remetente, inclui duas subséries: mensagens remetidas e recebidas por Barbosa Lima Sobrinho; mensagens remetidas e recebidas por terceiros.

Assim, arquivos pessoais como o do jornalista transitam para além das memórias e da personalidade de seu titular, documentando mais do que simplesmente suas atividades e múltiplas atuações na vida pública. Além de ecoar

como uma forma de escrita de si, o acervo de Sobrinho registra períodos marcantes da história política, cultural e social do país ao longo de todo o século XX.

Nesse conjunto estão presentes temáticas relacionadas ao estabelecimento da atividade intelectual no Brasil, bem como à trajetória do jornalismo em diferentes momentos. Da mesma forma, as transformações na economia e na estrutura agrária, com a regulamentação da produção açucareira e o estatuto da lavoura canavieira; os movimentos partidários; a representação política no Congresso Nacional e as disputas constituintes, entre outras.

Os documentos possibilitam ainda leituras historiográficas sobre os caminhos que vêm sendo trilhados pela sociedade brasileira enquanto busca construir, a cada passo, sua sonhada democracia – embora raramente pelo trajeto mais curto, livre de obstáculos ou imune a períodos autoritários. São registros das lutas políticas empreendidas no passado recente, capazes de muito dizer sobre a elaboração de nossa própria identidade e dos traços que a constituem.

3.3 A correspondência de Barbosa Lima Sobrinho

A epistolografia, em especial, constitui um espaço de compartilhamento de opiniões, visões de mundo e sentimentos. Um lugar de troca entre pessoas; entre comportamentos individuais e coletivos, configurados por normas de escrita e códigos sociais. Em papéis timbrados, bilhetes manuscritos ou nos maços de cartas guardados nas gavetas, cabem as anotações e os silêncios da história, os ditos e não ditos, aquilo que é lembrado, esquecido ou revivido.

Por se tratar de uma prática relacional, autores e leitores se alternam nesses papéis e nas funções de remetentes e destinatários, movimentando-se em um espaço de construção de identidades para si próprios e para o outro, a quem a correspondência se dirige. Nesse jogo de ver e ser visto são elaborados afetos e conflitos, representações, laços pessoais e profissionais, territórios de disputa e cooperação.

Isso é particularmente verdadeiro no que tange às trocas entre intelectuais, cujos arquivos pessoais constituem objeto de análise histórica – não mais em busca

de verdades sobre trajetórias e fatos passados, mas sim para lançar o olhar sobre indivíduos, em suas relações com outros e com diferentes grupos sociais.

Sirinelli aponta a valorização da história dos intelectuais a partir da década de 1970, bem como a mudança de status desse grupo nas representações coletivas. Dessacralizados, os intelectuais tornam-se interessantes aos estudos históricos e aos questionamentos sobre o papel que desempenham: qual é a influência de suas ideias na sociedade? Quais as relações entre as ideologias produzidas e difundidas pelos intelectuais e a cultura política de seu tempo? A história dos intelectuais surge, assim, como observatório de primeira ordem para a história política e suas novas abordagens (Sirinelli, 2003).

Libertada do compromisso de garimpar evidências sobre acontecimentos e emitir juízos de valor, a pesquisa acerca da correspondência pessoal de intelectuais vem se destacando entre as possibilidades de investigação mais reveladoras da dinâmica e das sociabilidades dos campos cultural e político, em um determinado período (Bourdieu, 1990).

Dotada de variados estilos, a escrita epistolar tanto pode revestir-se de formalidade e rigor gramatical, quanto apresentar-se despojada de qualquer vestígio de erudição - “em mangas de camisa”, nas palavras de Monteiro Lobato (apud NUNES, 1983), para quem “carta é intimidade. É regabofe de bebedeira – bebedeira de liberdade de sermos o que somos sem dar conta a espectadores... carta é isso. Nem sequer assinada e por muito favor selada”.

É importante ressaltar, ainda, que tais documentos constituem fontes não plenamente dominadas pelo pesquisador: é preciso aceitá-los, mesmo quando incompletos, parciais ou imprecisos, estudando-os criticamente quanto às suas condições de produção e circulação, contexto, autor, confiabilidade, natureza e lógica interna do texto, entre outras (Cellard, 2010).

Nesse minucioso trabalho de apropriação da documentação, cabe ao pesquisador questioná-la, lançar-lhe um olhar crítico enquanto indaga, recorta, desconstrói, para finalmente reconstruí-la com suas interpretações.

A história mudou de posição em relação ao documento: ela o organiza, recorta-o, distribui-o, ordena-o, reparte-o em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não o é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. Portanto, o documento não é mais para a história essa matéria inerte, por meio da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram (FOUCAULT, 2012, p. 72).

Porém, deve-se estar atento aos riscos de se traçar uma historiografia baseada em uma cronologia perfeitamente ordenada, bem como na suposta existência de atores históricos sempre dotados de personalidade coerente, capazes de tomar decisões imunes às incertezas do caminho. O mesmo vale para a criação artificial de sentido que pode surgir em decorrência de uma ilusão, uma representação linear da vida, desconectada das múltiplas dimensões que lhe atribuem significados (Bourdieu, 2010).

A metodologia do trabalho com correspondência exige diferentes níveis de análise capazes de incluir desde os aspectos relacionados à sua materialidade (papel, letra); aos códigos que definem o gênero epistolar (saudações, despedidas, assinatura); até a análise dos conteúdos abordados pelos missivistas.

Quem se dedica à leitura de correspondências deve buscar esquivar-se da armadilha de tomar a parte pelo todo, perdendo de vista o caráter fragmentário do seu estudo, bem como das narrativas contidas nos documentos. Estes devem ser compreendidos como segmentos de um conjunto mais amplo, que dificilmente será linear ou mesmo completo, como instrumento de pesquisa histórica.

Afinal, por que esse conjunto de cartas foi preservado? Teria havido outras? O que determinou que tais mensagens chegassem à luz? Perguntas que provavelmente permanecerão sem respostas, compelindo o pesquisador a conformar-se com o fato de que seu trabalho também é feito de lacunas.

Precauções metodológicas tão mais verdadeiras quanto desafiadoras, quando se trata de um acervo promissor e ainda inexplorado como o de Barbosa Lima Sobrinho. É preciso ir desvendando-o aos poucos, abrindo caminho através de cartas e postais, buscando resistir ao encantamento pelo objeto de estudo para não “cair nas malhas do feitiço” (Gomes, 1998).

Cartas podem turvar o olhar do pesquisador. Não é difícil ser seduzido pela impressão de vislumbrar a face autêntica do autor ao manusear seus documentos que, a princípio, não foram produzidos para o espaço público. Essa suposta espontaneidade provoca uma “ilusão da verdade”, agravada pela proximidade e empatia com o personagem estudado, cujos maneirismos e hábitos vão sendo gradativamente conhecidos.

Sua caligrafia torna-se familiar, materializando no papel os pensamentos, opiniões e sentimentos antes revelados aos missivistas com quem se corresponde – e aos quais o pesquisador passa a ter acesso privilegiado. Contudo, não se pode

esquecer que essa escrita reflete a construção (consciente ou inconsciente) de uma autoimagem do autor para si e para os outros, frequentemente multifacetada, e que permeia seus arquivos pessoais.

Outra dimensão enfeitiçante é uma pretensão de totalidade que jamais será alcançada, sob pena de comprometer o foco e os recortes da análise. Diante de um acervo construído ao longo de uma vida inteira, como é o caso de Sobrinho, o pesquisador precisa de coragem e segurança para fazer suas opções metodológicas. E, de acordo com tais escolhas, descartar e hierarquizar documentos, de modo a garantir que ele conduza a fonte, ao invés de ser por ela dirigido.

Tudo isso sem perder de vista ainda que, nos diversos tipos de escrita de si, tais como diários, memoriais e cartas, reside a presença latente de um possível leitor (Artières, 1998): seja ele contemporâneo ou futuro, conhecido ou secreto, autorizado ou proibido, furtivo ou imensamente desejado.

Principal fonte primária da pesquisa, as cartas dirigidas a Barbosa Lima Sobrinho foram reunidas em 5.095 fichas catalográficas, às quais correspondem pastas que podem conter um ou mais documentos. O imenso acervo epistolográfico acumulado pelo longo jornalista revela uma das práticas mais comuns entre os intelectuais de seu tempo: a dedicação sistemática não somente à produção de mensagens, mas também à sua guarda (fossem elas próprias ou de terceiros).

O primeiro passo na análise da correspondência do jornalista foi proceder à leitura dos documentos situados no recorte temporal estabelecido, ou seja, os 21 anos de ditadura militar no Brasil, delimitados entre 1964 e 1985. Nesse intervalo cronológico há cerca de 1.600 mensagens, das quais, excetuando-se as cartas de caráter pessoal e familiar, foram escolhidas 49 missivas, utilizando-se como critério de seleção o fato de conterem temáticas relacionadas à ditadura ou ao processo de restabelecimento democrático.

À medida que a leitura das 49 correspondências avançava, logo se tornou evidente o caráter fragmentário dessa escrita: a primeira mensagem com o perfil almejado pela pesquisa surge no acervo apenas em 1967, ou seja, três anos após o estabelecimento do regime militar no país. Dados o ritmo e a quantidade das cartas seguintes, é razoável supor a existência de mensagens anteriores sobre a temática, mas delas não há registro.

Todas as 49 cartas tocantes a este estudo foram analisadas quanto aos aspectos textuais e de materialidade, com o intuito de elaborar uma tipologia capaz de oferecer uma visão geral das principais características dessa epistolografia, resumidas na tabela a seguir.

Tabela 3 - Tipologia geral da correspondência

DOC	DATA	LOCAL	PÁGS	AUTOR	DEST.	GÊNERO	MATERIALIDADE	DESCRIÇÃO TEMÁTICA
1	4/10/67	Paris	2	Josué de Castro	BLS	Carta	Manuscrita - papel timbrado Centre Internationale pour le développement	Condição de exilado; subdesenvolvimento brasileiro; livro "Homens e caranguejos"
2	11/1/68	RJ	1	Ênio Silveira	BLS	Carta	Datilografada - papel timbrado Editora Civilização Brasileira	Convida para projeto da Editora, menciona momentos difíceis e inseguros
3	2/6/70	RJ	1	Ênio Silveira	BLS	Carta	Datilografada - papel personalizado	Pede apoio em forma de artigo sobre processo militar contra ele e um dos autores da editora
4	7/9/72	SP	1	Conselho Revolucionário Nacional	BLS	Carta	Datilografada - papel timbrado	Comunica formação Resistência Armada Nacional
5	5/1/73	RJ	1	Ênio Silveira	BLS	Carta	Datilografada - papel timbrado Editora Paz e Terra	Pede compra de ações da Editora Paz e Terra. Comenta obstrução da Civilização Brasileira
6	10/10/73	SP	1	Grupo de Amigos de Carlos Tibúrcio	BLS	Carta	Datilografada	Solicita divulgar prisão líder estudantil Carlos Roberto Tibúrcio de Oliveira no Dops/SP
7	8/11/73	SP	2	Flavio de Almeida Prado Galvão	BLS	Carta	Datilografada com anexo: xerox pág jornal	Artigo censurado no Estadão sobre apreensão revista Argumento
8	23/5/74	?	4	Ilegível	BLS	Carta	Datilografada	Análise situação política brasileira, atuação oposições e Internacionalização da repressão
9	1975	SP, Presídio Político	2	Presos políticos	BLS	Cartão de Ano Novo	Manuscrito e ilustrado à mão, com várias assinaturas	Votos de feliz 1976
10	7/7/75	RJ	2	Ênio Silveira	BLS	Carta	Manuscrita - papel timbrado Ed. Civilização Brasileira	Cita censura à imprensa. Encaminha exemplares da série "Livros de cabeceira"
11	12/9/75	SP	1	Therezinha Zerbini, Movimento Feminino pela Anistia	BLS	Carta	Datilografada - papel timbrado Movimento Feminino pela Anistia	Agradece pronunciamento sobre a mulher e a paz em evento na ABI. Expressa esperança pela anistia

12	21/10/75	SP	2	Eusébio Rocha	BLS	Carta	Manuscrita - papel personalizado	Comenta censura à imprensa, critica militarismo
13	17/12/75	Colônia, Alemanha	6	Arthur Poerner	BLS	Carta	Manuscrita com anexos: cartão Natal (do Solar da Fossa, RJ) e envelope	Cumprimenta por artigo. Denuncia situação exilado
14	12/3/76	BH	4	Maria da Glória Amorim Viana	BLS	Carta	Cópia datilografada e autenticada em cartório (16/3/76)	Denuncia condições e detalha cotidiano presos políticos na Penitenciária de Linhares, Juiz de Fora. Pede ajuda para transferência.
15	11/5/76	RJ	2	Iramaya Benjamim	BLS	Carta	Manuscrita	Pede ajuda para absolvição do filho menor idade, preso político desde 1971
16	26/12/76	RJ	1	Edmar Morel	BLS	Carta	Datilografada - papel personalizado	Agradece citação em artigo. Comenta censura à imprensa e missa de Jango
17	1978	?	2	Octávio de Freitas Jr	BLS	Cartão Natal	Manuscrito e ilustrado	Votos Natal e Ano Novo com anistia ampla e geral
18	1978	?	4	David Gorodicht, Comitê Brasileiro pela Anistia/Núcleo Bahia	BLS	Cartão Natal	Manuscrito e ilustrado	Votos Natal e Ano Novo com anistia. Reconhece importância ABI na luta democrática
19	17/2/78	RJ	2	Enio Silveira	BLS	Carta	Datilografada - papel timbrado Ed. Civilização Brasileira	Cita relançamento Revista Civilização Brasileira após 10 anos ausência por causa de censura. Convida para conselho de redação da revista
20	9/3/78	SP	1	Geraldo Travassos	BLS	Carta	Manuscrita	Comenta artigo de 26/2/78 e diz ter filho banido residente na Alemanha
21	14/5/78	RJ	1	Rute Torres da Silva	BLS	Carta	Datilografada	Agradece citação no artigo "Mães em luta", publicado naquela data
22	2/6/78	RJ	1	Enio Silveira	BLS	Carta	Datilografada em papel personalizado	Convida para assinar manifesto do Centro Brasil Democrático
23	6/6/78	RJ	2	União de Mães	BLS	Carta	Manuscrita e assinada por Heloisa Lins	Agradece citação em artigo sobre Branca Moreira Alves. Descreve trabalho do grupo
24	4/1/79	RJ	1	Lucio Flávio Uchoa Regueira	BLS	Carta	Cópia datilografada, precedida de bilhete datilografado de José Talarico em papel timbrado da ABI	Preso político relata tortura e captura na volta de exílio de 8 anos. Carta incompleta, direcionada por Talarico após visita ao presídio Dias Moreira

25	19/2/79	RJ	2	Fernando Pereira Christino	BLS	Carta	Manuscrita e com carimbo da secretaria da ABI (23/2/79)	Jornalista pede apoio à ABI e denuncia sua prisão ilegal em Bangu há 3 anos 9 meses
26	22/5/79	RJ	1	Antônio Avertano Barreto da Rocha	BLS	Carta	Datilografada - papel timbrado jornal A Construção. Carimbo da ABI (23/5/79)	Pede apoio para habeas corpus de irmão, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, preso ilegalmente há 9 anos em Itamaracá
27	10/10/79	RJ	10	Gal Peri Constant Bevilaqua	BLS	Carta	Manuscrita	Elogia artigo "Jesus Cristo e a anistia". Critica AIs e analisa Lei de Segurança Nacional.
28	16/6/80	RJ	6	Sobral Pinto	BLS	Carta	Datilografada e com carimbo da ABI (16/6/80)	Diz enviar tese sobre Conselho Defesa Direitos Pessoa Humana e pede engajamento em campanha de divulgação na imprensa
29	12/11/80	RJ	1	Paulo Mário da Cunha Rodrigues, Associação Militares Cassados	BLS	Carta	Datilografada	Agradece apoio da ABI e cessão de auditório
30	13/2/81	RJ	2	Enio Silveira	BLS	Carta	Datilografada - papel timbrado da Ed. Civilização Brasileira	Cita luta da Editora e comenta organização do livro "Estudos Nacionalistas", de BLS
31	9/3/81	Itabuna, Bahia	3	Othon Heron da Silva	BLS	Carta	Datilografada com 2 anexos: carta-resposta negativa da Marinha sobre inclusão lei anistia; e histórico com registro de expulsão	Afirma ter sido expulso da Marinha por participação em movimento e não beneficiado pela lei de anistia
32	19/3/81 ? ilegível	RJ	2	José Barbosa do Rosário	BLS	Carta	Datilografada com anexo: recorte notícia do JB	Denúncia sobre morte de irmão, Francisco do Rosário Barbosa, provocada pela polícia em 7/2/81
33	25/3/81	RJ	6	Murillo Serra de Almeida, Assoc. Parentes Mortos na Luta pela Democratização Brasil	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	Carta	Datilografada com carimbo da ABI (27/3/81)	Encaminha nomes e circunstâncias morte em serviço de 43 militares contra a subversão, entre 1964 e 1979. Pede reconhecimento de seus direitos
34	27/4/81	RJ	1	Hélio da Silva	BLS	Carta	Datilografada com anexo: currículo datilografado	Pede ajuda para trocar de emprego, afirma ser ex-presos político e agradece apoio por ocasião de greve de fome pela anistia

35	11/8/81	RJ	4	Cláudio de F. B. Bittencourt	BLS	Carta	Datilografada	Militar aponta vícios investigação Riocentro. Comenta artigo de BLS e envio de carta ao JB sob pseudônimo
36	17/1/83	SP	1	Rogério D'Oliveira Lustosa	BLS	Carta	Datilografada com carimbo da ABI (19/1/83)	Denuncia inquérito contra jornalistas Tribuna Luta Operária, ameaçados por Lei Segurança Nacional
37	23/9/83	RJ	1	Marcelo Beraba e Fichel Davit Chargel	BLS	Carta	Datilografada - papel timbrado Sindicato Jornalistas Profissionais Município RJ	Agradecem apoio Dia Nacional Luta Liberdade Imprensa (10/9/83). Citam 4 jornalistas presos e campanha por sua libertação; por fim da Lei Segurança Nacional; e fim da Lei de Imprensa
38	4/10/83	RJ	1	Brig. Francisco Teixeira, Assoc. Democrática e Nacionalista Militares	BLS	Carta	Datilografada com carimbo da ABI (13/10/83)	Cumprimenta por artigo sobre anistia publicado em 18/9/83
39	6/7/84	RJ	1	Regina Sodré Von der Weid, Movimento Feminino pela Anistia	BLS	Carta	Datilografada em papel timbrado - Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas	Encaminha lista de 72 praças da Aeronáutica punidos em 1964. Cita lista de 1.420 praças da Marinha e comenta sobre lei de anistia
40	4/7/85	RJ	1	Enio Silveira	BLS	Carta	Datilografada em papel timbrado - Ed. Civilização Brasileira	Encaminha livro sobre Hitler, sugere artigo no JB. Insinua comparação entre Brasil e conjuntura que levou à ascensão hitlerista
41	1/4/86	RJ	1	Wilson Alves Cordeiro	BLS	Carta	Manuscrita em folha pautada de caderno com anexos: currículo e xerox carteira Fenaj	Repórter fotográfico pede intercessão junto ao governador Moreira Franco para reintegração à Cehab após demissão por motivos políticos
42	24/6/86	RJ	2	Delson Plácido Teixeira	BLS	Carta	Datilografada com anexos: carta enviada ao ministro Justiça e recortes Última Hora	Jornalista e ex-refugiado na Suécia, pede intercessão junto ao ministro da Justiça para reaquisição de cidadania brasileira
43	26/7/86	RJ	1	Cel Ivan Proença, Cap. José Miguel Camolez e mais 2. Comitê Reparação Indenização Anistia	BLS	Carta	Datilografada em papel timbrado com anexos: 7 artigos sobre anistia publicados em jornais	Pede apoio a BLS como constituinte para inclusão de anistia ampla, geral e irrestrita no texto constitucional. E para fazer justiça aos militares cassados

44	30/9/86	RJ	2	Capitão de Fragata José Miguel Camolez	BLS	carta	Datilografada com anexo: cópia de telegrama enviado ao presidente Sarney com carimbo da ABI (6/10/86)	Descreve prisão e cassação em 1973. Cita 415 oficiais punidos. Pede intercessão junto ao presidente Sarney para reintegração à Marinha como engenheiro naval pela lei de anistia
45	29/1/87	RJ	1	Moisés Cunha	BLS	carta	Datilografada	Denuncia ter sido irregularmente demitido da Rede Ferroviária durante regime militar
46	25/8/87	RJ	3	BLS	Gal Carlos Olavo Queiroz Magalhães	carta	Datilografada em papel timbrado da ABI	Responde carta enviada ao JB com questionamentos sobre anistia a militares cassados
47	22/1/92	RJ	1	Regina Sodré Von der Weid, Movimento Feminino pela Anistia	BLS	carta	Datilografada - papel timbrado Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas	Cumprimenta por aniversário e cita luta democrática
48	25/9/95	RJ	1	Jean Pierre Von der Weid	BLS	carta	Digitada	Agradece defesa contra SNI durante tempo das cassações brancas e convida para posse como professor titular da PUC
49	?	RJ	1	José Gomes Talarico	BLS	carta	Datilografada em papel timbrado - Ed. Paz e Terra (endereço: RJ, Guanabara)	Agradece providências para libertação do Codi, interferência da ABI e atuação Marcelo Cerqueira

Fonte: CCBLs, 2018.

Os primeiros traços que sobressaem são a periodização irregular, provocada pelas descontinuidades temporais,⁴¹ e o caráter marcadamente passivo, do qual destoa uma única mensagem. Destinatário compartilhado por incontáveis e diferentes missivistas, sua correspondência atesta a popularidade do jornalista, desempenhando o papel do “outro” no diálogo epistolar, a quem cabe a tarefa de descartar ou preservar as cartas. Ao optar por conservá-las, demonstra plena consciência arquivista (Brandi, 2013).

A correspondência passiva de Sobrinho configura-se como um mosaico, dotado de grande extensão e variedade de presenças, bem como de amplitude temporal –ilustrando o fato de essa prática de escrita ter sido bastante disseminada na sociedade brasileira, durante todo o ciclo autoritário. De acordo com as datas de produção, os registros distribuem-se ao longo de um período de 28 anos, embora não componham uma cronologia linear. A primeira mensagem foi escrita em 4/10/1967 e a última, em 25/09/1995. Há um documento não datado.

Tabela 4 – Documentos por ano de produção

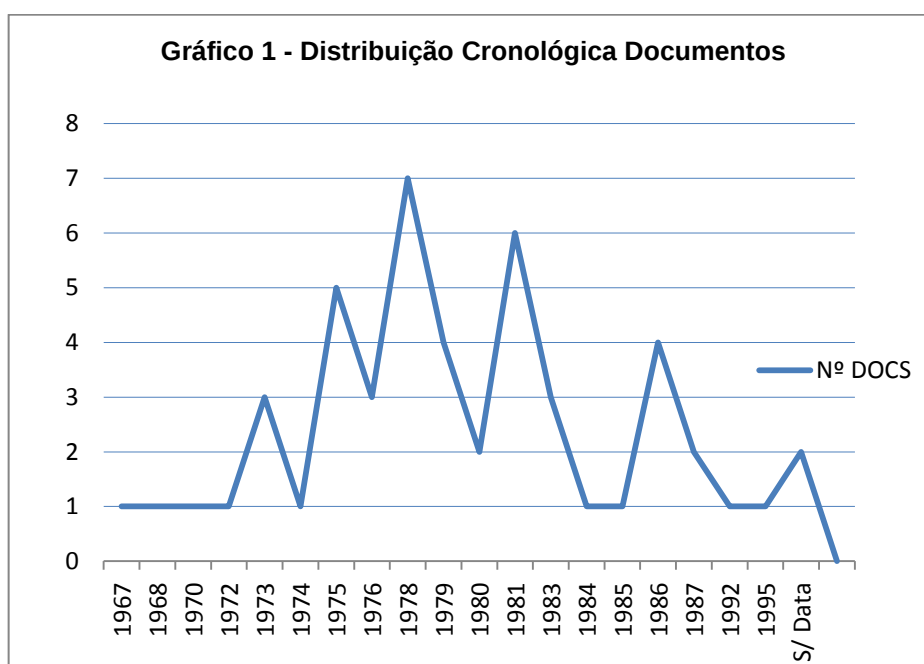
ANO PRODUÇÃO	Nº DOCS
1967	1
1968	1
1970	1
1972	1
1973	3
1974	1
1975	5
1976	3
1978	7
1979	4
1980	2
1981	6
1983	3
1984	1
1985	1
1986	4

⁴¹ Quanto aos intervalos de tempo constatados na correspondência, não há evidências sobre a existência ou não de outras mensagens além das citadas aqui. Parece-me improdutivo tentar formular explicações para eventuais ausências na documentação, pois, na verdade, não passariam de conjecturas: são inúmeras as possíveis causas dos lapsos, tanto intencionais (como o descarte deliberado feito por Sobrinho ou seus familiares) quanto aleatórias (perdas, acidentes, extravios na remessa via correios ou portador, etc).

1987	2
1992	1
1995	1
S/ Data	1
Total	49

Fonte: CCBLIS, 2018.

O período mais bem documentado é a década de 1970, na qual se concentra metade das cartas (25 itens), cabendo destaque para o ano de 1978 com sete registros. Já na década de 1980 foram produzidas 19 mensagens e seus picos de frequência concentram-se nos anos de 1981 e 1986, responsáveis por 10 missivas. O ritmo dos documentos decresce na década seguinte, com apenas um registro em 1992 e outro em 1995.



Fonte: CCBLIS, 2018.

Aqui, vale ressaltar uma peculiaridade do gênero epistolar: trata-se de uma prática cultural deslocada das dimensões usuais de tempo e espaço. Cartas são produzidas, enviadas e lidas em ritmos descontínuos e cíclicos, variáveis ao sabor dos acontecimentos ou humores dos envolvidos. Além disso, têm o poder de ativar diferentes noções de temporalidade, conforme articulem fatos e sentimentos atuais, passados ou futuros.

O mesmo ocorre em relação às várias possibilidades de percepção espacial embutidas na correspondência - sendo ela própria um lugar de encontro para os missivistas. Além da distância física e afetiva a separar remetente e destinatário, há aquela contida entre os atos de escrever e ler as narrativas; e, ainda, o distanciamento que aparta o autor daquilo que ele relata.

Das 49 mensagens remetidas a Barbosa Lima Sobrinho, 35 são datilografadas, 13 manuscritas e apenas uma digitada (a mais recente, naturalmente, datada de 1995). Outro aspecto em destaque é o predomínio de um determinado gênero textual: 46 documentos são configurados como cartas, com seus protocolos típicos referentes à datação, assinaturas, procedimentos de saudação e despedidas. Os outros três registros são cartões de boas festas.

Já em relação à procedência das mensagens, a diversidade é bem maior. As missivas são originárias de quatro cidades brasileiras, sobressaindo-se a capital carioca: Rio de Janeiro (37 documentos), São Paulo (8), Belo Horizonte (1) e Itabuna, na Bahia (1). Mas há também duas localidades estrangeiras, presentes na correspondência como expressões de uma das marcas cruéis do período ditatorial: o exílio de militantes e intelectuais.

Em 4/10/1967, o médico pernambucano Josué de Castro escreve ao conterrâneo acadêmico uma carta desde Paris, onde se estabelecera após a cassação de seus direitos políticos, decretada 11 dias depois do início do regime militar. Já o escritor e jornalista exilado Arthur Poerner teve como destino a Alemanha, e de lá envia uma mensagem datada de 17/12/1975, redigida na cidade de Colônia.

Quem são os demais produtores dessa epistolografia? A rede de autores revelada na correspondência orchestra uma multiplicidade de vozes, reunindo desde pessoas dedicadas a tecer considerações de caráter individual (31 mensagens), até representantes de movimentos da sociedade organizada, com falas reivindicatórias coletivas (18 mensagens).

No primeiro grupo, figuram pessoas “comuns”, intelectuais, jornalistas, militares, presos e ex-presos políticos, bem como seus familiares. Entre eles:

Intelectuais: Josué de Castro, Ênio Silveira, Arthur Poerner, Sobral Pinto, Jean Pierre von der Weid.

Jornalistas: Flávio de Almeida Prado Galvão, Edmar Morel, Fernando Pereira Christino, Rogério D'Olne Lustosa, Wilson Alves Cordeiro.

Militares: generais Peri Constant Bevilaqua, Othon Heron da Silva, Cláudio de F. B. Bittencourt, capitão José Miguel Camolez.

Presos e ex-presos políticos: grupo de detentos do Presídio Tiradentes, Lucio Flávio Uchôa Regueira, Hélio da Silva, Delson Plácido Teixeira, José Gomes Talarico.

Familiares de presos: Maria da Glória Amorim Viana, Iramaya Benjamim, Geraldo Travassos, Rute Torres da Silva, Antônio Avertano Barreto da Rocha, José Barbosa do Rosário.

Entre os movimentos sociais e associações presentes na correspondência, destacam-se:

Movimentos pela anistia: Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia.

Associações militares: Associação de Militares Cassados, Associação dos Parentes dos Mortos na Luta pela Democratização do Brasil, Associação Democrática e Nacionalista dos Militares, Comitê de Reparação e Indenização da Anistia.

Grupos de luta armada: Resistência Armada Nacional (RAN)

Associações de familiares e amigos de presos e desaparecidos: Grupo de Amigos de Carlos Tibúrcio, União de Mães.

Sindicatos: Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro.

A existência de uma rede de autores tão variada, cuja interlocução se estende durante 28 anos, sugere algumas reflexões. Em primeiro lugar, o fato de, em meio à sua própria diversidade, terem escolhido um destinatário em comum na figura de Barbosa Lima Sobrinho. Esse é um dado eloquente sobre o prestígio desfrutado por ele durante a ditadura, assim como o histórico de engajamento democrático associado à sua imagem pública.

A correspondência encaminhada a Sobrinho é valiosa por permitir vislumbrar a variedade e o alcance de suas conexões intelectuais, políticas e sociais, estabelecidas por intermédio de uma complexa rede de sociabilidades. A diversidade de missivistas empenhados nessa produção epistolar é representativa

também de uma intensa atividade política e social, à qual se dedicaram vários setores da sociedade brasileira, em diferentes momentos do regime militar.

Na verdade, apesar dos lapsos de tempo constatados, a existência de mensagens até pelo menos o ano de 1995 é um indicativo da permanência do debate envolvendo tanto as temáticas pesquisadas, quanto um intelectual mediador do quilate de Sobrinho, não só durante a ditadura, mas também ao longo do processo de redemocratização nos anos seguintes.

As temáticas predominantes na correspondência podem ser expressas em sete categorias principais: questões de militares; anistia; exílio; prisão (do próprio autor ou de terceiros); censura à imprensa; análise da conjuntura política; luta armada. Evidentemente, essa classificação não ocorre de forma estanque, pois alguns autores abordam mais de um tema em seus comentários, bem ao gosto da natureza fluida e coloquial da escrita epistolar.

Para todas essas pessoas e grupos, o ato de se dirigir ao jornalista faz parte de uma estratégia de luta política, baseada no recurso à produção discursiva. Por meio da palavra escrita, os autores elaboraram argumentações, fizeram denúncias, construíram interpretações sobre o momento político e buscaram o apoio de Sobrinho às causas que defendiam.

Mas a dimensão da luta armada contra o regime militar também marcou presença nos escritos de Sobrinho, refletindo o endurecimento da conjuntura política posterior à edição do AI-5 (em 13 de dezembro de 1968) e ao recrudescimento da repressão, com o agravamento do uso de tortura como política de estado.

Em 1972, enquanto a TV em cores surgia no Brasil e Emerson Fittipaldi vencida seu primeiro campeonato mundial de Fórmula 1, a Anistia Internacional divulgava um relatório com os nomes de 472 torturadores do regime e 1.081 vítimas de tortura, além de 58 mortos, 18 desaparecidos e cinco suicidas, três deles enforcados em celas (Gaspari, 2014).

Por meio de relatos tão pessoais, a correspondência de Barbosa Lima Sobrinho oferece a possibilidade de aproximação com um dos fatos mais marcantes da história brasileira no século XX. Através das cartas, sentimos o clima político daqueles tempos, bem como os movimentos de uma sociedade em busca de seus caminhos e interlocutores, durante os anos em que a livre expressão e as liberdades democráticas estiveram interditadas.

Alavancados de sua existência comum no âmbito do privado, tais documentos tornaram-se acessíveis ao olhar e ganharam vida em outro sentido, como depositários da experiência histórica coletiva. As narrativas de vida e as marcas ali contidas articulam-se a um contexto maior, que os perpassa e lhes é exterior, ao mesmo tempo (Nedel, 2013).

Ao todo, nove mensagens na correspondência do jornalista apresentam-se articuladas a outros documentos. Podem ser anexos na forma de outra carta ou mesmo itens de gêneros textuais distintos: livros, relatórios, recortes de jornais e revistas, currículos, cartões de natal e telegramas.

Com frequência, os missivistas escrevem a Sobrinho para comentar seus artigos publicados na coluna de opinião do Jornal do Brasil. Ao fazê-lo, na verdade promovem a articulação entre duas fontes: o acervo pessoal do acadêmico, representado pela correspondência, e sua produção jornalística durante os anos de ditadura.

As referências aos escritos de Barbosa Lima Sobrinho dão uma medida da repercussão de seus posicionamentos políticos, assumidos publicamente a cada semana, no JB. Por meio dos comentários a ele enviados, os autores e o velho homem de imprensa vão escrevendo, a várias mãos, capítulos da memória sobre tempos vividos em estado de exceção.

Nesse diálogo mediado pelas páginas do jornal, os artigos se sucedem, assim como as cartas. Em ambos, surgem novas inflexões de acordo com o momento político e social do país, que ressoa tanto na produção textual de Sobrinho quanto em sua correspondência.

Alguns dos remetentes manifestam gratidão por terem sido citados nos artigos. “Prezado amigo Dr. Barbosa Lima, agradeço a referência feita a meu nome no seu artigo de hoje no Jornal do Brasil”. Em carta afetuosa de 26/12/1976, o jornalista e escritor Edmar Morel expressa alegria por Sobrinho ter-lhe feito menção em artigo que comentava a participação americana no golpe militar.⁴²

A temática da censura à imprensa está presente em outras mensagens enviadas por jornalistas, bem como a descrição dos procedimentos frequentes de

⁴² Em 1965, o cearense Edmar Morel (1912-1989) foi um dos primeiros escritores a apontar as relações entre o governo estadunidense e o regime militar recém-inaugurado no Brasil. Editado pela Civilização Brasileira, seu livro “O golpe começou em Washington” praticamente esgotou-se em menos de um mês e logo foi retirado de circulação pela polícia. Uma segunda edição só foi publicada em 2014 (com apresentação do neto, o historiador Marco Morel), por ocasião dos 50 anos do golpe.

corte de matérias e substituição de reportagens por textos clássicos da literatura mundial.

Uma das condutas epistolares recorrentes no acervo de Sobrinho relaciona-se aos pedidos de emprego e recolocação em postos de trabalho, dos quais seus ex-ocupantes alegam terem sido retirados devido a represálias políticas. Mensagens desse tipo evidenciam o traço clientelista e a cultura do tráfico de influência presentes na sociedade brasileira.

Outra temática relevante na correspondência aponta para as zonas de disputa envolvendo membros das forças armadas, colocados em lados opostos – na vida, no tabuleiro político e na semântica. Entidades de militares cassados pelo regime e associações de militares apoiadores da ditadura tomam parte em embates simbólicos, envolvendo os significados atribuídos a palavras como “terroristas” e “heróis”, até as formações discursivas relativas ao conceito de anistia.

Assim, a correspondência de Barbosa Lima Sobrinho vai registrando uma complexa polifonia elaborada principalmente pelos indesejáveis do regime militar – os banidos, exilados; jornalistas, intelectuais e militares inconvenientes; presos políticos, familiares e amigos de perseguidos. No entanto, alguns timbres soam mais alto: são as vozes femininas, ecoando uma mobilização tão ampla quanto aguerrida. Mulheres de diferentes origens e motivações escrevem para denunciar, defender e apelar, principalmente, por seus filhos e companheiros.

A importância da participação feminina na luta pela anistia foi bem estabelecida por inúmeros estudos e pesquisas⁴³ e no arquivo epistolar de Sobrinho não é diferente. Lá estão, entre outras, mensagens de Therezinha Zerbini, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia⁴⁴, e de Regina von der Weid⁴⁵, presidente do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas.

⁴³ Entre eles: LANNA (2011); ZERBINI (1979); SCHILLING (1979); ARAUJO (2004).

⁴⁴ A advogada Therezinha de Godoy Zerbini foi uma ativista pelos direitos humanos e políticos desde o início da ditadura. Casada com o general Euryale de Jesus Zerbini, cassado em 1964, foi presa em 1970 e passou seis meses no presídio Tiradentes. Em 1975, fundou em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Faleceu em 14 de março de 2015.

⁴⁵ Regina von der Weid, musicista e ativista política, foi presidente do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas, no Rio de Janeiro. Mãe de Jean Marc von der Weid, líder estudantil preso no congresso da UNE em Ibiúna, em 1968, e um dos 70 presos políticos banidos do país em janeiro de 1971 em troca do embaixador suíço.

Mas há ainda outra dimensão da luta feminina expressa nas cartas ao jornalista. São os relatos de mães de prisioneiros políticos, plenos de detalhes e significados. A missiva de Iramaya Benjamim, já mencionada anteriormente, é um exemplo. Enquanto a carta de Maria da Glória Amorim Viana detalha as condições de vida no Presídio de Linhares, em Minas Gerais, ao descrever o cotidiano do filho Gilney Viana no cárcere.⁴⁶

A resistência intelectual durante os anos de ditadura também marca presença por meio da escrita de dois remetentes, cujas mensagens refletem o ambiente daqueles anos. O primeiro deles é o professor universitário Jean Pierre Von Der Weid, que em 25/09/1995 agradece a Sobrinho a defesa feita por ocasião das chamadas cassações brancas.

As cassações brancas correspondiam aos efeitos da política frequentemente punitiva ou persecutória de concessão de bolsas de estudo e auxílios, em universidades e institutos de pesquisa, devido à ação infiltrada de agentes dos órgãos de informação a serviço do regime.

Já o segundo missivista desfrutava de uma condição peculiar, pois é o único com várias cartas presentes na correspondência de Sobrinho: o editor Ênio Silveira é autor de oito mensagens, distribuídas ao longo de um período de 17 anos, entre 1968 e 1985. Trata-se de um longo relacionamento epistolar, capaz de dar prosseguimento aos vínculos pessoais e profissionais existentes entre o jornalista e o dono das editoras Civilização Brasileira e Paz&Terra.

Após essa visão geral sobre o conjunto do acervo epistolográfico de Barbosa Lima Sobrinho, é possível perceber como os documentos exprimem a noção de busca por justiça e reparação, bem como o sentido de luta política e resistência ao regime, presentes na correspondência por meio de diversas formas de expressão.

É notável o fato de tantos e tão variados autores, situados em diferentes posições dos campos político, social, intelectual e social, encontrarem em Sobrinho seu destinatário em comum. Pois é a ele que se dirigem as considerações de uma personalidade de renome internacional, como Josué de Castro – mas também as

⁴⁶ Filiado ao Partido Comunista Brasileiro em 1961, Gilney Amorim Viana rompeu com a legenda e ao final daquela década tornou-se militante da Ação Libertadora Nacional. A partir de fins de 1968, passou quase dez anos preso até obter liberdade condicional em 1979, revogada apenas em 1985. A partir dessa experiência, em 2000 lançou com a mãe o livro “Glória, mãe de preso político”. Foi eleito deputado federal (1994) e estadual (1998) pelo PT.

queixas de pessoas sem qualquer notoriedade, que jamais travaram contato pessoal com o jornalista.

Ponto de confluência para uma grande pluralidade de vozes e manifestações, tanto ao longo de todo o período do regime militar quanto durante a redemocratização, Barbosa Lima Sobrinho construiu uma singular trajetória ao percorrer o último século. O quieto menino do Recife que adorava os livros viveu várias “vidas”, enquanto engendrava o processo de tornar-se o “Doutor Barbosa” e inscrever seu nome na história política e intelectual do país.

CONCLUSÕES

O jornalista, escritor, político, acadêmico e advogado Barbosa Lima Sobrinho atravessou o século XX como uma das personalidades mais interessantes da história brasileira contemporânea. Dono de uma carreira sem par na cena pública nacional, ao longo de seus 103 anos de vida notabilizou-se pela retidão de caráter, por seu nacionalismo e pela luta constante em defesa das liberdades democráticas.

Esta pesquisa teve como objeto a trajetória do pernambucano, com o propósito de estudar seu pensamento e sua atuação como um dos mais relevantes intelectuais mediadores do país, ao longo do ciclo autoritário de 21 anos inaugurado pelo golpe civil-militar de 1964. Para tanto, alguns percursos foram empreendidos na jornada em busca de Barbosa Lima Sobrinho, tomando-se como bússola o seu ativismo político-intelectual durante a ditadura.

A pesquisa buscou ressaltar aspectos biográficos e dos rumos trilhados por ele durante o processo de construção da imagem de político, intelectual e homem público. Ao longo do período autoritário, Sobrinho ocupa quatro lugares de fala estratégicos para a consolidação do “Doutor Barbosa”, a partir dos quais exerce intensa participação no cenário político e social da época.

Seja como anticandidato de protesto a vice-presidente da república; como membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; ocupando o posto de presidente da Associação Brasileira de Imprensa; ou à frente da coluna de opinião de um periódico da importância do Jornal do Brasil, Barbosa Lima Sobrinho engaja-se ativamente na produção de narrativas e na elaboração de memória sobre a ditadura. É um intelectual e cronista de seu tempo, sem dúvida, mas também uma figura pública que não refuta posições de liderança durante tempos turbulentos, na defesa daquilo que acredita ser do interesse do país.

Entre seus lugares de fala, a atuação jornalística de Sobrinho cresce em relevância ao atuar como uma síntese dos demais e como posto de observação estratégico escolhido por esse estudo: eis uma tribuna ocupada pelo articulista durante os 21 anos do ciclo autoritário, capaz de possibilitar uma aproximação de suas ideias, entrever opiniões acerca dos personagens e acontecimentos da época.

Analisar tal produção textual, promovendo ainda o diálogo com sua inexplorada epistolografia – igualmente articulada aos lugares de fala de Sobrinho -,

foi como abrir janelas para o pensamento do jornalista, conhecer seus principais conceitos e ouvir sua voz, naquele momento complexo da conjuntura político-social do país. E quais são as feições desse Barbosa Lima Sobrinho que emerge da interpretação de seus artigos no JB?

Em primeiro lugar, surge o liberal democrata, o automeado “escritor desinteressado cuja maior causa é o bem do Brasil”. O viés nacionalista certamente está entre seus principais atributos, mas é o conceito de democracia de cunho liberal que o move, guiando-o tanto em palavras quanto em atitudes. A partir desse paradigma, Sobrinho valoriza todo o conjunto de liberdades individuais sem as quais não se configura a tradição liberal brasileira, tão prezada por ele.

Entre os parâmetros democráticos, Barbosa Lima conferiu caráter diferenciado à liberdade de imprensa, reverenciando-a como principal garantia para os demais direitos individuais e coletivos. Entretanto, na década de 1970, diante da conjuntura de fechamento político do regime com o AI-5, o jornalista revê sua convicção e elabora a única inflexão significativa em seu pensamento, no período: passa a compreender a liberdade de imprensa não mais como valor isolado, e sim inserido em um sistema de garantias democráticas – seria inútil lutar por liberdade de imprensa, quando todos os outros institutos encontram-se ameaçados ou suspensos.

É a partir de sua noção de democracia liberal que surge o segundo eixo constitutivo do pensamento barbosiano: a defesa dos direitos humanos, como parte fundamental do conjunto de liberdades democráticas. Sobrinho é um defensor permanente desses direitos, estabelecidos como principal motor de seu ativismo político e intelectual. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento mais citado em seus escritos durante todo o ciclo autoritário, bem como são permanentes e incisivas suas críticas às constantes violações perpetradas pelos governos militares.

A terceira e última noção apreendida dos artigos escritos por Sobrinho é, também, a mais presente em toda a produção jornalística analisada, estando presente até o ano de 1995. Trata-se do conceito de anistia, uma bandeira de luta que, em Barbosa Lima Sobrinho, apresenta-se associada às ideias de perdão e esquecimento, simbolicamente representadas nas figuras do Pacificador Duque de Caxias e de Jesus Cristo como o máximo Anistiador.

No cenário de transição política a partir de meados da década de 1970, a análise dos artigos revela a entrada em cena de novos argumentos na produção discursiva de Sobrinho. Embora frustrado com a anistia parcial oferecida pelos generais (na prática, auto anistia), o jornalista propõe soluções conciliatórias de caráter liberal, inspiradas no modelo de Rui Barbosa – poderosa influência na formação do jornalista e presença constante na elaboração de seu pensamento.

É preciso virar a página e esquecer o que passou para seguir em frente, rumo à reconstrução da democracia, afirma Sobrinho, evidenciando uma atenuação no tom crítico que, até então, dirigira ao regime e seus generais. Naquela conjuntura, ele só reconhece uma modalidade de uso do passado, em relação à anistia: como memória dotada de interesse histórico, não no sentido de responsabilização criminal aos agentes da ditadura, mas para obter reparação de danos.

Mesmo com essas modulações, a posição de Barbosa Lima Sobrinho durante os anos autoritários é de permanente denúncia contra o arbítrio, como uma das mais participantes vozes na luta pela redemocratização do país. Sua atuação permite-nos uma aproximação com o que significou ser um democrata liberal no Brasil, durante a ditadura militar de 21 anos; bem como impõe uma reflexão acerca da ação dos diferentes sujeitos históricos, em tempos de exceção.

É Napolitano (2014) quem chama atenção para um dos debates historiográficos acerca da memória do regime militar brasileiro, sintetizado nas posições conflitantes ocupadas por três atores históricos: militares, liberais e esquerdas. Os primeiros, vitoriosos politicamente ao assumirem e permanecerem no poder durante o ciclo autoritário, perderam, porém, a batalha da memória, embora tenham sido referendados (ao menos em parte) pelos liberais que os apoiaram e avalizaram sua impunidade, na volta à democracia.

Já as esquerdas, derrotadas politicamente pela ditadura, foram bem-sucedidas, no entanto, ao elaborar as narrativas da resistência impregnadas por um tom heroico e caráter progressista, que se tornaram predominantes no campo da memória, do senso comum, da mídia hegemônica e de boa parte da produção historiográfica sobre o período – mesmo com diferenciações entre a memória da luta armada e a memória da resistência civil.

Os liberais civis, por sua vez, frequentemente sócios do regime militar, souberam inventar com êxito suas saídas, ao construir discursos legitimadores capazes de justificar seu papel de apoio ao golpe de 64 e seu posterior afastamento

progressivo do regime, especialmente após o AI-5. Integrando a ampla e polimorfa frente de resistência democrática, os liberais foram bem-sucedidos até mesmo na aproximação com valores das esquerdas. A construção forçada de consensos marca esse período de uma transição com caráter liberal e conservador.

Nessa conjuntura, palco de disputas entre diversos grupos e projetos políticos, o intelectual e ativista Barbosa Lima Sobrinho movimenta-se dentro dos restritos limites impostos pelo regime militar. Sem jamais ter produzido narrativas legitimadoras da ditadura, Sobrinho corrobora, no entanto, o discurso conciliatório oficial de esquecimento e pacificação social feito em nome de uma retomada possível da democracia, naquele momento.

O descortinar de seu inédito acervo revela-se importante e representativo do prestígio desfrutado pelo jornalista; da amplitude de sociabilidades mantidas por Sobrinho ao longo da vida, e que retratam bem sua capacidade de interlocução política tanto à esquerda quanto à direita, assim como a riqueza das trocas intelectuais às quais se dedicou, especialmente expressadas em sua correspondência.

Conforme demonstrado por seus lugares de fala, pela produção de artigos e por sua epistolografia, o Doutor Barbosa atua como um democrata de cunho liberal, homem público dotado de grande credibilidade pessoal e profissional, com vasta capacidade de diálogo e presença marcante na história contemporânea brasileira. Ao estudá-lo nessa pesquisa, sua rica experiência individual durante a ditadura oferece uma chave interpretativa para os processos históricos coletivos, ampliando a compreensão acerca de um acontecimento cujos ecos alcançam nossos dias.

Autor de uma especialíssima trajetória, Barbosa Lima Sobrinho situa-se entre os principais intelectuais mediadores brasileiros do século XX. Ícone de uma modalidade liberal de resistência à ditadura - ainda pouco contemplada pela historiografia -, seu pensamento e suas ações integram-se à história dos anos de exceção e merecem ser mais amplamente estudados. Especialmente quando, 34 anos após o término do regime militar, os tempos autoritários ainda parecem tão atuais.

REFERÊNCIAS

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho

Série Correspondência Pessoal (COR)

BLS.COR, AJB. 2558
BLS.COR, AJB. 2635
BLS.COR, AJB. 2729
BLS.COR, AJB. 2823
BLS.COR, AJB. 2896
BLS.COR, AJB. 2897
BLS.COR, AJB. 2898
BLS.COR, AJB. 2946
BLS.COR, AJB. 3020
BLS.COR, AJB. 3074
BLS.COR, AJB. 3076
BLS.COR, AJB. 3081
BLS.COR, AJB. 3091
BLS.COR, AJB. 3098
BLS.COR, AJB. 3106
BLS.COR, AJB. 3169
BLS.COR, AJB. 3266
BLS.COR, AJB. 3267
BLS.COR, AJB. 3278
BLS.COR, AJB. 3314
BLS.COR, AJB. 3315
BLS.COR, AJB. 3321
BLS.COR, AJB. 3335
BLS.COR, AJB. 3348
BLS.COR, AJB. 3376
BLS.COR, AJB. 3384
BLS.COR, AJB. 3424
BLS.COR, AJB. 3429
BLS.COR, AJB. 3433
BLS.COR, AJB. 3436
BLS.COR, AJB. 3437
BLS.COR, AJB. 3440
BLS.COR, AJB. 3443
BLS.COR, AJB. 3451
BLS.COR, AJB. 3460
BLS.COR, AJB. 3471
BLS.COR, AJB. 3513
BLS.COR, AJB. 3519
BLS.COR, AJB. 3520

BLS.COR, AJB. 3521
 BLS.COR, AJB. 3530
 BLS.COR, AJB. 3621
 BLS.COR, AJB. 3643
 BLS.COR, AJB. 3808
 BLS.COR, AJB. 3816
 BLS.COR, AJB. 3847
 BLS.COR, AJB. 4248
 BLS.COR, AJB. 4421
 BLS.COR, AJB. 4987

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rede Sirius de Bibliotecas - Núcleo de Memória, Informação e Documentação (MID)

Processo administrativo n. 12.369/2000. Rio de Janeiro, 2000.
 Portaria 060/Reitoria/2001. Rio de Janeiro, 2001.
 Portaria 982/Reitoria/2008. Rio de Janeiro, 2008.
 Ato Executivo de Decisão Administrativa n. 015/Reitoria/2003. Rio de Janeiro, 2003.

Fontes impressas

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Perfil institucional do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho*. Rio de Janeiro, 2006.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Rede Sirius de Bibliotecas – Núcleo de Memória, Informação e Documentação (MID)

FAERSTEIN, S. Relatório de Implantação do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

Associação Brasileira de Imprensa – ABI

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da segunda reunião extraordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 17 de março de 1978*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da terceira reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 18 de abril de 1978*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da terceira reunião extraordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 12 de maio de 1978*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da quinta reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 27 de junho de 1978*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da nona reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 30 de setembro de 1980*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da terceira reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 31 de março de 1981.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da quarta reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 14 de abril de 1981.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da quinta reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 26 de maio de 1981.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da nona reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 29 de setembro de 1981.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da décima segunda reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada em 2 de dezembro de 1981.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da quinta reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 13 de maio de 1982.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da oitava reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 31 de agosto de 1982.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da sexta reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 28 de junho de 1983.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da primeira reunião extraordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 14 de maio de 1984.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da décima reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 31 de outubro de 1984.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Ata da primeira reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 29 de janeiro de 1985.*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, maio-junho de 1978.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, julho-agosto de 1978.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, setembro-outubro de 1978.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, novembro-dezembro de 1987.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, janeiro-março de 1979.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, abril-maio de 1979.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, junho-julho de 1979.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, janeiro-fevereiro de 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, setembro-outubro de 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, novembro-dezembro de 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, maio-junho de 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, julho-agosto de 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, janeiro-fevereiro de 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, maio-junho de 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, julho-agosto de 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, janeiro-fevereiro de 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. BOLETIM DA ABI. Rio de Janeiro, março-abril de 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. JORNAL DA ABI. Rio de Janeiro: ABI, n. 247, abril 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. JORNAL DA ABI. Rio de Janeiro: ABI, edição especial, n.3, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. JORNAL DA ABI. Rio de Janeiro: ABI, n. 276, jan-fev 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. JORNAL DA ABI. Rio de Janeiro: ABI, n. 277, mar-abril 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. JORNAL DA ABI. Rio de Janeiro: ABI, n. 278, maio-jun 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. JORNAL DA ABI. Rio de Janeiro: ABI, n. 279, jul-ago 2000.

Obras de referência

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Ernesto Pereira Carneiro* (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et. al. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernesto-pereira-carneiro>. Acesso em 10/06/2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Barbosa Lima Sobrinho* (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et. al. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/barbosa-lima-sobrinho>. Acesso em 10/06/2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil* (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et. al. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em 10/06/2018.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930). Rio de Janeiro: COC/Fiocruz, 2002. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br> . Acesso em 28/09/2017.

Documentários em vídeo:

UM SÉCULO de histórias de imprensa e Brasil. Direção de Nelson Hoineff. Rio de Janeiro: ABI/Motta Lima Produções e Comunicações, 1997.

BARBOSA Lima Sobrinho, Patrimônio do Brasil. Brasília: TV Câmara, 2000.

BARBOSA Lima Sobrinho, Cidadão do Brasil. Direção de Fernando Barbosa Lima. Rio de Janeiro: FBL Criação e Produção, 2004.

Entrevistas

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Barbosa Lima Sobrinho I* (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 274 p. dat.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Barbosa Lima Sobrinho II* (depoimento, 1987). Rio de Janeiro, CPDOC/CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002. 32 p. dat.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Barbosa Lima Sobrinho III* (depoimento, 1997). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

Artigos publicados

ANDRADE, Carlos Drummond. Neste começo de ano. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 jan. 1980.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Uso e abuso da prisão preventiva. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1964. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. “Sete dias de maio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 out. 1964. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Togas e imunidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 nov. 1964. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Esquerdistas e direitistas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1964. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Um desafio histórico-político. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 abril 1965. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Princípio inerente ao regime democrático. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 abril 1965. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. A linha de Caxias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 e 10 maio 1965. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. A Declaração Universal dos Direitos do Homem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 e 21 jun. 1965. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Ainda a Declaração dos Direitos do Homem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 e 21 jun. 1965. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. A Pátria e a Justiça. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 e 05 jul. 1965. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Sociologia da Revolução. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 e 19 jul. 1965. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Singularidades de um suposto estado de direito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 e 02 ago. 1965. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O calendário das interrogações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 e 11 abril 1966. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Eleição direta – escola da democracia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 e 16 maio 1966. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. No rumo de Pedro Álvares Cabral. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 e 20 jun. 1966. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. A valorização dos intermediários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1966. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O voto indireto e a democracia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 e 21 nov. 1966. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. A eleição direta e o Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 e 12 nov. 1966. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Imprensa e governos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 e 02 jan. 1967. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Retificação de calendário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 e 16 jan. 1967. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Faxina necessária. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 e 03 abril 1967. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Um novo crime: o esquerdismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 e 10 jul. 1967. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Limites do poder político no idioma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 e 17 jul. 1967. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Duas teses e suas consequências. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 e 07 ago. 1967. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. A formação de uma consciência democrática. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 e 11 set. 1967. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Sob a inspiração de Galileu. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 e 06 nov. 1967. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Compreensão, como instrumento de governo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 e 08 abril 1968. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Exame de consciência. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 e 15 abril 1968. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Deus será brasileiro? *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jun. e 01 jul. 1968. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. A democracia e os direitos da pessoa humana. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 e 29 jul. 1968. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Postulado democrático. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 e 23 set. 1968. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Defesa dos direitos da pessoa humana. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1975. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O destino dos presos políticos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1975. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Considerações em torno de um vocábulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 jun. 1975. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Em torno da moda dos slogans. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 set. 1975. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Liberdade de imprensa e estado de direito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 out. 1975. Coisas da Política.

SOBRINHO, Barbosa Lima. À margem de uma nota ministerial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1978. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Navegar é preciso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1978. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Direitos e não favores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 abril 1978. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Homenagem à mulher brasileira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 maio 1978. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Anistia com grandeza. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1979. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Jesus Cristo e a anistia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 set. 1979. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. No mês de Caxias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1979. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Caxias e a anistia aos Farrapos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1979. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Anistia para lembrar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1980. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Golpes de estado e seus complexos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 fev. 1981. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Assuntos de uma república federativa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 maio 1981. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Para fazer justiça à imprensa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 jun. 1981. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Em torno do revanchismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1981. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O Conselho e a oposição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1981. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Uma vocação suicida. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 abril 1981. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Defesa dos direitos humanos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1981. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Uma democracia de verdade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jul. 1982. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O caminho de uma verdadeira anistia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 set. 1983. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. A anistia e seus problemas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 out. 1985. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Brigadeiro Francisco Teixeira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1986. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O direito a uma certidão de óbito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 set. 1986. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Reflexões em torno da anistia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 maio 1995. Opinião.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Exclusão da classe média. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jul. 2000. Opinião.

UTZERI, Fritz. Por que não dá certo? *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jul. 2000. Coluna Conversa com o leitor, p. 11.

Endereços de internet:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <http://www.academia.org.br/>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Disponível em:
<<http://www.abi.org.br/>>

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Disponível em:
<<http://conarq.arquivonacional.gov.br/>>.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930). Disponível em:
<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. Disponível em:
<<https://www.fundacaoulysses.org.br/>>

GOVERNO DO BRASIL. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/12/membros-do-ministerio-da-justica-sao-empossados-em-conselho>

JORNAL DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/>>

MANUAL DE TRATAMENTO DO ACERVO BARBOSA LIMA SOBRINHO.
Disponível em: <https://youtu.be/JjiHOgFZMXy>

REDE SIRIUS DE BIBLIOTECAS DA UERJ. Disponível em:
<<http://www.uerj.br/rede-sirius-rede-de-bibliotecas-uerj/>>

START UP RIO. Disponível em: <http://www.startuprio.rj.gov.br/>

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: www.uerj.br

Artigos, capítulos de livros e livros completos

ANDRADE, Manuel Correia de. *Secretaria da Fazenda: um século de história*. Recife: Secretaria da Fazenda de Pernambuco, 1991.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). In: *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Editora FGV, n. 21, 1998.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

_____. Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina Ferreira & FERREIRA, Marieta M. (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDI, Felipe in *Arquivos pessoais. Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*, 2013.

_____. Arquivos privados e história dos historiadores: sobrevoo no acervo pessoal de Georges Duby. In: *Arquivos pessoais. Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*, 2013.

CALLADO, Ana Arruda. *Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

CALLIGARIS, Contardo. Apud ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Editora FGV, n. 21, 1998.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A rede da democracia – O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói: Editora da UFF, Editora NitPress, 2010.

CARVALHO, Arthur. *Barbosa Lima Sobrinho: monumento vivo*. Recife: Comunicarte, 1997.

CARVALHO, J.M. de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, jan-dez 2000.

CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana : *uma história de resistência e luta pelos Direitos Humanos no Brasil* - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

CELLARD, André. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Vozes, 2010.

CERTEAU, Michel de. In: *Arquivar a própria vida*. ARTIÈRES, Philippe. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Editora FGV, n. 21, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe. 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Crônica política do Rio de Janeiro. Depoimentos de Barbosa Lima Sobrinho, Murilo Melo Filho, Villas-Boas Corrêa e outros*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. São Paulo: Forense Universitária, 2012.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella. *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Unesp, 2014.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. da PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda. Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

LENT, Herman. *O massacre de Mangueiras*. Rio de Janeiro: Editora Avenir. 1978.

LEVILLAIN, Phillippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. 2003. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LUSTOSA et al. *Estudos históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

McKEMMISH, SUE. Provas de mim... novas considerações. In TRAVANCAS, Isabel, ROUCHOU, Joëlle, HEYMANN, Luciana. *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

MENDEZ, Rosemary Bars. *Olhos de jornalista – o jornalismo segundo Barbosa Lima Sobrinho*. São Bernardo do Campo, São Paulo: Universidade Metodista de SP, 1999.

MILL, John Stuart. *Sobre a Liberdade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.

MOREL, Edmar. *A trincheira da liberdade – história da ABI*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

MOTTA, Cezar Moura da. *Até a última página: uma história do Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

NEDEL, Letícia Borges. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. In: TRAVANCAS, Isabel, ROUCHOU, Joëlle, HEYMANN, Luciana. *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, Marco. *História e imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio*. Rio de Janeiro: Uerj, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

NEVES, L.M.B.P.; MOREL, Marco; FERREIRA, T.M.B.C. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A:Faperj, 2006.

NORA, Pierre. *Entre memória e história - a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993.

NUNES, Cassiano. *Cartas de Monteiro Lobato a uma senhora amiga*. São Paulo: C. Nunes, 1983.

OLIVEIRA, Harrison. *Tempos de Barbosa Lima*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro. *Teoria Política Moderna – uma Introdução*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

PAIM, Paulo. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: LVM, 2018.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PRADO, Maria Emília (org). *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, n. 21, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2104.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODEGHERO, 2014 in *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, Leandro Garcia. *Cartas de esperança em tempos de ditadura: frei Betto e Leonardo Boff escrevem a Alceu Amoroso Lima*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, v. II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *História e memória das ditaduras do século XX. v. 1*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SALOMÃO, Waly. *Poesia total*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

SEGISMUNDO, Fernando. *Barbosa Lima Sobrinho, o dever de utilidade*. Rio de Janeiro: Unigraf, 1997.

SOARES apud SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOBRINHO, Alexandre José Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. Álvaro Pinto, Editor (Anuario do Brasil – Rio de Janeiro) – Typographia do Anuario do Brasil – Almanak Laemmert – 1923.

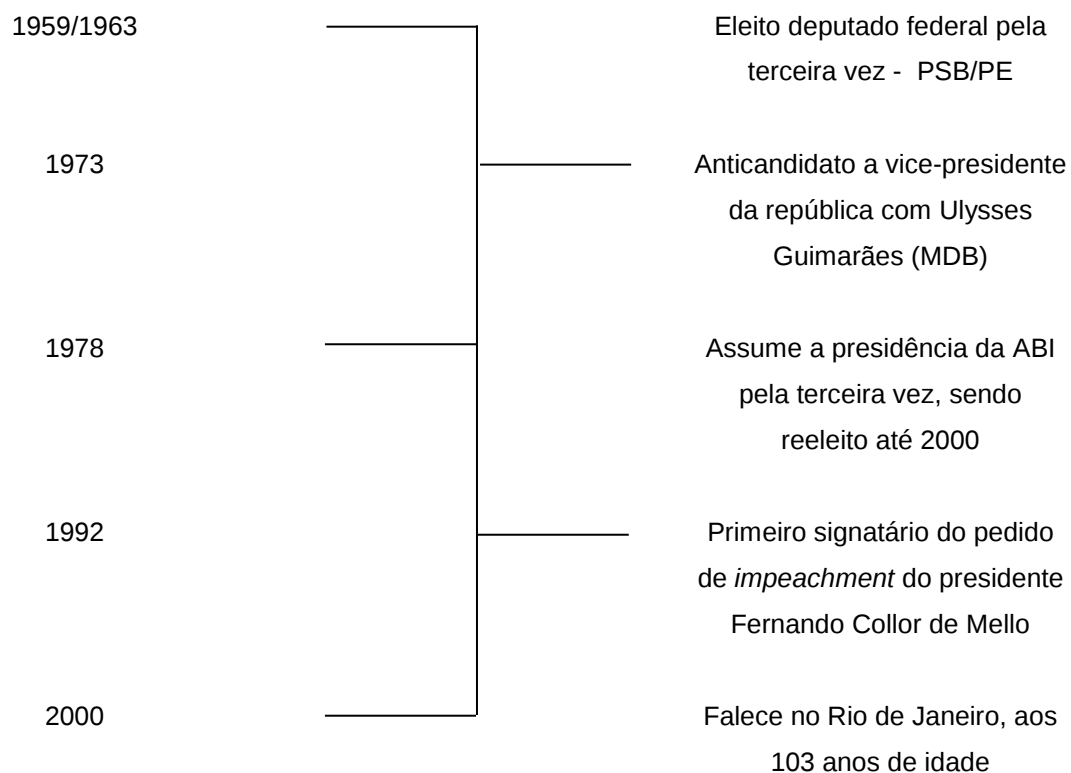
_____. *Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América*. Coleção Os Pensadores, vol. XXIX. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Zinsser, apud ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Editora FGV, n. 21, 1998.

APÊNDICE A – CRONOLOGIA DE BARBOSA LIMA SOBRINHO

1897		Nasce Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, no Recife
1917		Gradua-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais
1921		Muda-se para o Rio de Janeiro e inicia colaboração no JB
1926/1927		Assume primeiro mandato na presidência da ABI
1927		Passa a assinar coluna “Coisas da Política”, no JB
1930/1932		Exerce o segundo mandato como presidente da ABI
1931		Casa-se com Maria José Lima Pereira
1935/1937		Primeiro mandato de deputado federal pelo PSD/PE
1937		Elege-se membro da Academia Brasileira de Letras (ABL)
1938/1945		Exerce presidência do IAA
1946/1948		Segundo mandato de deputado federal pelo PSD/PE
1948/1951		Governador do estado de Pernambuco
1953/1954		Exerce a presidência da ABL



Fonte: A Autora, 2019.

APÊNDICE B – OBRA BIBLIOGRÁFICA DE BARBOSA LIMA SOBRINHO

- 1- A ilusão do direito de guerra, 1922.
- 2- O problema da imprensa, 1923.
- 3- Árvore do bem e do mal, 1926.
- 4- Pernambuco e o Rio São Francisco, 1929.
- 5- A Bahia e o Rio São Francisco, 1931.
- 6- A verdade sobre a Revolução e Outubro, 1933.
- 7- A ação da imprensa na Primeira Constituinte, 1934.
- 8- O vendedor de discursos, 1935.
- 9- O centenário da chegada de Nassau e o sentido das comemorações pernambucanas, 1936.
- 10- Interesses e problemas do sertão pernambucano, 1937.
- 11- O devassamento do Piauí, 1946.
- 12- A Revolução Praieira, 1949.
- 13- A Comarca do Rio São Francisco, 1950.
- 14- A questão ortográfica e os compromissos do Brasil, 1953.
- 15- Artur Jaceguai, 1955.
- 16- Sistemas eleitorais e partidos políticos, 1956.
- 17- A língua portuguesa e a unidade do Brasil, 1958 (segunda edição, 2000).
- 18- Os precursores do conto no Brasil, 1960
- 19- A autodeterminação e a não-intervenção, 1963.
- 20- Desde quando somos nacionalistas, 1963
- 21- Alexandre José Barbosa Lima, 1963.
- 22- Capistrano de Abreu, s/d
- 23- Presença de Alberto Torres, 1968.
- 24- Japão, o capital se faz em casa, 1973.
- 25- Pernambuco, da independência à Confederação do Equador, 1979.
- 26- Antologia do Correio Braziliense, 1979.
- 27- Estudos nacionalistas, 1981.
- 28- Assuntos pernambucanos, 1986.
- 29- Hipólito da Costa: pioneiro da independência do Brasil, 1996.

APÊNDICE C – PRINCIPAIS PRÊMIOS CONCEDIDOS A BARBOSA LIMA SOBRINHO

- 1- Diploma de mérito – Jornal do Commercio, 1977.
- 2- Medalha do 40º aniversário da PUC-RJ, 1981.
- 3- Prêmio Estácio de Sá – Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1982.
- 4- Prêmio Imprensa e Liberdade – Centro Alceu Amoroso Lima, 1984.
- 5- Prêmio Almirante Jornalismo Impresso - Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1985.
- 6- Doutor Honoris Causa – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.
- 7- Cidadão Benemérito da Cidade do Rio de Janeiro, 1987.
- 8- Troféu Juca Pato de Intelectual do Ano – União Brasileira de Escritores e Folha de São Paulo, 1988.
- 9- Prêmio San Tiago Dantas, 1989.
- 10- Grande Benemérito – Ordem dos Jornalistas do Brasil, 1991.
- 11- Prêmio Personalidade – Fundação Roquette Pinto, 1992.
- 12- Medalha Tiradentes – Assembleia Legislativa Estado do Rio de Janeiro, 1992.
- 13- Doutor Honoris Causa – Universidade Federal Fluminense, 1993.
- 14- Cidadão Paulistano – Câmara Municipal de São Paulo, 1993.
- 15- Medalha do Mérito José Mariano – Câmara Municipal de Recife, 1994.
- 16- Prêmio Rui Barbosa – Conselho Federal da OAB, 1995.
- 17- Mérito Santos Dummont – Ministério da Aeronáutica, 1996.
- 18- Troféu Conde da Boa Vista – jornal Correio do Recife, 1996.
- 19- Prêmio Esso de Jornalismo, 1997.
- 20- Honra ao mérito – Câmara Municipal de Belém, 1997.
- 21- Award of Highest Honor Soka University/Japão, 1997.
- 22- Medalha José Cândido de Carvalho – Câmara Municipal de Niterói, 1997.
- 23- Medalha Rui Barbosa – Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.
- 24- Medalha Carneiro Felipe – Comissão Nacional de Energia Nuclear, 1997.
- 25- Medalha Uerj 50 anos (*in memorian*) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

ANEXO A - CARTA DE IRAMAYA BENJAMIM

BISCOR, AJB. 3105 p.1 Rio, 11/5/76

Prezado sr. Barbosa Lima Sob.º

Leitora assídua de seus escritos no JB e de seus livros, venho por meio desta lhe ordenar um pedido de socorro, de ajuda. Tenho um filho que é preso político desde 1971 sem que tenha pena a cumprir. Seu caso é um caso peculiar, visto como foi preso com 17 anos, e portanto, menor de idade. Ultimamente, em dezembro de 1975, o Supremo Tribunal Federal decidiu unanimemente pelo acórdão 1267, cuja ementa segue aqui em cópia, ser ele legalmente irresponsável à época dos fatos. No entanto, a 26/4 último o Superior Tribunal Militar, por 7 votos contra 6, negou-se a acatar o Supremo Tribunal do país, conservando-o sob processo na Justiça Militar, desobedecendo, pois, frontalmente ao STF.

Trata-se, como o sr. há de calcular, de um grave desrespeito a toda a estrutura judiciária, de um dano à hierarquia jurídica que poderá ter - se fizer escala - graves consequências para toda a vida da nação.

É por isso que estou me dirigindo a pessoas de comprovado espírito democrático e legalista e que ao mesmo tempo podem dispor de colunas nos jornais para denunciar fatos graves como este, graves não só em si mesmos como em suas consequências.

Se o sr. puder exercer algo a respeito, não só estará colaborando com todo o seu brilho, seu nome e sua posição já conquistada dentro da nossa sociedade para que fatos como este não se repitam, como estará ajudando meu filho, tão jovem, a se pôr a salvo de uma terrível injustiça.

É o que lhe pede um coração de mãe já demasiadamente castigado.

Iramaya Benjamin

Anexo, cópia de uma carta de meu filho entregue à OAB, pedindo socorro.

ANEXO B – CARTA DE SOBRAL PINTO

BLS. COP, AJB. 3424 p. 2

Rio, 16 de Junho de 1980.

Dr. Barbosa Lima Sobrinho.

Aceite, com agrado, o meu cordial abraço, desejando-lhe, simultaneamente, saúde, paz e êxitos constantes na direção da ABI e em suas atividades jornalísticas, culturais e literárias.

Tenho a honra de lhe enviar o texto da tese "A Liberdade e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana", aprovada na VIII Conferência Nacional dos Advogados do Brasil, realizada em Manaus, em dias do mês de Maio último, na qual o Sr. compareceu como convidado de honra e eu deixei de fazê-lo, infelizmente, em virtude de enfermidade, inesperada, que me obrigou a me internar na Casa de Saúde São José. nesta Cidade.

Várias são as razões que me levam a lhe enviar, agora, esta tese. A primeira delas, importantíssima, é que o Sr. é jornalista brilhante, que tem à sua livre disposição colunas dominicais de um matutino da importância do Jornal do Brasil.

A segunda, não menos valiosa, é que o Sr. é jornalista culto e independente, que se interessa, pelo respeito, em nosso País, dos direitos da pessoa humana.

BLS. COR, A513.3424 p 3

2

A terceira, igualmente relevantíssima, é que o Sr., na sua condição, merecida, de Presidente da ABI, é membro nato do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Esta última razão o vincula diretamente a este órgão da administração pública, que tem, por força da Lei nº 4319, de 16 de Março de 1964, a finalidade, não só de fazer respeitar, em nossa Pátria, os direitos da pessoa humana, definidos na Constituição da República, na Declaração de Bogotá e na Declaração de Paris, ambas de 1948, mas também, de torná-los conhecidos de todos os brasileiros, estando aparelhado, para a execução destas finalidades, com todos os poderes, faculdades, meios e modos para tanto indispensáveis.

Se a defesa e a divulgação dos direitos da pessoa humana, mencionados expressamente na Lei supra indicada, não foram, até hoje, feitas nem executadas, isto aconteceu e vem acontecendo em virtude dos obstáculos criados pela ditadura militar, que se implantou no País em 1964 e que dura até agora, embora atenuada a partir de 1º de Janeiro do ano passado.

Verá, pelas medidas propostas na tese, e que vão ser tomadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, através do seu Conselho Federal e de seus Conselhos Seccio -

BLS. COR, 438.3424 p.4

3

nais dos Estados e dos Territórios, que os direitos da pesso
a humana serão divulgados em todas as Faculdades de Direito
do País, no seio do Congresso Nacional, no das Assembléias
Legislativas, no do Supremo Tribunal Federal, no do Tribunal
Federal de Recursos, no do Superior Tribunal Militar, no do
Superior Tribunal do Trabalho, no dos Tribunais de Justiça
dos Estados, no das Forças Armadas e no das Dioceses e Arqui
dioceses da Igreja Católica em nosso País.

Se os jornais, as estações de rádio
e as câmeras de televisão ajudarem a divulgação dos direitos
da pessoa humana, mencionados na Lei nº 4319, de 16 de Março
de 1964, os membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pes
soa Humana, vinculados à orientação omissa do Poder Executi-
vo Federal, sentir-se-ão de tal modo pressionados pela opini-
ão pública do País que se verão na contingência de se unirem
ao Presidente da ABI e ao Presidente do Conselho Federal da
Ordem dos Advogados do Brasil, a fim de utilizarem as facul-
dades e os poderes que a Lei, acima mencionada, confere ao Con
selho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, para que este
Conselho possa exercer, d'ora em diante, efetiva e eficiente-
mente, as suas importantes atribuições.

O Sr., no exercício da Presidência da
ABI, poderá capitar, com habilidade e êxito, a direção de ma-

BLS. COR, A3B. 3424 p.5

4

tutinos importantes como o Jornal do Brasil, o O Globo, o Estado de São Paulo, o Estado de Minas, o Jornal do Comércio aqui e do Recife, o Correio do Povo de Pôrto Alegre, e muitos outros, de cidades importantes do País, para que promovam, permanentemente, uma campanha séria, honesta e desassombrada no sentido de reclamar, em termos elevados e enérgicos, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que exerça, com serenidade e imparcialidade, mas com firmeza, as suas atribuições legais, que se confundem com os preceitos e os princípios inerentes e próprios de uma Nação civilizada.

Ninguém, seja de que categoria for, pode criar dificuldades a essa campanha, que visa, única e exclusivamente, fazer cumprir uma lei do País, a saber, a Lei nº 4319, de 16 de Março de 1964.

Uma personalidade do seu porte, aliada a outra personalidade de tantos méritos, como o Alceu de Amoroso Lima e a outro jornalista e humanista do quilate de Otto Lara Rezende, que dispõem, ambos de colunas de grandes matutinos, podem promover, perfeitamente, uma campanha em grande estilo no sentido de levar o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana a desempenhar, em nosso País, o papel, que a Lei lhe confere, de ser, a um tempo, o defensor e o propagandista dos direitos da pessoa humana.

BLS. COR, AJB. 3424 p. 6

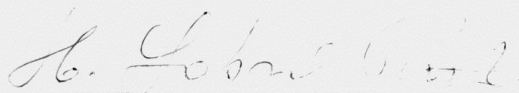
5

Os três são membros da Academia Brasileira de Letras. Devem, então, encontrar-se todas as semanas, às quintas-feiras, por ocasiões das sessões ordinárias dessa ilustre Associação, talvez, a mais importante do País. Ser-lhes-á fácil, então, acertarem o plano dessa campanha, que deverá durar anos, tão ignorados, esquecidos e desrespeitados são esses direitos, que exprimem, nas suas formas verbais lapidares, a própria dignidade da pessoa humana.

Finalmente, uma ponderação: não estranha os defeitos da impressão da tese, cujo texto ora lhe estou enviando; ela foi impressa às carreiras e sem que me fosse permitido fazer a necessária revisão.

Aproveito a oportunidade, para lhe oferecer dois livros: "Lições de Liberdade" e "Por Que Defendo os Comunistas". Eles ostentam o mesmo defeito da tese: é que foram impressos em Belo Horizonte, longe de minhas vistas e sem a minha revisão.

Queira aceitar, com simpatia, o meu cordial aperto de mão. Do mínimo confrade e modesto admirador,



H. Sobral Pinto.

P.S. - O assunto desta carta não é, por sua própria natureza,

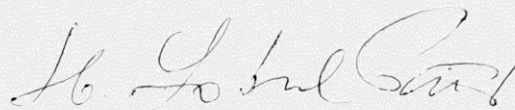
BLS. COR, AJB. 3424 p. 4

6

daqueles que podem ser tidos como de índole particular. Pelo contrário, ele é fundamentalmente de categoria pública.

Por isto, suponho que não se milindrará pelo fato de enviar cópia desta carta ao Alceu, ao Otto e ao Eduardo Seabra Fagundes, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, seu companheiro no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

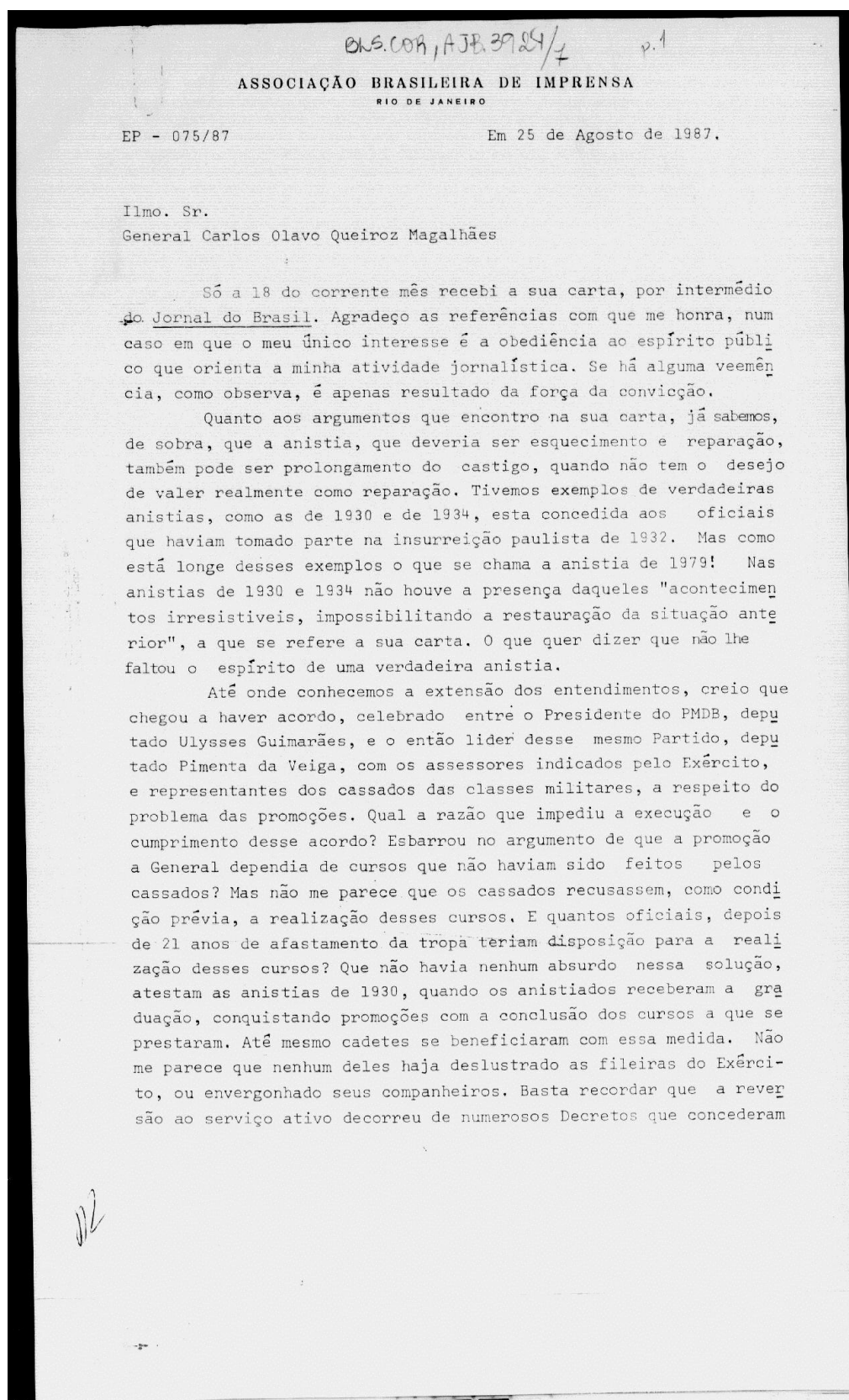
Mais uma vez, seu mínimo colega e seu modesto admirador,



H. Sobral Pinto.



ANEXO C – CARTA DE BARBOSA LIMA SOBRINHO



O.S. COR. A.J.B. 3924/4 P. 2

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA
RIO DE JANEIRO

02.

anistia, tanto os de 1930 como os de 1934, 1946 e 1961. Não bastam esses exemplos, que abrem margem à pergunta: que teria mudado no Brasil?

Pelo que sei, na conversa com numerosos cassados, são tão poucos os que pensam no reingresso às tropas a que serviram! E ninguém contesta que basta a recusa da prestação dos cursos para que passem à categoria da reserva. Também o tempo da exigência do interstício não fez parte das anistias a que me venho referindo. Tanto mais quando, dos 417 cassados, apenas 39, ao que me informaram, teriam ainda condições de regresso. Depois de tudo que sofreram, quantos gostariam de voltar? A carreira militar de todos eles foi cortada para sempre. Não desejam mais do que sair da categoria dos "mortos vivos", recebendo o soldo de esposas consideradas viúvas de maridos vivos. Para que a anistia, valendo como reparação, deixe de ser castigo.

Confesso que também não me pareceu procedente o seu argumento de que os cassados foram afastados como subversivos, ou responsáveis por uma conspiração que estava a caminho. Não era também essa a alegação dos revolucionários de 1922 e dos que se levantaram em São Paulo, em 1934, alegando, todos eles, a ilegitimidade dos poderes constituídos? Não havia sido eleito como Vice-Presidente da República João Goulart, e não assumira o posto por força da renúncia de Jânio Quadros? Ou não havia nenhum poder constituído em 1964? O confronto com os termos dos juramentos prestados nas classes armadas excluía, naturalmente, hipóteses, conjecturas ou suposições, em que se apoiavam os subversivos, no rigor de uma semântica, que poria em risco a própria disciplina. O que nos revela que, pela primeira vez, na história de nossas instituições, as cassações atingiram legalistas e não subversivos.

Pela primeira vez, repito tranquilamente. Porque na única revolução vitoriosa havida no Brasil, não chegou a haver punição aos que se conservaram fiéis ao Presidente Washington Luís. Também em diversos golpes de estado triunfantes, como o de 1945 ou 1955, não me parece que tenha havido punidos, excluída, pois, a necessidade de anistias. As punições e castigos viriam, porém, como privilégio do golpe de estado de 1964 e pela primeira vez, volto a repetir, alcançaram oficiais que defendiam, ou que não combatiam autoridades legalmente constituídas. Admito a força das circunstâncias, mas o que não compreendo é que as anistias aos legalistas não aceitem as condições que prevaleceram nas anistias aos subversivos, tanto em 1930, co

BLS. COR. ATB. 3924/4 P.3

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA
RIO DE JANEIRO

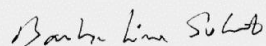
03.

mo em 1934.

Por isso, no meu artigo, invoquei o episódio de Sorocaba, entre o futuro Duque de Caxias e Diogo Antônio Feijó. Este também alegava que estava reagindo "contra o vilipêndio que tem o governo fei-
to aos paulistas e as leis anti-constitucionais da nova assembléia, me obrigam a parecer sedicioso". Ainda fazia à realidade a concessão desse parecer, quando era realmente sedicioso. Ao que Caxias retruca-
va dizendo "quando pensaria eu que teria, em algum tempo, de usar a
força para chamar à ordem o senhor Diogo Antônio Feijó?" Para clas-
sificar como sedição, basta uma palavra. Quântas linhas gastou o Sr.
para justificar a atitude dos que se levantaram, em 1964, contra as
autoridades constituídas?

E falo, nesse caso, com absoluta isenção. Recusei cargo im-
portante que me foi oferecido pelo Presidente João Goulart. E como
jornalista combati alguns de seus atos com tal veemência (aqui acei-
to o adjetivo) que, em defesa do Presidente, respondendo às minhas
críticas, acudiu nada menos do que o então Embaixador em Washington,
o Sr. Roberto Campos.

Nada disso me impede que volte a agradecer a sua carta e que
conclua com os protestos de consideração, atentamente,



Barbosa Lima Sobrinho
Presidente

BLS/ema.